

REGISTRO FOTOGRÁFICO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
(PAA) EM UM ASSENTAMENTO NO OESTE PAULISTA

DANÚBIA PEREIRA LEITE
NAYRINE OLIVA OLIVEIRA
VICTOR JORGE DA SILVA

**REGISTRO FOTOGRÁFICO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
(PAA) EM UM ASSENTAMENTO NO OESTE PAULISTA**

DANÚBIA PEREIRA LEITE
NAYRINE OLIVA OLIVEIRA
VICTOR JORGE DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Comunicação Social “Jornalista Roberto Marinho” de Presidente Prudente, Universidade do Oeste Paulista, como requisito parcial para a conclusão do curso de Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Ap. Mancuzo Silva Junior

**DANÚBIA PEREIRA LEITE
NAYRINE OLIVA OLIVEIRA
VICTOR JORGE DA SILVA**

**Registro Fotográfico do Programa de Aquisição e Alimentos (PAA) em um
Assentamento no Oeste Paulista**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Comunicação Social “Jornalista Roberto Marinho” de Presidente Prudente, Universidade do Oeste Paulista, como requisito parcial para a conclusão do curso de Jornalismo.

Pres. Prudente, 10 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Luisa Hoffmann - Presidente

Prof. Dtdo. Tchiago Inague Rodrigues - Membro

Prof. Dr. Roberto Ap. Mancuzo Silva Junior - Orientador

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que não cansam de lutar contra as desigualdades e injustiças sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus e a Nossa Senhora por nos permitir chegar até esta etapa de nossas vidas, com perseverança, fé e determinação.

Às nossas famílias, que nos sustentaram em todos os momentos, mesmo quando o cansaço e o desânimo dificultavam a nossa caminhada.

Agradecemos a todos os mestres da Facopp que passaram por nossa história e contribuíram para a construção do nosso conhecimento durante os quatro anos de curso.

Nesta reta final, agradecemos o auxílio dos professores Rubens Cardia, pela disponibilidade e ensinamentos; Rogério do Amaral, pelas correções e amizade; Fabiana Alves, pela paciência e auxílio teórico e Fernanda Sutkus por abraçar com entusiasmo nosso projeto.

Agradecemos de modo especial à professora Maria Luísa Hoffmann por todo cuidado, dedicação, atenção e por acreditar sempre no nosso trabalho e potencial.

Ao nosso orientador e mestre, professor Roberto Mancuzo que desde o primeiro momento se mostrou disponível em nos conduzir pelo complexo universo da questão agrária. Somos gratos por nos apresentar o Programa de Aquisição de Alimentos e nos incentivar a registrar o que ninguém havia registrado. Obrigado pela paciência e pelos puxões de orelha.

Às funcionárias Rosangela Franklin da hemeroteca e Marlene Reverte do laboratório de fotografia.

Aos pesquisadores da Unesp de Presidente Prudente, José Sobreiro Filho (Nino), Sidney Todescato Leal e Diógenes Rabello, pela parceria e ensinamentos.

A todos que lutam pela terra, em especial aos moradores do Assentamento Dom Tomás Balduino, por toda a experiência de vida compartilhada, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

A Valmir Ulisses Sebastião, por ter nos acompanhado em vários momentos do trabalho de campo e por nos apresentar a realidade concreta da vida no contexto da reforma agrária.

“A fotografia é um romance fugaz com a vida.”

Burk Uzzle

RESUMO

Registro fotográfico do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em um assentamento no oeste paulista.

A presente pesquisa teve como objetivo retratar o processo de utilização dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no assentamento Dom Tomás Balduino no município de Sandovalina (SP), região do Pontal do Paranapanema. Para tal finalidade, foi produzido um fotolivro embasado na utilização dos elementos da linguagem fotográfica. Para compreender o universo da questão agrária e de como as políticas públicas em especial o PAA são importantes para beneficiários e produtores, os autores acompanharam durante oito meses os processos que foram registrados e inseridos no fotolivro. Na dinâmica desta política, foram documentadas as etapas de plantio, trabalho, colheita, entrega, transporte, distribuição, consumo do beneficiário e consumo do produtor. A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa foi a exploratória de caráter qualitativo, com uso do método de estudo de caso. As técnicas de coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas em profundidade, bem como a pesquisa de campo. Com o TCC foi possível usar a fotografia como documento de maneira intencional a provocar reflexão e debate a respeito das políticas públicas no campo em específico o Programa de Aquisição de Alimentos.

Palavras-chave: Assentamento; PAA; Reforma Agrária; Fotolivro; Fotografia Documental.

ABSTRACT

Photographic Records of the Brazilian Food Acquisition Program (PAA) at a rural settlement in Western São Paulo

The present research aims to report the utilization process of the Brazilian Food Acquisition Program (PPA) resources at Dom Tomás Balduino settlement, in the city of Sandovalina (SP), part of Pontal do Paranapanema region. For this purpose, a photo book was produced, based on the use of elements from the photographic language. To understand the universe of agrarian question and how the public policies, specially the PPA, are important to beneficiaries and producers, the authors followed for eight months the processes that were registered and inserted into the photo book. In this policy's dynamics, were documented the steps of planting, working, harvesting, delivery, transportation, distribution, the beneficiary's consumption and the producer's consumption. The methodological approach used in this study was exploratory of qualitative character, with use of case study method. The data collection techniques were bibliographic research, documental analysis, in-depth interviews, as also field research. With this project, it was possible to intentionally use photography as a document to provoke reflection and debate over the public policies in the field, specifically, the Brazilian Food Acquisition Program.

Key words: Rural Settlement; PAA; Agrarian Reform; Photo Book; Documentary Photography

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	- Regra dos Terços.....	41
FIGURA 2	- Plano de Foco.....	42
FIGURA 3	- Plano Geral.....	43
FIGURA 4	- Plano Médio.....	43
FIGURA 5	- Plano Americano.....	44
FIGURA 6	- Close Up.....	44
FIGURA 7	- Big Close-Up.....	45
FIGURA 8	- Ângulo Normal.....	45
FIGURA 9	- Plongée.....	46
FIGURA 10	- Contra Plongée.....	46
FIGURA 11	- O Plantio.....	73
FIGURA 12	- O Trabalho.....	73
FIGURA 13	- A Colheita.....	74
FIGURA 14	- A Entrega.....	75
FIGURA 15	- O Transporte.....	75
FIGURA 16	- A Distribuição.....	75
FIGURA 17	- Consumo do Beneficiário.....	76
FIGURA 18	- Consumo do Produtor.....	77

LISTA DE SIGLAS

PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
DATALUTA	- Banco de Dados da Luta pela Terra
FACOPP	- Faculdade de Comunicação Social de Presidente Prudente
CPT	- Comissão da Pastoral da Terra
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
SAN	- Segurança Alimentar e Nutricional
MESA	- Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
CONSEA	- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UNESP	- Universidade Estadual Paulista
ALESP	- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA.....	15
2.1	Problematização e justificativa.....	15
2.2	Objetivos.....	17
2.2.1	Objetivo geral.....	17
2.2.2	Objetivos específicos.....	17
2.3	Metodologia.....	18
3	FOTOGRAFIA DOCUMENTAL: TRAMAS INDICIAIS DA REALIDADE.....	23
3.1	Documento fotográfico: do espelho do real ao indício da realidade.....	23
3.2	A fotografia do cotidiano: surge o documental.....	26
3.2.1	Fotojornalismo x Fotodocumentarismo.....	30
3.2.2	A fotografia dos movimentos sociais: comunicação alternativa.....	34
3.2.3	O fotolivro como expressão da fotografia documental.....	36
3.3	O ato e a técnica: olhar e linguagem fotográficos.....	38
3.3.1	Composição fotográfica.....	40
3.3.2	Regra dos terços.....	41
3.3.3	Enquadramento.....	41
3.4	Planos e ângulos.....	42
3.5	Luz.....	47
3.6	Cor e preto e branco.....	47
3.7	Contrastes.....	48
3.8	Textura.....	48
4	REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA.....	50
4.1	A questão agrária.....	50
4.2	O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: O MST.....	55
4.3	A terra, os usos da terra e desenvolvimento rural: reforma agrária e políticas públicas.....	59
4.4	Acampamentos e Assentamentos.....	63

4.5	O PAA.....	65
4.5.1	O PAA no Pontal do Paranapanema.....	68
5	O PAA NO ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO.....	70
5.1	O Assentamento Dom Tomás Balduino.....	70
5.2	O PAA e as etapas de produção no Assentamento Dom Tomás Balduino.....	71
6	PROJETO EDITORIAL DO FOTOLIVRO PAA.....	78
6.1	A introdução ao fotolivro.....	78
6.2	Objetivos.....	78
6.2.1	Objetivo geral.....	78
6.2.2	Objetivos específicos.....	79
6.2.3	Justificativa.....	79
6.2.4	Público-alvo.....	80
6.2.5	Linha editorial.....	80
6.2.6	Estrutura do fotolivro.....	82
6.2.7	Projeto gráfico.....	83
6.2.8	Recursos técnicos.....	83
6.2.9	Recursos financeiros.....	85
6.2.9	Recursos humanos.....	85
7	MEMORIAL DESCRITIVO.....	86
7.1	O desafio de encarar a questão agrária.....	86
7.2	O jornalismo para além das redações.....	88
7.3	Um movimento em movimento.....	94
7.4	Fotolivro: pré-produção, produção e pós-produção.....	96
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
	REFERÊNCIAS.....	103
	ANEXOS.....	108
	ANEXO A – ENTREVISTAS.....	109
	ANEXO B – AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	123
	ANEXO C – FICHA DE CONTROLE.....	131
	ANEXO D – NOTA DA CONAB SOBRE O CORTE DE VERBAS...	135
	APÊNDICES.....	137
	APÊNDICE A – PAUTAS.....	138
	APÊNDICE B – RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO ESPONTÂNEA..	152

1 INTRODUÇÃO

A questão da fome no Brasil não é recente. Até a década de 1930, em decorrência do êxodo rural, grande parte da população do campo se deslocou para as áreas urbanas e, por consequência, a produção de alimentos diminuiu consideravelmente, o que ocasionou problemas na oferta de mantimentos.

Até os anos de 1980, essa realidade perdurou. Foi quando então a fome passou a ser vista realmente como uma dificuldade de intermediação e, só a partir da década de 1990, o governo começou a desenvolver ações na tentativa de solucioná-la.

As providências proporcionaram uma melhoria no quadro de insegurança alimentar, todavia, o problema ainda permaneceu no início dos anos 2000. Neste contexto, o governo brasileiro optou por adotar políticas públicas para amenizar a situação. Com a preocupação de garantir alimentos à população em condição de vulnerabilidade social, surgiu em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no âmbito de ações como o Fome Zero¹, que se trata de uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil, integrando políticas estruturais e emergenciais no combate à fome e à pobreza.

Dentro do PAA, existe uma parcela dos agricultores que é ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e realiza suas atividades nos assentamentos. No oeste do Estado de São Paulo, na região do Pontal do Paranapanema, alguns destes assentamentos já participam do PAA. O local escolhido para desenvolver este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o programa foi o Assentamento Dom Tomás Balduino, no município de Sandovalina (SP).

Este cenário, que tem como temática central a questão social no campo, já foi documentado midiaticamente diversas vezes, em especial, por ações jornalísticas da imprensa local ou regional, estadual e nacional em momentos factuais, ou seja, a partir de acontecimentos noticiosos. De certa forma, a questão agrária em si é um tema importante para o jornalismo porque traz no próprio contexto a luta pela terra e o desenvolvimento social e territorial, reunindo interesse de milhares de

¹ O Fome Zero é um programa do Governo Federal, que proporciona o direito de alimentação à população brasileira. É uma maneira de garantir cidadania às populações vulneráveis à fome. Esse Programa facilita o acesso à alimentação, na expansão da produção e consumo de alimentos saudáveis. Disponível em: <http://bolsa-familia.info/fome-zero.html>. Acesso em: 15 ago. 2015.

peessoas. E no que se refere a este projeto, a intenção é adicionar mais uma vertente de estudo com uma ação jornalística, mas no campo da fotografia documental.

De maneira específica, esta pesquisa busca apresentar em um fotolivro, pela captação intencional de imagens, como se dá o processo de utilização dos recursos do PAA no Assentamento Dom Tomás Balduino, no município de Sandovalina (SP), a partir de oito etapas: o plantio, o trabalho, a colheita, o transporte, a entrega, a distribuição, o consumo do beneficiário e o consumo do produtor. Assim, compreende-se no trabalho o uso de parâmetros da linguagem fotográfica que precisam ser observados para a documentação e exposição ao público em geral de ações desta natureza, além do próprio estudo das áreas de metodologia, fotografia documental, questão agrária no Brasil e no Pontal do Paranapanema, políticas públicas e o Programa de Aquisição de Alimentos.

O processo metodológico utilizado no desenvolvimento da pesquisa apresenta-se no capítulo 2. É válido lembrar aqui que a pesquisa tem caráter qualitativo do tipo exploratório e que se trata de um estudo de caso. O levantamento de dados foi possível por meio da pesquisa bibliográfica e análise documental, bem como da entrevista em profundidade do tipo semiaberta.

Como a peça prática escolhida foi o fotolivro, é necessário, nesse contexto entender a fotografia desde sua origem até os dias de hoje, e também do seu uso como documento. Para isso, vale-se atentar a uma leitura do capítulo 3. Nele também é possível traçar um panorama da diferença entre os termos fotojornalismo e fotodocumentarismo, além de um esboço sobre fotografias de movimentos sociais e a conceitualização do termo fotolivro. Para uma melhor compreensão da peça prática, são apresentados neste capítulo também aspectos sobre o olhar e a linguagem fotográficos.

A escolha das fotografias, contudo, não teria sentido se antes não fosse explorado o complexo universo da questão agrária, como ocorre no capítulo 4. Neste mesmo ponto, também são apresentadas outras realidades relacionadas a esta questão: a reforma agrária e as políticas públicas, dentre elas o PAA, os movimentos sociais, e os espaços criados através dos acampamentos e assentamentos.

A realidade específica do Assentamento Dom Tomás Balduino, vem à tona no capítulo 5, com a história e o processo de desenvolvimento do local e como a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos tem funcionado nos dias de hoje.

Para isso são descritas as etapas que compõem o processo de utilização dos recursos desta política.

Já os capítulos 6 e 7, respectivamente, tratam da exposição do projeto editorial do fotolivro, que apresenta objetivos, justificativa, público-alvo, linha editorial, estrutura, projeto gráfico, recursos técnicos, financeiros e humanos, e do panorama da realidade encontrada pelos membros do grupo na produção da peça prática deste TCC, por meio da elaboração de um memorial descritivo. Neste último caso, é possível compreender todo o processo, desde a concepção da ideia, a formação do grupo, os estudos, as visitas de campo, a produção e escolha das fotografias, assim como também, todos os problemas encontrados neste percurso.

Por fim, no capítulo 8, são apresentadas as considerações finais dos autores, a resposta para o problema apresentado, bem como sugestões resultantes de dados coletados. Em sete meses de trabalho, foram mais de mil fotografias produzidas pelo grupo e todas elas tentam, de maneira intencional, explorar o universo do PAA. Aquelas que estão selecionadas no fotolivro ajudam a compor uma narrativa que possui um objetivo: ser uma contribuição social e jornalística importante na ampliação dos debates a respeito da questão agrária no Brasil.

2 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

2.1 Problematização e Justificativa

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como foco refletir sobre o processo de utilização dos recursos da política pública do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em um assentamento do Oeste Paulista, por meio dos elementos da linguagem fotográfica. Para isso, as imagens são organizadas em um fotolivro, que Fernandez (apud BARBOSA, 2013, p.569), define como sendo:

[...] mais do que um livro ilustrado; é resultado de um esforço de um autor (fotógrafo ou não) na organização de um conjunto de fotografias tendo em mente uma narrativa iconográfica com o intuito de produzir um discurso visual. Os fotolivros em geral possuem, portanto um projeto gráfico em sintonia com o material imagético, tornando-se um produto cultural e um modelo de expressão.

Para a realização desta pesquisa, os autores escolheram como objeto de estudo o assentamento Dom Tomás Balduino, localizado no município de Sandovalina (SP). Criado em 2001, esta unidade possui uma área de 1.335 hectares e 68 lotes e a escolha para este trabalho se deu pelo fato do objeto se localizar na região conhecida como Pontal do Paranapanema, no oeste do estado de São Paulo, que concentra o maior número de assentamentos do estado².

Segundo Souza e Bergamasco (2005), o pontal é uma das principais áreas de conflitos fundiários do país, devido ao grande número de ocupações de terra. De acordo com o relatório apresentado pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta)³, entre os anos de 1988 e 2013, foram constatadas 816 ocupações, feitas por 104.400 famílias⁴.

O local também é conhecido por ser um dos mais pobres⁵ do estado e por possuir milhares de hectares de áreas improdutivas, devolutas e griladas por

² Segundo o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (Ceget), na região do Pontal do Paranapanema existem 113 assentamentos.

³ O Dataluta é um projeto desenvolvido junto ao NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária) na Unesp de Presidente Prudente, no qual é mantido um banco de dados atualizados com informações em escala nacional sobre ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária.

⁴ Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal_2013.pdf. Acesso em: 25 ago. 2015.

⁵ Segundo dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a região do Pontal do Paranapanema é a segunda mais pobre do estado de São Paulo, ficando atrás apenas da região do Vale do Ribeira. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content

latifundiários, o que torna a concentração de terras bastante grande na região, impedindo assim o seu desenvolvimento. Este cenário, que tem como temática central a questão social no campo, já foi documentado midiaticamente por diversas vezes, mas, em especial, por ações jornalísticas da imprensa local ou regional, estadual e nacional em momentos factuais, ou seja, a partir de acontecimentos noticiosos.

De certa forma, a questão agrária⁶ em si é um tema importante para o jornalismo porque traz no próprio contexto a luta pela terra e o desenvolvimento social e territorial. E no que se refere a esta pesquisa, a intenção é adicionar mais uma vertente de estudo com previsões a uma ação jornalística e desta vez no campo da fotografia jornalística documental. Este trabalho ganha em importância porque permite o fortalecimento das ações de pesquisa na área de Fotografia dentro da Faculdade de Comunicação Social de Presidente Prudente, e da própria Universidade do Oeste Paulista, tendo em vista que em uma consulta ao acervo⁷ da Facopp entre os anos de 2007 a 2014, foram encontrados 12 trabalhos ligados ao tema.

Ademais, o presente trabalho pode levar pessoas à reflexão sobre os movimentos sociais de luta pela terra, tendo em vista que muitas não conhecem a realidade da questão agrária na região oeste do estado de São Paulo, marcada profundamente por conflitos fundiários, bem como sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, mesmo os que são beneficiados diretamente com a aquisição. A teoria estudada se soma à prática jornalística e oferece aos membros do trabalho a oportunidade de se preparar para o mercado e também iniciar ações contributivas para a comunidade em geral.

Com o intuito de proporcionar à sociedade esta reflexão, é válido a princípio, entender, como são empregados os recursos do PAA⁸. Para que se

&view=article&id=1414:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 06 set. 2015.

⁶ Por ser uma questão extremamente ampla e complexa, um capítulo adiante traz informações que podem ajudar a compreender melhor este assunto.

⁷ Sendo estes: Fotodocumentário do Parque Estadual Morro do Diabo (2007); Imagens da eleição 2008 – Exposição Fotográfica da Campanha para a Prefeitura de Presidente Prudente (2008); Revista Videre: Resgate Histórico das Indústrias Matarazzo de Pres. Prudente por meio da Fotodocumentação (2008); Livro de Perfis e Personalidades de Pres. Prudente (2008); Revista Retratos: Os 50 anos do Teatro Prudentino (2009); Revistas Retratos: Os 19 anos do Assentamento Che Guevara (2010); Recuperação Histórica dos 11 Anos da Companhia de Circo e Teatro Rosa dos Ventos em uma Exposição Fotográfica (2010); Revista Retratos: A História do Carnaval de Rua de Presidente Prudente (2010); Revista “Views” – Fragmentos da Realidade: Um Olhar da Fotografia Documental sobre o Catador de Lixo (2012); Estrada de Ferro Sorocabana: Uma Viagem Fotográfica pelos Trilhos de Presidente Prudente (2012); Livro-Reportagem: Documento da Vida dos Pescadores (2014); O Cotidiano de uma Cooperativa de Reciclagem pela Lente do Fotodocumentário (2014);

⁸ O subcapítulo 4.2.1 dedica-se a apresentar o Programa de Aquisição de Alimentos com mais profundidade.

estabeleça uma sequência narrativa, é interessante observar a utilização destes recursos a partir de oito etapas: o plantio, o trabalho, a colheita, o transporte, a entrega, a distribuição, o consumo do beneficiário e o consumo do produtor. Diante do exposto, o presente trabalho foi desenvolvido em torno da seguinte questão: quais os parâmetros da linguagem fotográfica podem contribuir para a ampliação do debate público sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Dom Tomás Balduino?

2.2 Objetivos

2.2.1 Objetivo geral

Refletir sobre a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Dom Tomás Balduino por meio da linguagem fotográfica.

2.2.2 Objetivos específicos

- Observar, compreender e definir etapas da dinâmica do processo de desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Dom Tomás Balduino, no município de Sandovalina (SP);
- Aprofundar o conhecimento sobre políticas públicas e sobre como o PAA é desenvolvido;
- Compreender de que forma o PAA fortalece a agricultura familiar e consequentemente a realidade socioeconômica dos assentados e das pessoas envolvidas;
- Definir os elementos da linguagem fotográfica que podem estar à serviço da produção documental jornalística dentro do contexto agrário estudado;
- Produzir um fotolivro sobre como se dá o processo de utilização dos recursos do PAA.

2.3 Metodologia

A finalidade da metodologia é tornar possível a realização de uma pesquisa científica através da delimitação e dos caminhos a serem percorridos para solucionar o problema. Assim, quando se fala em metodologia, se fala de um caminho possível para a pesquisa científica. “O que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar.” (GOLDENBERG, 1997, p.14). Pensamento confirmado também por Andrade (2010, p.117), quando diz que metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento.

Para a elaboração deste trabalho foi definida a pesquisa qualitativa, pois esta tem como base entender melhor o objeto estudado e não constatar informações por meio de números e/ou estatísticas, bem como lembra Goldenberg (1997, p.14):

Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.

Conceito partilhado também por Sousa (2006, p.679) que diz que a análise qualitativa de um discurso procura apreciar as qualidades não quantificáveis do mesmo. Goldenberg vai além, e pelo fato destes dados não serem quantificáveis, o pesquisador é obrigado “a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. [...] o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do consumidor.” (GOLDENBERG, 1997, p.53)

A presente pesquisa se classifica como exploratória, pois visa proporcionar uma maior familiaridade ao problema proposto, bem como torná-lo explícito à sociedade, isso de acordo com a concepção de Gil (2010, p.27), que afirma que estas pesquisas:

Têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. (GIL, 2010, P.21)

Andrade (2010, p.112) define ainda a pesquisa exploratória como o primeiro passo de todo trabalho científico:

São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quando bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente. Através das pesquisas exploratórias avalia-se a possibilidade de desenvolver uma boa pesquisa sobre determinado assunto.

Para chegar aos resultados obtidos pelo presente trabalho, foi necessário desenvolvê-lo mediante a união dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica.

Para diferenciar os termos, Lakatos e Marconi (2010, p.65) definem método como sendo o conjunto das atividades sistemáticas e racionais, que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. A definição de técnica, porém, segundo os mesmos autores (2010, p.205) pode ser concebida como “[...] um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência, são também, a habilidade para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos. Correspondem, portanto, à parte prática da coleta de dados”.

Diante destas definições, o método utilizado no presente trabalho foi o estudo de caso, que segundo Gil (2002, p.54) “[...] consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”. Tendo em vista a necessidade de estudar de maneira aprofundada o objeto escolhido, utiliza-se o pensamento de Goldenberg (1997):

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística. (GOLDENBERG, 1997, p.33-34)

Para o seu desenvolvimento foram adotadas técnicas que possibilitaram o direcionamento, bem como a coleta e seleção de dados referentes ao trabalho. A investigação partiu da pesquisa bibliográfica, por meio da utilização de materiais impressos e eletrônicos que possuíam alguma relação com o tema. Segundo Gil (1987, p.71) este tipo de pesquisa “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado,

constituído principalmente de livros e artigos científicos". Lakatos e Marconi (2010, p.142), também reforçam este pensamento e afirmam que a pesquisa bibliográfica é:

[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já revisados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar indagações.

Assim foram utilizados livros, fotolivros, artigos digitais e físicos, bem como trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses para dar suporte teórico à realização do trabalho.

Para se conseguir outras informações a fim de completar o rol de instrumentos de coleta de dados, optou-se pela pesquisa de campo que segundo Lakatos e Marconi (2010, p.169) “[...] consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los”. Todavia, Yin (2001, p.115) ressalta que:

Ao realizar uma visita de campo ao local escolhido para o estudo de caso, você está criando a oportunidade de fazer observações diretas. Assumindo-se que os fenômenos de interesse não sejam puramente de caráter histórico, encontrar-se-ão disponíveis para observação alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes. Essas observações servem como outra fonte de evidências em estudo de caso. As observações podem variar de atividades formais a atividades informais de coleta de dados.

Outra forma de captação de dados escolhida pelos autores foi a observação espontânea, na qual, “[...] o pesquisador permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa os fatos que aí ocorrem.” (GIL, 2010, p.121). Segundo o autor, este tipo de observação é adequada para estudos exploratórios, uma vez que “[...] favorece a aproximação do pesquisador com o fenômeno pesquisado. (GIL, 2010, p.121). A observação é uma técnica que utiliza os sentidos para conseguir informações na obtenção de determinados aspectos da realidade (LAKATOS; MARCONI, 2010). Para os pesquisadores não bastava apenas ver e ouvir, era necessário também examinar fatos ou fenômenos que se desejava estudar e isso os obrigou a ter um contato mais direto com a realidade.

A entrevista em profundidade foi escolhida para trabalhar durante a pesquisa tendo em vista que esta é uma técnica qualitativa que explora um tema a

partir da busca de informações, percepções e experiências de entrevistados para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada, “[...] a entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer.” (DUARTE, 2009, p.62-63). Assim pôde ser explorado o universo das famílias inseridas no PAA, bem como conhecer a visão de cada entrevistado sobre o programa.

Outro pensamento que se soma a essa ideia é o de Sousa (2006), que acredita que a entrevista em profundidade é utilizada para obter de uma pessoa dados importantes para a pesquisa:

A sua principal vantagem, como o nome indica, reside na possibilidade de se obterem informações pormenorizadas e aprofundadas sobre valores, experiências, sentimentos, motivações, ideias, posições, comportamentos, etc. dos entrevistados. As entrevistas em profundidade estruturam-se em torno de núcleos temáticos que devem ser desenvolvidos metodicamente até se esgotarem. No entanto, o facto de o questionário ser estruturado não implica que ele não possa ser flexível [...]. (SOUSA, 2006, p.722-723)

Neste trabalho de conclusão de curso foi utilizada a entrevista semiaberta, que segundo Duarte (2009, p.66) tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que acobertam o interesse de pesquisa. As perguntas tiveram origem no problema de pesquisa e buscaram tratar da amplitude do tema. Ainda de acordo com o autor:

A lista de questões desse modelo tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível. Ela conjuga a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle. (DUARTE, 2009, p.66)

Para a melhor compreensão do assunto foram entrevistados alguns assentados que participam do PAA para que, desse modo, pudessem ser observados os motivos que os levaram a tal escolha, bem como o líder do assentamento, os profissionais que lidam diretamente com as etapas do processo de utilização do PAA, e as pessoas beneficiadas com a entrega dos alimentos produzidos no assentamento. Também foram entrevistadas pessoas ligadas à Prefeitura de Estrela do Norte e responsáveis pelo encaminhamento dos alimentos fornecidos pelo Programa.

Para a captação das imagens, o grupo optou pelo uso dos elementos da linguagem fotográfica⁹, destacando a composição fotográfica, regra dos terços, enquadramentos, planos e ângulos, luz, cor, contrastes e texturas. Tendo em vista que o fotolivro foi a plataforma escolhida para apresentar as imagens e que estas se enquadram no conceito de fotografia documental, é de extrema importância aprofundar o estudo sobre o tema, que se apresenta no capítulo seguinte.

⁹A explicação aprofundada sobre os elementos da linguagem fotográfica pode ser encontrada no capítulo 3 deste trabalho.

3 FOTOGRAFIA DOCUMENTAL: TRAMAS INDICIAIS DA REALIDADE

A diretriz deste trabalho tem como ponto de início o estudo da fotografia, pois esta, além de ser uma das práticas mais recorrentes na organização e registro de fatos, faz parte da realidade cotidiana das pessoas.

Para os pesquisadores, seguindo o pensamento de Kossoy (2014), a fotografia representa uma interrupção do tempo e o fragmento quando selecionado permanece isolado. Não existe antes, nem depois, só aquele instante. Um momento da vida é recortado, e este se confunde com o nascimento descontínuo da formação da imagem (KOSSOY, 1989, p.47).

Assim, para que haja compreensão deste trabalho em totalidade, é necessário neste capítulo fazer um resgate sobre os principais pontos da história e abrir uma revisão da essência do documento fotográfico.

3.1 O documento fotográfico: do espelho do real ao indício da realidade

Com o advento da tecnologia, e o surgimento de inúmeras inovações no mundo digital, é comum encontrar a qualquer hora e em todos os lugares do mundo, pessoas registrando imagens fotográficas. Segundo Palacin e Cruz (2012, p.7) dentro desse grupo de amadores, apenas alguns irão escolher a fotografia como profissão.

Para Martins (2010, p.16) que também partilha do mesmo pensamento, “[...] celulares comuns, smartphones, palmtops, máquinas analógicas e digitais capturam milhões de imagens por minuto, em todos os pontos do planeta. Fotografa-se tudo, a qualquer momento, em qualquer lugar, sob qualquer pretexto”. Dessa forma, pode-se concluir que fotografar tornou-se algo rotineiro na vida das pessoas.

Rotineiro, porém, não pode ser considerado como ingênuo. E, um dos principais problemas encontrados com essa nova tecnologia, tem sido a quantidade de manipulações disponíveis através de inúmeros programas de computação gráfica presentes no mercado (TÓFOLI, 2008).

Agora que temos programas de computador que tornaram fácil inserir partes de uma foto em outra, e trocar ou manipular qualquer parte de uma foto de maneira que a mudança não seja visível, parece que não podemos mais acreditar na veracidade de qualquer foto publicada. (VESTAL, 1998, p.79)

A partir dessa informação é relevante mencionar que, se, a fotografia não é vista hoje como um registro fiel da realidade, contudo, nem sempre foi assim.

Quando surgiu, diante do contexto da Revolução Industrial no século XIX, a fotografia era vista como um espelho do real, ou seja, como algo que registrava fielmente a realidade. Isso porque antes do seu surgimento, a informação e o conhecimento eram transmitidos através de elementos distintos, como a escrita, a oralidade e os pictogramas. (KOSSOY, 2014, p.30)

Assim, a imagem que antes era contemplada pelos olhos se transformou em objeto palpável. Justamente por isso, segundo Dubois (1994, p.26), “o efeito de realidade ligado à imagem fotográfica foi a princípio atribuído à semelhança existente entre a foto com seu referente”. Por essas características, a fotografia, desde o momento em que surgiu, despertou paixões e causou grande impacto na sociedade e nas artes.

[...] porque é uma técnica muito mais bem adaptada do que a pintura para reprodução mimética do mundo, a fotografia vê-se rapidamente designada como aquilo que deverá a partir de então se encarregar de todas as funções sociais e utilitárias até aqui exercidas pela arte pictural. (DUBOIS, 1994, p.30)

Se, por um lado, nesse período do século XIX, o principal discurso era sobre a semelhança da imagem fotográfica com a realidade, por outro lado, no século XX, isso passou por uma mudança e o foco passa a ser a transformação do real através da fotografia (DUBOIS, 1994, p.36). Nota-se que a expressão espelho do real não perdurou por muito tempo e acabou culminando num movimento crítico ao gerar uma reação em algumas pessoas, que passaram a perceber a fotografia não mais como um retrato fiel da realidade.

O princípio de realidade foi então designado como pura "impressão", um simples "efeito". Com esforço tentou-se demonstrar que a imagem fotográfica não é um espelho neutro, mas um instrumento de transposição, de análise, de interpretação e até de transformação do real, como a língua, por exemplo, e assim, também, culturalmente codificada. (DUBOIS, 1994, p.26)

Da mesma forma que ocorre com o idioma de um determinado país, a mensagem fotográfica, também sofre influências culturais e não pode ser compreendida em sua totalidade sem que o receptor tenha um aprendizado dos códigos de leitura (DUBOIS, 1994). Com isso, mesmo que a fotografia acabe por gerar um importante debate sobre o fato de apresentar – ou não - uma impressão da

realidade, para Dubois (1994) existe intrínseco nela algo que a diferencia dos demais meios de representação.

Algo de singular, que a diferencia dos outros modos de representação, subsiste apesar de tudo na imagem fotográfica: um sentimento de realidade incontornável do qual não conseguimos nos livrar apesar da consciência de todos os códigos que estão em jogo nela e que se combinaram para a sua elaboração. (DUBOIS, 1994, p.26)

Mesmo sabendo que a fotografia é dotada de códigos e signos, não se pode deixar de lado a importância que a representação da realidade, ainda que parcial, proporciona a quem a observa e a decodifica. Foi através do registro fotográfico que o mundo tornou-se “familiar”. Realidades outrora distantes e desconhecidas foram registradas, apresentadas e compartilhadas com pessoas de todo o mundo (KOSSOY, 2014, p.30). Isso tudo, só se tornou possível em razão do desenvolvimento das técnicas de fotografia que possibilitou com que ela se tornasse um registro documental.

Para reconhecer a originalidade da imagem fotográfica, no entanto, é necessário entender todo o processo: de seu ato até o produto final. Para Dubois (1994) a fotografia pertence a uma categoria de “signos”, que segundo o filósofo e semiótico americano Charles Sanders Peirces e trata de “[...] qualquer coisa de qualquer espécie, podendo estar no universo físico ou no mundo do pensamento, que [...] leva alguma outra coisa, chamada signo interpretante, a ser determinada por uma relação correspondente com a mesma idéia, coisa existente ou lei.” (SANTAELLA, 2005, p.38).

Dentro desta categoria de signos, no entanto, a fotografia ganha destaque como índice, e para Dubois (1994, p.74), “[...] enquanto índice, a fotografia é por natureza um testemunho irrefutável da existência de certas realidades”. É neste terceiro discurso, que a fotografia passa a ser considerada como algo que não escapa ao referente que a criou, contudo, neste ponto não se trata apenas de uma imitação da realidade, mas de uma ligação do signo com seu referente, e que dessa maneira a torna objeto ímpar. (DUBOIS, 1994)

Este mesmo pensamento é partilhado por Silva Junior (2010, p.53), quando diz que a fotografia neste ponto “[...] marca um certo retorno ao referente, mas livre da obsessão do ilusionismo mimético”. A fotografia acaba por tornar-se

inseparável do seu referente, “[...]é em primeiro lugar Índice. Só depois ela pode tornar-se parecida (Ícone) e adquirir sentido (símbolo).” (SILVA JUNIOR, 2010, p.53)

Ainda tomando por base o pensamento de Silva Junior (2010), pode-se notar a fotografia como um documento onde o real se desloca do referente de acordo com as intencionalidades de quem a produz e também do espectador. Diante desta definição, o grupo a utiliza para as decisões a serem tomadas no momento da produção fotográfica do fotolivro.

Como é possível perceber, a fotografia encontra-se no lugar de algo, assim como acontece com todo signo. “Ela representa uma realidade porque tem a particularidade de registrar a imanência dos objetos do mundo. Toma um recorte do real num instante preciso e o eterniza. Ela é uma prova inquestionável do acontecimento, no local e momento do click.” (FORIN; BONI, 2007, p.74). E justamente por ser esta prova inquestionável, a fotografia passou a ser adotada como um documento.

3.2 A fotografia do cotidiano: surge o documental

Como já apresentadas no capítulo anterior, as primeiras fotografias eram interpretadas quase que exclusivamente como registro visual da realidade. Segundo Sousa (2004) o contexto do ambiente era positivista, dessa forma, a imprensa também acabou por adotar a fotografia como verdade.

Pelo fato das técnicas serem limitadas e os equipamentos extremamente pesados, a fotografia como registro documental foi desenvolvida de maneira lenta, visto que essas dificuldades faziam com que poucos fotógrafos se aventurassem na busca de capturar os momentos tal como aconteciam. (HERNANDEZ, 2011)

Com o passar dos anos e com o aprimoramento das técnicas, a fotografia saiu dos estúdios e partiu para registro de outros cenários de uma forma que a pintura não conseguia. Outra característica que a fotografia ganha neste tempo é a de servir como um documento. “A foto beneficiava também das noções de ‘prova’, ‘testemunho’ e ‘verdade’, que à época lhe estavam profundamente associadas e que a credibilizavam como ‘espelho do real’”. (SOUSA, 2004, p.33)

Neste período, os caminhos escolhidos pelos fotógrafos são muitos. As fotografias de intenção documental começam a se disseminar, principalmente as que

trazem imagens de locais distantes e de paisagens (SOUSA, 2004, p.27). A curiosidade pelo diferente e o gosto pelo exótico segundo o autor, são os grandes responsáveis pelo aumento da produção deste tipo de imagem.

Enquanto alguns países buscam a documentação fotográfica com fins científicos, outros já se utilizam desta técnica para promover a comercialização de produtos e, conseqüentemente, obter um retorno financeiro. Sousa (2004, p.27) explica:

Na Europa, a atenção vai para a África e o Oriente, facto a que não é alheia a mentalidade colonial. No entanto, se a "documentação" fotográfica africana é norteada por finalidades científicas, o "fotodocumentarismo" no Médio Oriente, sobretudo no Egito, teve como fim principal a comercialização de postais ilustrados.

Diante do aumento do consumo deste tipo de material, e conseqüentemente das exigências do público, dos profissionais e dos consumidores, novos avanços tecnológicos para o conteúdo da fotografia surgiram (SOUSA, 2004, p.29). Dentre eles, o autor ressalta "a diminuição dos tempos de exposição, ligada à melhoria da qualidade das lentes e à adopção de novos processos, como o do colódio húmido. Com o aprimoramento das técnicas, a fotografia deixa de ser uma obra de arte única e passa a noção de 'arte-obra múltipla'", isso porque esses progressos permitiram que a imagem fosse congelada, realizada quase que em tempo real, sem a necessidade de longos tempos de exposição, permitindo assim a multiplicidade destas imagens.

As fotografias de paisagens, principalmente as do Mediterrâneo e algumas que documentavam o processo de industrialização que se instalava, surgiram na imprensa em forma de gravuras. Em jornais do século XX, eram tidas muitas vezes como intrusas e surgiam, sobretudo, para ilustrar. (SOUSA, 2004, p.44). Entretanto, os conteúdos das imagens, são passíveis de análises e conseqüentemente de prováveis descobertas.

[...] jamais deverão ser entendidos como meras "ilustrações ao texto". As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para decifração de seus conteúdos e, por conseqüência, da realidade que os originou. (KOSSOY, 2014, p.35)

A fotografia documental com visão social, num primeiro momento, não mereceu, por parte da imprensa, o mesmo destaque dado a outras coberturas como as de guerra. Nesse universo dos problemas sociais, os conflitos bélicos receberam atenção especial. Segundo Sousa (2004, p.33), a “herança cultural consagrava-lhe atenção artística, pois a guerra sempre foi um tema sedutor e de sucesso junto das pessoas”, contudo surgiram inúmeros conflitos em que as maiores potências industriais do mundo se envolveram. Dessa forma, ainda segundo o autor, passou-se a formar públicos para a reportagem ilustrada.

O fotodocumentarismo de denúncia social retrata temas relacionados com o ser humano e seu ambiente, aponta e denuncia problemas de origem social. Normalmente explora mazelas que afetam a sociedade, como fome, conflitos étnicos e religiosos, desigualdade social e guerras. Ao propiciar que o mundo tome conhecimento dessas distorções, contribui para que pessoas possam agir e modificar fatos e realidades. (BONI, 2008, p.2)

Ao contrário dos fotojornalistas, os fotógrafos documentaristas, segundo Sousa (2004, p.55) têm a intenção de:

[...] dar ao leitor um testemunho, mostrar a quem não está lá como é ou o que sucedeu e como sucedeu. Por vezes, exploram um determinado frame, isto é, um enquadramento contextualizador no processo de produção de sentidos, como é notório nos fotógrafos do "compromisso social", que tinham uma intenção denunciante e reformadora, que as fotos deviam consubstanciar, atingindo mesmo os que não queriam ou não sabiam ver.

Diante disso, Boni (2008) ressalta a importância e a necessidade desse tipo de fotografia. É através dela que as pessoas recebem informações de acontecimentos e desse modo se mobilizam para alterar a situação. Problemas sociais e ambientais passariam despercebidos se não fosse o auxílio das imagens.

Sem elas, milhares de indivíduos, afetados por problemas sociais como miséria, guerras, intolerância étnica e religiosa, não receberiam ajuda humanitária. Além disso, a degradação do meio ambiente e a extinção de animais silvestres também estariam fadadas à obscuridade. (BONI, 2008, p.3)

A fotografia como registro documental acabou por despertar em inúmeros fotógrafos a preocupação em retratar os problemas sociais e as mazelas do povo. “É o olhar treinado e crítico que vai além do registro testemunhal, mas com o

objetivo de conscientização do seu espectador e mudança de postura perante os problemas sociais abordados em suas fotografias”. (HERNANDEZ, 2011, p.18)

De acordo com Ferreira e Costa (2009, p.2), John Thomson foi o primeiro fotógrafo documental de cunho social e começou seus trabalhos no final da década de 1850. “[...] retratava temas relacionados com o ser humano e com o seu ambiente denunciando problemas que afetam a sociedade como a fome, conflitos étnicos e religiosos, desigualdades sociais e guerras.” Ainda segundo os autores, (2009, p.2), dois outros nomes representam este modelo de fotodocumentarismo: Jacob Riis no final do século XIX e Lewis Hine no início do século XX.

Suas fotografias eram meios de transformações, pois se tratavam de denúncias que contribuíram para melhorias sociais. Eles deixavam transparecer nas suas imagens dor, sofrimento e condições desumanas de trabalho. Havia um propósito de intercessão por meio das fotografias, verdadeiros instrumentos provocadores de reflexões na sociedade. (FERREIRA; COSTA, 2009, p.2)

Pode-se notar que não é de hoje que a mídia tem se abastecido da fotografia de denúncia social. Todavia Forin e Boni (2007) alertam para o uso dessas imagens de maneira sensacionalista pela grande mídia.

Verificar prolongadamente o sofrimento dos excluídos, por meio da barreira transparente da fotografia, era, desde a sua invenção, como é hoje, uma forma de catarse transvestida de boas intenções: jubila-se na desgraça alheia a própria pujança, sentimento disfarçado por uma aparente preocupação com a causa dos miseráveis. (FORIN; BONI, 2007, p.75)

No Brasil, o fotógrafo documental que mais atua no registro da causa dos excluídos, é o mineiro Sebastião Salgado, que segundo Forin e Boni (2008, p.83), pode ser “[...] considerado o maior fotodocumentarista social da atualidade e um dos mais importantes da história”. Persichetti (1997) conta que desde as primeiras experiências com a fotografia, Salgado sempre teve a certeza de que o grande elemento de suas fotografias seria o ser humano. “Fotografar gente é sua meta.” (PERSICHETTI, 1997, p.78). Ainda segundo a autora, o fotógrafo, sempre se preocupou em “captar a humanidade que respira ao seu redor.” (PERSICHETTI, 1997, p.78)

As fotografias de Sebastião Salgado, na maioria das vezes são dotadas de forte apelo dramático e emocional. (FORIN; BONI, 2007). Para Persichetti (1997, p.84) é importante que o fotógrafo faça imagens para provocar debates. Em nenhum

momento, Salgado esconde qual de fato é sua intenção quando opta por registrar determinada cena.

Os debates provocados pela fotografia de Salgado, no entanto, vão além dos temas sociais que aborda. Pires (2015) ressalta que Salgado é recorrentemente criticado por ser um esteta, alguém que não se contém apenas em retratar e denunciar as mazelas sociais, mas que se preocupa acima de tudo com os elementos harmoniosos e belos da fotografia. No entanto, críticos pós-modernos, entenderam essa esperança de Salgado em dar voz e dignidade aos excluídos, como sendo uma “estetização do sofrimento”. (PIRES, 2015)

Essas características encontradas na obra de Sebastião Salgado podem trazer à tona outras discussões sobre a finalidade do fotodocumentarismo. Para Ferreira e Costa (2009) muitos projetos sociais nasceram a partir do fotodocumentarismo. Surgia a necessidade de retratar a imagem de uma determinada comunidade com a intenção de documentá-la e então poder gerar uma mudança em sua realidade. “Desse modo, além de diminuir a distância entre as comunidades, a fotografia tende a aproximar os olhares”. (FERREIRA; COSTA, 2009, p.4)

3.2.1 Fotojornalismo x Fotodocumentarismo

Se os conceitos de fotojornalismo e fotodocumentarismo podem acabar se confundindo, para Sousa (1998), eles se distinguem mais na prática e no produto, do que na finalidade.

Ainda de acordo com Sousa (2014), no final do século XIX e início do século XX, a imprensa começa a configurar-se no ambiente tenso que resulta na procura de fotografias de atualidades. Na Europa, os grandes acontecimentos do último terço do século passado mereceram coberturas fotográficas. Para Cheida (2011), o fotojornalismo surge com a cobertura da guerra da Criméia, em 1853. “As fotos geravam ilustrações e gravuras, as quais eram publicadas” (CHEIDA, 2011, p.1). Foi neste contexto de cobertura da Guerra da Criméia que o fotógrafo inglês Roger Fenton passou a ser considerado o primeiro repórter fotográfico da história do fotojornalismo.

As primeiras manifestações do fotojornalismo, no entanto, aconteceram quando “[...] os primeiros entusiastas da fotografia apontaram a câmera para um acontecimento, tendo em vista fazer chegar essa imagem a um público, com intenção

testemunhal.” (SOUSA, 2004, p.25). Assim, para o autor, o fotojornalismo é uma atividade singular que usa a fotografia como um veículo de observação, de informação, de análise e de opinião sobre a vida humana e as consequências que ela traz ao planeta. Dessa forma, a fotografia jornalística mostra, revela, expõe, denuncia, opina. O profissional que compõe a imagem, porém, não pode ser deixado de lado. (SOUSA, 2004)

Já para Boni (2000) o fotojornalista observa a necessidade de revelar para o leitor, através de imagens, o que presenciou no local. Essa intencionalidade se comprova em razão de se construir o seu significado pessoal do fato e depois, utilizando-se dos recursos técnicos e dos elementos da linguagem fotográfica, apresentar ao leitor. Apesar dessa intencionalidade, o fotojornalismo é considerado documental, pois a fotografia possui característica de ser documento em sua essência. Dentro deste panorama do fotojornalismo, Moreira (2013, p.25) destaca Henri Cartier-Bresson.

Henri Cartier-Bresson se baseava em quatro regras básicas para a composição de suas fotografias, mantendo o “purismo” e a praticidade objetiva das mesmas. Tais regras consistiam em: nunca cortar as fotografias na ampliação, sempre fotografar em preto-e-branco, nunca usar flash (apenas luz natural é admitida) e não usar efeitos nem na revelação nem na ampliação fotográfica (BARROS, 2012).

Ainda observando as realidades do fotojornalismo e também do fotodocumentarismo, Hernandez (2011) caracteriza o fotojornalista diário como um expectador dos fatos que surgem no decorrer do dia e não sabe exatamente o objeto ou o cenário que será fotografado. Já o fotodocumentarista, com uma rotina diferenciada de trabalho, acaba por contar com conhecimento prévio, que envolve pesquisas sobre o que, onde, quando e como fotografar. (HERNANDEZ, 2011)

Do pré-projeto fotográfico até sua conclusão, pode levar anos na sua elaboração, exemplo disso é o livro “Éxodos” de Sebastião Salgado que levou seis anos de trabalho. O longo prazo, o que possibilita maior engajamento com o assunto, é o fator que mais favorece a elaboração de um trabalho com profundidade, o que permite ao fotodocumentarista, sem pressões e restrições impostas por determinado veículo de comunicação, trabalhar com mais liberdade de criação e maior número de fotografias, resultando em imagens com melhor apuro estético. (HERNANDEZ, 2011, p.21)

Além disso, Sousa (2004) acrescenta que, a fotografia de notícias da atualidade, é, em geral, de importância momentânea. Já a fotografia documental tende

a ser de validade quase atemporal. “[...] de qualquer modo, o fotodocumentarismo não apresenta uma prática única: os fotógrafos podem ter métodos e formas de abordagem fotográfica dos assuntos que os distinguem entre si.” (SOUSA, 2004, p.12)

Para um melhor entendimento, o que caracteriza e diferencia o fotojornalista do fotodocumentarista é a autonomia do fotógrafo. Para Cardia¹⁰ na fotografia documental existe a possibilidade maior de tempo e de participação do profissional em todo o processo. O fotógrafo é quem decide o caminho a seguir. É ele que pensa a melhor iluminação, o ângulo, a melhor cena. Segundo o fotógrafo, no documental existe um tempo para entender todo o processo da vida das pessoas envolvidas e dessa forma é possível captar o dia a dia da maneira mais fiel. De acordo com Hernandez (2011) o fotodocumentarismo está intimamente ligado ao registro de questões relacionadas às sociedades atuais.

[...] é um ensaio ou projeto fotográfico (documental) de cunho social, como forma mais comum de abordagem, e com o objetivo de interpretar e propor questões sobre a sociedade do nosso tempo. O fotodocumentarismo segue a mesma linguagem do fotojornalismo, portanto sua característica primordial é informar, mas difere no processo de concepção das imagens assim como na apresentação final. (HERNANDEZ, 2011, p.14)

Um dos principais trabalhos do fotodocumentarismo é o de denúncia social, que enfoca assuntos ligados aos seres humanos e seu ambiente. “[...] procura documentar fatos sociais e seu contexto, tendo um propósito, explícito ou não, de intercessão.” (BONI, 2008, p.3). O autor afirma ainda que a importância dessas fotografias é indiscutível, e é por meio delas que a sociedade passa a conhecer acontecimentos inaceitáveis que ocorrem no planeta e se mobilizam para agir e modificar a situação. É justamente por conta deste pensamento, que os autores desta pesquisa optaram por registrar o funcionamento de uma política pública em um assentamento específico, bem como seus beneficiários e o ambiente em que vivem, e assim apresentar esta realidade à sociedade.

Lombardi completa o pensamento de Boni quando diz que os fotodocumentaristas buscam novas formas de ver e retratar o mundo. “Eles vão trazer, de seus repertórios culturais, ferramentas que os ajudem a elaborar uma linguagem própria de expressão.” (LOMBARDI, 2008, p.44)

¹⁰ Entrevista com Rubens Cardia, professor do curso de Fotografia da Unoeste. É formado em relações públicas pela Unesp de Bauru e especialista pela UEL. 24 ago. 2015.

Quanto aos grandes nomes do fotodocumentarismo, Lewis Hine é considerado o maior de seus expoentes. Ele utilizava, aberta e declaradamente, suas fotografias como meios de transformações sociais. Por meio delas, denunciou a exploração da mão-de-obra nos Estados Unidos, e contribuiu para melhorias nas condições de trabalho. (BONI, 2008, p.2)

De uma forma ampla, o fotodocumentarismo pode reduzir-se ao fotojornalismo, uma vez que ambas as atividades usam, frequentemente, o mesmo suporte de difusão (a imprensa) e têm a mesma intenção básica (documentar a realidade, informar, usando fotografias). Porém, e em sentido restrito, por vezes distingue-se o fotojornalismo do fotodocumentarismo pela tipologia de trabalho. Um fotodocumentarista trabalha em termos de projeto fotográfico. (SOUSA, 2002, p.8)

Desde o momento em que os primeiros registros fotográficos foram apresentados, a fotografia, sempre assumiu, ainda que não em sua totalidade, um caráter de documento (BONI, 2008, p.2). Para Kossoy (2014, p.32), “[...] a fotografia, entretanto, ainda não alcançou plenamente o status de documento (que, no sentido tradicional do termo, sempre significou o documento escrito, manuscrito, impresso na enorme variedade)”.

Kossoy (2014) ainda acredita, que na verdade a fotografia sempre sofreu certo tipo de preconceito sobre ser “fonte histórica de instrumento de pesquisa”. A transmissão do conhecimento através da tradição escrita ainda aprisiona as pessoas. Para o autor (2014, p.34), outro problema, “[...] reside justamente na sua resistência em aceitar, analisar e interpretar a informação quanto esta não é transmitida segundo um sistema codificado de signos em conformidade com os cânones tradicionais da comunicação escrita”.

Se por um lado a fotografia documental é tida muitas vezes como algo que dificulta a transmissão de informações, para Lombardi (2008, p.12), ao contrário, além de atingir o objetivo de informar, também proporciona um prazer estético e acaba se tornando formadora de opinião.

[...] tem como proposta narrar uma história por meio de uma seqüência de imagens. Com sua especificidade centrada na aliança do registro documental com a estética, ela assume a função de fazer a mediação entre o homem e o seu entorno. É, portanto, problematizadora da realidade social, e ao mesmo tempo, reivindicadora de um modo próprio de expressão. (LOMBARDI, 2007, p.10)

A autora relata que o fotodocumentarismo não se prende a um único modo de representação. “[...] ele pode ser usado para defender os ideais civis, denunciar, compor discursos políticos e apontar as divergências da sociedade.” (LOMBARDI, 2008, p.43). Mas não é somente pelo lado social que este tipo de fotografia pode ser explorado. A experiência pode ser a de “[...] descrever o cotidiano, retratar as experiências da vida comum ou documentar algo que está desaparecendo”. (LOMBARDI, 2008, p.43-44)

Sousa (2004) compartilha do mesmo pensamento de Lombardi quando diz que o fotodocumentarista não apresenta uma única maneira de produzir seus registros. Na verdade, “os fotógrafos podem ter métodos e formas de abordagem fotográfica dos assuntos que os distinguem entre si”. (SOUSA, 2004, p.12)

Lombardi, todavia, atenta para que a forma como cada fotógrafo utiliza para se expressar, interfere no caráter documental do trabalho. “Seja de forma determinante, como fizeram os fotógrafos do início do século XX, ou de maneira mais amena, como preferem fazer alguns fotógrafos de gerações mais recentes.” (LOMBARDI, 2007, p.35-36)

Cada fotógrafo tem seu modo particular de atuação, por isso a dificuldade em se chegar a uma classificação mais específica, já que não é possível apontar uma uniformidade em relação ao modo de produção do trabalho. Práticas e métodos específicos resultam em trabalhos diferenciados que se propõem a explicar comportamentos sobre o social, mostrar vistas distantes ou vidas diferentes. Desse modo, técnicas e estilos se inter-relacionam na fotografia documental. (LOMBARDI, 2007)

3.2.2 A fotografia dos movimentos sociais: comunicação alternativa

Como dito anteriormente, a fotografia documental de caráter social tem como sua principal característica denunciar e expor problemas antes desconhecidos pela sociedade. Além disso, retrata o cotidiano e experiências comuns de vida. Ela faz a mediação entre o ser humano e o que acontece ao seu redor. Com a fotografia é possível que haja uma compreensão do homem, de como este age e qual o seu comportamento dentro da sociedade na qual está inserido. (SILVA JUNIOR, 2010)

Entender a natureza do ato fotográfico, seu uso jornalístico e sua imersão e intervenção na sociedade são necessários como forma de compreender a própria maneira em que o mundo e, especialmente seus atores em todas as suas relações, são apresentados, construídos e desconstruídos ao sabor das necessidades do próprio homem em representar o mundo. (SILVA JUNIOR, 2010, p.74)

Boni (2008, p.4) cita as fotografias de W. Eugene Smith como grandes reveladoras do poder da imagem e do seu impacto na sociedade:

Em seu último projeto, Minamata, fotografou uma aldeia pesqueira japonesa, vítima de contaminação criminosa de mercúrio. Seu trabalho – principalmente a imagem de uma menina deficiente, devido a alterações genéticas causadas pelo acúmulo do metal – tornou-se um manifesto ecológico e humanista difundido por todo o planeta.

A fotografia que relata os problemas sociais, e conseqüentemente os movimentos sociais, trata de questões que envolvem pessoas, grupos e tudo o que está ao seu redor. “Normalmente explora mazelas que afetam a sociedade, como fome, conflitos étnicos e religiosos, desigualdade social e guerras. Ao propiciar que o mundo tome conhecimento dessas distorções, contribui para que pessoas possam agir e modificar fatos e realidades.” (BONI, 2008, p.2)

Segundo Silva Junior (2010, p.75), a fotografia quando vista como imagem pura, dificulta a capacidade de compreensão dos atos humanos. “Já enquanto instrumento que permeia as relações sociais, ajuda a visualização e o aprofundamento dessas mesmas relações uma vez que se entende a fotografia como um aparato codificado já a partir de sua gênese sob um ponto de vista escolhido.”

Nesse sentido, quando o fotógrafo escolhe determinado ponto, acaba por gerar nova significação ao ato (SILVA JUNIOR, 2010). As ações desenvolvidas por movimentos sociais, por exemplo, ganham maior significado quando o autor da imagem opta por cenas que despertam a emoção no leitor.

[...] a fotografia de militantes de um movimento social em situação semelhante a uma prisão, uma batida policial, coação, ou vestidos com capuzes, eleva a significação a outro patamar.[...] Este sentido que desperta a imagem é resultado de quem a gera e da percepção de quem a vê e este mesmo ato pode resultar, com o tempo, em uma constância perigosa que fará enxergar determinados personagens da mesma maneira, ideologicamente marcados, e aqui por ação dos próprios veículos. (SILVA JUNIOR, 2010, p.89)

3.2.3 O fotolivro como expressão da fotografia documental

Dentre inúmeros tipos de publicações existentes no mercado, é importante neste momento do trabalho, buscar uma definição sobre o produto escolhido como peça prática: o fotolivro. Este tipo de publicação é composta por fotografias reunidas como um conjunto. Nele é proposta uma sequência de imagens, trabalhadas segundo uma edição, que busca envolver o leitor numa lógica similar à do cinema ou da fotonovela, ou seja, em formatos sequenciais. A página, equivalente à unidade de um livro escrito, é pensada como uma parte, um instantâneo de uma composição maior, ou seja, pressupõe um encadeamento de sentido. (ABREU, 2014, p.14)

Para Barbosa (2013, p.569) os fotolivros são, em sua essência, elementos de dispersão de ideias e delineamentos estéticos, culturais e políticos. “São vendidos, doados, emprestados, portanto são mais suscetíveis de circular, ao contrário, por exemplo, das exposições que duram pouco e atingem um número menor de pessoas.”

Lozano (2007) compartilha da mesma ideia, quando apresenta “[...] by definition a book–photobook included-is produced in multiple copies, that is: in an edition, which can be of dozens, hundred or thousands copies.”¹¹

Segundo Sontag (1983), por décadas o livro foi o modo mais apropriado de ordenar fotografias, assegurando-lhes maior durabilidade e até mesmo perpetuidade, em razão de ser um objeto frágil, que se rasga e se perde facilmente.

A fotografia publicada em livro é, obviamente, a imagem da imagem. Mas como ela é, para começo de conversa, um objeto impresso e amplo, perde muito menos de sua qualidade essencial, ao ser reproduzida em livro, do que a pintura. Ainda assim, o livro não representa a melhor solução para fazer circular entre o grande público conjuntos de fotografias. A sequência em que um desses conjuntos deve ser apreciado é sugerida pela ordem das páginas do livro, embora nada obrigue o leitor à sequência proposta ou lhe indique o tempo que deverá dedicar a cada fotografia. (SONTAG, 1983, p.3)

Na produção de fotolivros, é necessário ressaltar o estudo crítico por parte dos fotógrafos, e também o contexto social e político das obras. Segundo Barbosa (2013), o projeto gráfico deve ter uma atenção especial e todas as etapas

¹¹ Por definição, o fotolivro incluído- é produzido em múltiplas cópias, que é: em uma edição, que podem ser de dezenas, centenas ou milhares de cópias (Tradução livre).

precisam ser devidamente estudadas “[...] composição, seleção das imagens, impressão, encadernação e narrativa fotográfica. Procura-se também estabelecer o diálogo com outros discursos iconográficos (cinema, gravura, pintura, etc) e com outros fotógrafos e fotolivros.” (BARBOSA, 2013, p.569)

Ainda que pouco conhecidos, existem na América diversificados perfis de fotolivros.

[...] com destaque para algumas temáticas mais recorrentes, tais como os fotolivros de denúncia (frutos em geral de projetos de esquerda); publicações engajadas sejam de protestos ou memória; fotolivros de propaganda governamental; fotolivros de registro da paisagem; fotolivros da paisagem urbana, ou seja, aqueles que possuem a cidade como temática principal; fotolivros de fotógrafos nacionais e estrangeiros com fins antropológicos, etnográficos, arqueológicos, fotolivros com fins turísticos, de divulgação de tipos populares ou folclóricos, buscando o exótico; e fotolivros artísticos. (FERNÁNDEZ apud BARBOSA, 2013, p.569)

A última década, de acordo com Shannon (2010) assistiu a um aumento significativo no interesse em livros que relatem a história por meio de fotografias, ou seja, os chamados livros fotográficos ou, cada vez mais comum, o livro de fotografias. “Nevertheless, a growing number of publications and academic scholarship have attempted to establish a history of the photobook and an accompanying canon. This has also resulted in greater attention from the art market.”(SHANNON, 2010, p.55)¹²

Ainda segundo Shannon (2010), o termo fotolivre está sendo cada vez mais aplicado às publicações criadas em diferentes circunstâncias, com uma série de pontos de vista políticos, sociais e estéticos:

In addition, the term ‘photobook’ typically defines a book created to fulfil a primarily artistic function, but is often applied to publications that are non-artistic in origin in order to increase the book’s authority and value within the market. The ‘photobook’ label is increasingly used to designate a book’s aesthetic and market value to the exclusion of all other types of worth. This obscures individual books’ historical, cultural and ideological origins, obstructing our ability to assess the photographic book’s nature and value. (SHANNON, 2010, p.55)¹³

¹²No entanto, um número crescente de publicações e estudos acadêmicos tem tentado estabelecer uma história do livro de fotos e um cânone de acompanhamento. Isto também resultou em uma maior atenção por parte do mercado de arte. (Tradução livre)

¹³Além disso, o termo "fotolivre" tipicamente define um livro criado para cumprir uma função essencialmente artística, mas é muitas vezes aplicado às publicações que são não-artística na origem, a fim de aumentar a autoridade do livro e valor no mercado. O rótulo de "fotolivre" é cada vez mais usado para designar valor estético e mercado de um livro com a exclusão de todos os outros tipos de pena. Isso obscurece origens históricas, culturais e ideológicas dos livros individuais, obstruir nossa capacidade de avaliar o livro fotográfico de natureza e valor. (Tradução livre).

Barbosa (2013, p.569) atesta que existem poucos trabalhos voltados para os fotolivros, e que estes há pouco tempo se tornaram objetos de estudo. Desse modo, os autores deste TCC, com a intenção de alcançar o maior número de pessoas, optaram pela criação de um fotolivro que expresse todas as etapas que envolvem o Programa de Aquisição de Alimentos.

A peça prática deste trabalho, o fotolivro, busca atender os beneficiados do PAA, informando-os sobre esta política pública na qual estão inseridos, através da disposição de um exemplar na Biblioteca Municipal de Estrela do Norte; os produtores rurais através de um exemplar fornecido ao líder do assentamento, a sociedade de um modo abrangente, por meio da publicação de um e-book e os estudantes da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), local onde estará disponível dois exemplares da peça.

Para a produção deste material foram analisados, além de fotolivros digitais, 5 fotolivros físicos, dentre eles: O fim da pólio – Campanha mundial para a erradicação da doença (Sebastião Salgado); Terra (Sebastião Salgado); Cuidados pela vida (Lalo de Almeida, Pedro Martinelli e Roberto Linsker); The Victory Era (Jeff Ethel) e Gênese (Sebastião Salgado), que serviram de base e referência para a conclusão deste trabalho.

3.3 O ato e a técnica: olhar e linguagem fotográfica

Diante de uma produção fotográfica, é possível estabelecer a leitura da obra, com isso, pode-se concluir que a mesma é dotada de uma linguagem própria. Segundo Dubois (1994) o primeiro passo para se formar essa linguagem, se inicia quando o fotógrafo decide fotografar, na sequência ele busca o que irá ser fotografado, qual aparelho será utilizado, qual a melhor lente para aquele ambiente e cenário, o tempo de exposição adequado, calcula a abertura necessária para diafragma, ajusta o foco, além de diversas outras operações que são determinantes para captar o momento decisivo.

Diante desse fato, o fotógrafo, como bem lembra Boni (2000) constrói mentalmente seu significado particular do acontecimento.

Ele precisa se inteirar, saber e entender o que está acontecendo para poder transmitir uma versão do acontecido ao seu leitor. Estará, então, exercitando o papel de tradutor. Através de uma foto estará elegendo um fragmento da realidade, um recorte espaço temporal do todo (da realidade que presenciou e testemunhou) para, com ele, traduzir ao leitor o que aconteceu naquele determinado espaço e tempo. (BONI, 2000, p.50)

De acordo com Martins (2014), dentro do universo das formas de expressão visual da realidade social, a fotografia é aquela que ainda procura seu lugar na sociedade contemporânea. Talvez porque tenha sido, por muito tempo, a mais popular, ao alcance de inúmeros usuários e instrumentalizada por uma variedade significativa de imaginários. Para o autor (2014), é evidente que a imagem fotográfica constitui mais do que um recurso de técnica de pesquisa. Antes mesmo de ser procurada por cientistas sociais, ela já havia sido cobiçada pelo senso comum.

Para despertar emoções e revelar informações por meio da fotografia, Lima (1988) pontua que é indispensável que o praticante domine três condições fundamentais: a arte, o saber e o acaso. A arte tendo em vista à organização da fotografia, dos componentes e dos contrastes dentro do espaço da imagem, adicionados à sua capacidade de comunicação. Isso porque, esses elementos são indispensáveis para prender a atenção de quem a observa durante o período necessário para sua compreensão.

Já o saber está relacionado aos códigos de conhecimento imagético e técnico de quem a pratica. Esses códigos se referem à estética, o histórico do que será fotografado e os conhecimentos ligados à especialidade do fotógrafo. (LIMA, 1988)

O acaso, segundo Lima (1988) se refere aos acontecimentos inesperados, situações que podem ocorrer no momento em que a imagem é registrada. Esses imprevistos se referem ao personagem principal, figurantes e até mesmo ao cenário.

Com os recursos técnicos e o uso dos elementos da linguagem fotográfica, o fotógrafo é capaz de criar adjetivos sobre o que fotografa. Para Boni (2000, p.50), o fotógrafo “[...] é capaz de deixar o bonito ainda mais belo, o feio ainda mais torpe, a denúncia social ainda mais repugnante, o crime bárbaro ainda mais hediondo.” Neste ponto, a escolha depende da intencionalidade de quem registrou a cena.

Se, por exemplo, o fotógrafo intenciona informar seus leitores que um grande número de pessoas esteve presente a um ato político, uma manifestação cívica ou uma passeata de protesto, na impossibilidade de enquadrar todos os presentes num mesmo fotograma, o que seria a sua mais completa tradução, se utilizará de recursos técnicos que lhe permitam aproximar o recorte espaço temporal da realidade do todo. (BONI, 2000, p.51)

3.3.1 Composição fotográfica

Quando um fotógrafo decide captar uma imagem é necessário que antes do registro ele estude a cena que irá ser fotografada. É importante que os elementos estejam em harmonia, pois não basta que a fotografia seja esteticamente bela, sobretudo, ela precisa transmitir emoções ao leitor (PALACIN, 2012). Para isso, segundo o autor (2012), é preciso que os arranjos se encontrem dentro do enquadramento.

Os arranjos são feitos colocando-se figuras ou objetos em determinadas posições. Às vezes, na mudança do ângulo de tomada, você pode deslocar sua câmera suavemente, acarretando uma mudança na composição. [...] conseguir um bom equilíbrio ao arranjar as formas, as cores, as áreas de luz e sombra que se completam mutuamente também faz parte das recomendações para uma boa composição (PALACIN, 2012, p.50).

Boni (2000) revela que a composição fotográfica é vista pelos fotógrafos profissionais como um misto entre técnica e arte. Para o autor (2000), a composição é mais um dos elementos da linguagem fotográfica que podem ser utilizados para manifestar a intencionalidade de comunicação do fotógrafo.

3.3.2 Regra dos terços

Dentre as diversas formas de se organizar uma imagem a fim de criar um sentido para que o leitor consiga interpretar a mensagem, a regra dos terços aparece como uma prática visual na qual o fotógrafo divide mentalmente a imagem em duas linhas horizontais e duas linhas verticais, gerando nove partes com quatro pontos de ligação, distribuindo-os de acordo com os de maior valor aos nossos olhos. Pallacin (2012) revela que ao colocar os elementos em um dos cruzamentos imaginários, o fotógrafo valoriza e harmoniza a composição. Estes quatro pontos de interseção são conhecidos por pontos de ouro (FIGURA 1), considerados como as

regiões de maior dinamismo em uma imagem, onde o elemento vital é mais ressaltado. (BONI, 2000)

FIGURA 1 – Regra dos Terços



Foto:Danúbia Leite

3.3.3 Enquadramento

Quando chega o momento do fotógrafo definir o enquadramento é importante que este esteja atento quanto ao assunto principal, visto que, existem outros elementos que irão aparecer na frente e no fundo da cena. Sousa (1988) afirma que os componentes móveis da imagem dominam os componentes fixos e isso ocorre independente de seus respectivos tamanhos. “O conhecimento disso assegura à fotografia uma feitura fácil, rápida e eficaz.” (SOUSA, 1998, p.19)

Os elementos, como lembra Palacin (2012) precisam estar em sintonia para que a imagem fique atraente.

Às vezes uma pequena mudança de ângulo ou enquadramento resulta numa foto muito mais interessante. Antes do clique, deve-se apenas observar os elementos e sentir como elas se comportam no conjunto, além de verificar, também, a proporção, a cor e a textura destes elementos. (PALACIN, 2012, p.49)

Quando, ao registrar uma imagem, se opta por deixar de lado parte de seu espaço visual, acontece aí um reenquadramento da imagem. Sousa (2002, p.78) define este reenquadramento como um gesto frequente no fotojornalismo, pois dessa forma se pode concentrar a atenção do observador no motivo principal e retirar da imagem elementos que desviem o olhar do que realmente é importante.

3.4 Planos e ângulos

Dentro da linguagem fotográfica, existem dois tipos planos e ângulos que, de acordo com a maneira que são utilizados também podem apresentar a intencionalidade do autor da imagem: o plano de foco e o plano de tomada.

Os planos de foco (FIGURA 2) são usados quando o fotógrafo opta por deixar nítido determinado ponto da cena em detrimento a outro.

Em suma, o plano de foco caracteriza e evidencia a importância dos elementos presentes na imagem. Assim, dentro de um mesmo plano de tomada, é possível estabelecer diversos planos de foco, ora privilegiando um elemento em detrimento de outro(s), ora alterando ou simplesmente invertendo a seletividade de foco. (BONI, 2003, p.175)

FIGURA 2 - Plano de Foco



Foto: Victor Silva

Com relação aos planos de tomada, segundo Boni (2003, p.170), estes se determinam a partir da distância da câmera em relação ao elemento fotografado. Eles variam de “geral” a “de detalhe” e são caracterizados pela aproximação e distanciamento da imagem em relação à lente no momento da captura fotográfica.

Um exemplo para plano geral pode ser observado na Figura 3. Seu propósito é mostrar todo o ambiente e informar o observador. “São muito usados para fotografar paisagens e eventos de massas (as pessoas podem diluir-se no conjunto, mas podem também parecer personagens colectivas, com personalidade, forma e peso).” (SOUSA, 1998, p.79)

FIGURA 3 - Plano Geral



Foto: Danúbia Leite

Diferente do plano geral, o plano médio (FIGURA 4) tem a missão de equilibrar o objeto com o ambiente. Boni (2000, p.67) conceitua plano médio como sendo uma importante busca pela riqueza de detalhes dos elementos fotografados. Apresentando, dessa forma, a interação homem-ambiente e o altíssimo poder descritivo, que fazem deste o plano mais usado no fotojornalismo.

FIGURA 4 – Plano Médio



Foto: Danúbia Leite

Outro plano, o americano (FIGURA 5) é um dos que proporciona maior abertura, o que gera uma grande amplitude horizontal, nele o elemento principal é sempre enquadrado do joelho ou da cintura para cima.

Os cineastas acreditam que, por cortar o elemento humano na altura dos joelhos ou da cintura, o Plano Americano, concentra a atenção do telespectador nos movimentos dos braços e da cabeça do personagem. Assim, mesmo caracterizado como parcialmente descritivo, onde homem e ambiente interagem, esse enquadramento privilegia com ênfase o componente vivo em detrimento dos demais. (BONI, 2000, p.70)

FIGURA 5 – Plano Americano



Foto: Victor Silva

O plano *close-up* (FIGURA 6) é também conhecido como primeiro plano e isola o sujeito da cena por ser se tratar de um plano muito fechado, o que acaba por ocupar todo o cenário, sem deixar espaços à sua volta. De acordo com Boni (2000) este tipo de plano também é muito utilizado no fotojornalismo, especialmente em matérias de comportamento, pois ao eliminar o cenário, a expressão das pessoas fotografadas fica mais nítida, salientando com mais ênfase sua expressividade. A principal função do *close-up* é registrar a emoção dos fotografados.

FIGURA 6 – *Close-Up*

Foto: Danúbia Leite

Por outro lado, o *big close-up* (FIGURA 7), ou plano de detalhe, tem a intenção, como o próprio nome já diz, de enfatizar os detalhes de um determinado

elemento, como a boca, as mãos ou os olhos Boni (2000). O autor explica que esse tipo de plano é utilizado principalmente em publicidades de joias, cosméticos e lingerie. Contudo, por ter pouco poder de informação, esse enquadramento não é muito utilizado no fotojornalismo. Quando isso ocorre, normalmente é para registrar o olhar de angústia, arrependimento, espanto ou medo de alguém sem necessariamente conferir-lhe a identidade. (BONI, 2000)

FIGURA 7 – *Big Close-Up*



Foto: Danúbia Leite

Outro ponto que deve ser observado no registro de imagens está relacionado aos ângulos escolhidos pelo fotógrafo. Estes servem para representar a visão do profissional sobre o que está sendo registrado. Quando a câmera estiver posicionada na mesma altura dos olhos do indivíduo, este ângulo é denominado normal (FIGURA 8). Boni (2003, p.179) explica que todo ângulo linear é o que retrata com maior fidedignidade de forma e proporção o elemento fotografado.

FIGURA 8 – Ângulo Normal



Foto: Victor Silva

Dentro desta temática, o ângulo *plongée* (FIGURA 9), é também conhecido como mergulho, ou o popular de cima para baixo. É utilizado quando o fotógrafo encontra-se em uma posição acima do objeto. É muito utilizado para passar

a sensação de inferioridade, pois aparentemente diminui o que vai ser fotografado. “[...] o plongée tende a diminuir o sujeito em relação ao leitor e conota ares de fraqueza, de submissão, de derrota.” (BONI, 2000, p.86)

FIGURA 9 – *Plongée*



Fonte: Danúbia Leite

Ao contrário do *plongée*, no ângulo *contra-plongée* (FIGURA 10), a câmera busca o foco principal da cena de baixo para cima, o que deixa o objeto fotografado em um ângulo mais elevado em relação ao do fotógrafo, tornando-o supostamente superior. “Quando se trata de fotos de pessoas, o *contra-plongée* valoriza o sujeito fotografado em relação ao leitor. Cria, pela angulação de tomada, uma sensação de grandeza, de imponência.” (BONI, 2000, p.86)

FIGURA 10 – *Contra Plongée*



Fonte: Danúbia Leite

3.5 Luz

Fotografar é escrever com luz. Lima (1988, p.89), explica que a luz é composta de partículas – os fótons – que se deslocam da fonte de energia luminosa até se chocarem com um elemento que possui cor. Contudo, Boni (2003, p.184), revela que é necessário saber ler e interpretar a luz. Dominar e compreender a luz equivale dominar os códigos convencionais preestabelecidos da escrita verbal. Por isso sua utilização direcionada, em particular, permite ao fotógrafo enfatizar determinado elemento do cenário, destacando-o dos demais.

Diante disso, Martins (2010, p.228) esclarece que áreas de fundo fortemente coloridas ou muito iluminadas afastam atenção do assunto principal, principalmente quando este é composto de cores suaves ou meios-tons. Nesse caso, a solução também consiste em modificar a posição do objeto ou da câmera. Outra maneira de minimizar o problema é reduzir a profundidade de campo, usando uma abertura maior para que o fundo fique desfocado.

3.6 Cor e preto e branco

Mesmo com todos os avanços tecnológicos e o desenvolvimento da fotografia colorida, as imagens em preto e branco não perderam seu espaço e continuam agradando e fazendo parte do cotidiano das pessoas.

Uma reputação não construída apenas pelo tempo e pela tradição. O P&B, como é conhecida a fotografia em preto e branco, está ligado, entre outras coisas, ao cinema mudo, à chegada do homem à Lua e, também, ao registro jornalístico de uma página triste da história humana (CHICHITO et al., 2006, p.4)

Segundo Boni (2003, p.183), na década de 1970, os jornais trabalhavam quase que unicamente com fotografias preto e branco. Com a informatização das redações e modernização da estrutura gráfica, nas duas últimas décadas, praticamente todos os veículos impressos de circulação nacional começaram a dispor dos recursos necessários para a impressão colorida.

O preto e branco, no entanto, se torna mais expressivo do que a fotografia colorida, principalmente por determinados temas. “Para fotografar mazelas sociais (pobreza, mendicância, o precário atendimento pelos corredores superlotados

de hospitais) trabalhadores e a terceira idade, o preto e branco é muito mais expressivo que o colorido.” (BONI, 2003, p.183)

Lima (1988, p.85), explica que o contraste da fotografia preto e branco é obtido pela própria natureza das cores que vemos, e sua nitidez e textura são realçadas pela quantidade de luz que lhe é permitida.

Ao mesmo tempo em que a imagem em preto e branco prende a atenção do espectador, a colorida também transmite atração. Sousa (2002) afirma que a cor permite seduzir a atenção, mas também é um influente verificador de sentido, em função do contexto e da cultura. A imagem colorida reflete com maior originalidade aquilo que se vê, dessa maneira as cores precisam estar em harmonia, pois quando existem cores próximas numa fotografia, o uso desses contrastes excessivos pode formar composições conflitantes, é necessário assim, se atentar aos cuidados estéticos.

3.7 Contrastes

Dentro de uma imagem, existem os tons mais luminosos e os mais escuros. Boni (2000) conceitua contraste como sendo as diferenças de tons ou de luz na imagem. Neste panorama podem ser observados dois tipos: o luminoso e o tonal. “O contraste resultante da incidência de iluminação é chamado de luminoso; o que resulta da diferença de tonalidade de cor é conhecido por contraste tonal.”(BONI, 2000, p.91). Ainda segundo Boni (2000), trabalhar com o contraste é um exercício de incontáveis resultados. Até porque, apesar de descritos separadamente, para melhor compreensão, os contrastes tonal e luminoso só são possíveis juntos, pois não existe cor nem fotografia sem luz. A união desses fatores, contudo, abre um amplo leque de trabalho para o fotógrafo.

3.8 Textura

Na imagem fotográfica, a textura é o elemento responsável por transmitir sensações e sentimentos, pois esta tem o poder de transparecer uma sensação de relevo na fotografia.

Essa força consiste em criar condições visuais para que o leitor da foto imagine como é tocar na superfície que está vendo, exatamente como se estivesse “sentindo” com os olhos a textura das superfícies, tateando e percebendo cada detalhe. (BONI, 2003, p.181)

Ainda segundo o autor, a textura consiste em detalhar e valorizar as superfícies fotografadas. Seu uso correto permite diferenciar a qualidade e os detalhes de diferentes tipos de materiais que compõem a cena, pois proporciona ao leitor a ideia de tato. Assim, de acordo com a superfície do motivo fotografado, é possível ter a nítida impressão de lisura, rigidez, porosidade, maciez, aspereza, robustez.

4 REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Por se tratar de uma área extremamente ampla e complexa, para se começar a traçar um esboço sobre a questão agrária no Pontal do Paranapanema, é válido observar que este assunto não é exclusivo desta região, nem tampouco pertencente apenas aos séculos XX e XXI.

4.1 A questão agrária

Durante milhares de anos, o homem viveu em comunidades, onde ninguém era dono de nada. Tudo era partilhado e os integrantes deste espaço realizavam todas as funções de trabalho juntos. Consequentemente ninguém era mais rico ou mais pobre que o outro. Com o tempo, estas comunidades cresceram e as tarefas precisaram ser divididas. (MORISSAWA, 2001, p.8)

Diante deste crescimento, ainda segundo Morissawa (2001), era preciso produzir cada vez mais alimentos para suprir a necessidade de tantas pessoas. No entanto, para que as plantações obtivessem êxito, estas dependiam da água para o processo de irrigação, dessa forma, as comunidades passaram a se concentrar às margens de grandes rios.

Com o passar do tempo, as relações entre as comunidades e as pessoas foram se enfraquecendo devido ao acúmulo de poder e de riqueza que acabavam por minar estes vínculos. Neste ponto, as famílias começaram a erguer cercas para “[...] garantir que outras não viessem ‘compartilhar’ seus bens”. (MORISSAWA, 2001, p.10). Nota-se aí, então, o surgimento das primeiras propriedades privadas da História.

No Brasil, a situação não foi diferente. Segundo Fernandes (2000), a formação histórica do país é marcada pela ocupação das terras indígenas, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Quando os primeiros europeus chegaram a terras brasileiras, lá pelos idos de 1500, não existia a propriedade privada da terra. Tudo o que os habitantes do local produziam, caçavam e pescavam era dividido entre a comunidade. O mesmo acontecia com o trabalho, que também era dividido entre eles. (MORISSAWA, 2001, p.56)

Podemos dizer que a **luta pela terra no Brasil** nasceu naquele instante em que os portugueses perceberam que estavam em uma terra sem cercas, onde encontravam tudo muito disponível. Os habitantes do local, então, diante de armas e intenções nunca imaginadas, teriam muito que lutar contra esse **verdadeiro caso de invasão**. (MORISSAWA, 2001, p.57, grifo da autora)

Neste ponto, observa-se que surgem alguns elementos que caracterizam a questão agrária no Brasil: os conflitos e a violência. Todavia é válido compreender que os conceitos de conflito e violência recebem significados distintos. Girardi e Fernandes (2006, p.35) traçam um panorama sobre estas terminologias:

Enquanto a conflitualidade gera o desenvolvimento pelo embate de forças entre os diferentes territórios, a violência se caracteriza pelo emprego da força para a exterminação do conflito, o que conseqüentemente impede que o desenvolvimento ocorra.

A população indígena foi a primeira que sofreu com estes embates, e que segundo Oliveira (2003, p.5), “[...] são, marcas constantes do desenvolvimento e do processo de ocupação do país”. E, diante deste cenário, os índios vêm sendo dizimados. “O território capitalista, no Brasil, tem sido produto da conquista e destruição dos territórios indígenas.” (OLIVEIRA, 2003, p.5)

Logo após a chegada dos europeus, surgiram no Brasil, as capitânicas hereditárias, que Morissawa (2001, p.57) define como “fatias bem gordas” de porções de terras que foram entregues a nobreza de Portugal, os conhecidos donatários, que tinham que explorar a terra e pagar impostos a coroa.

Neste contexto, começou a se formar um dos grandes responsáveis pelas desigualdades existentes no campo: o latifúndio. Este termo, porém, não tem sua origem na contemporaneidade, e de acordo com Morissawa (2001, p.14), na Roma antiga já era utilizado quando um único proprietário era dono de uma grande porção de terra.

Os latifúndios, no entanto, não foram somente produtores de sofrimento para os índios. Em paralelo a esta luta, os escravos negros passaram a travar uma batalha contra os senhores fazendeiros. Diante disso e das inúmeras fugas registradas, surgiram os quilombos, que Oliveira (2003, p.5) define como sendo “[...] verdadeiras terras da liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial”. Com os diversos conflitos entre quilombolas e senhores de escravos, muitos negros morreram. (OLIVEIRA, 2003, p.5)

No final do século XVIII, [...] os latifúndios ocupavam todas as regiões economicamente importantes, geralmente as mais próximas às cidades e aos portos. Já em 1822, as terras estavam quase todas repartidas, a não ser aquelas habitadas pelos índios. Havia latifúndios com 132 km de extensão! (MORISSAWA, 2001, p.69)

Os donos destas terras, não permitiam que os lavradores se estabelecessem, a não ser que isso fosse feito como seus dependentes. Diante desta situação, muitos trabalhadores rurais acabaram tornando-se posseiros de pequenas porções (MORISSAWA, 2001, p.69). Surgia neste cenário, por não haver mais terras a serem distribuídas, a entrada nas propriedades pelo regime de posse.

Os posseiros são outra parcela dos camponeses sem terra, que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, "gendarmes de plantão" dos latifundiários especuladores e grileiros. Muitos foram seus movimentos: Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro. (OLIVEIRA, 2003, p.5)

Diante dos inúmeros conflitos que eclodiam, a Coroa Brasileira estabeleceu uma lei que diminuía o direito de posse da terra. "Por essa lei só poderia ter terra quem as comprasse ou legalizasse as áreas em uso nos cartórios, mediante o pagamento de uma taxa para a Coroa." (MORISSAWA, 2001, p.70). Dessa forma, a Lei de Terras, acabou selando a união do capital com a propriedade da terra.

Para a abertura de novas fazendas, os coronéis criaram a indústria da grilagem de terras, compreendida pela falsificação de documentos e outras atividades ilícitas, como subornos de funcionários públicos, além de crimes praticados contra os camponeses posseiros. (FERNANDES, 2000, p.27-28)

Com a indústria da grilagem de terras, diversas famílias foram expulsas de suas áreas e sofreram violência por parte dos latifundiários. Fernandes (2000, p.43) explica que como uma forma de se defenderem dos abusos, "os camponeses organizaram seus espaços de socialização política, de construção do conhecimento, para transformação da realidade".

Dessa forma é possível observar que a questão agrária é cenário de disputa entre dois principais atores. Nela está contida uma polarização entre dois termos: o capital e o campesinato. De acordo com Fernandes (1994, p.24), ao passo que o capitalismo se desenvolve no campo, este acaba por se apropriar de todos os

setores de produção, expropriando os trabalhadores de seus instrumentos e recursos. Assim, o capital toma posse do trabalho “livre” para sua reprodução.

Desenvolve-se uma relação social, em que, de um lado, o capitalista compra a força de trabalho, pois esta é fundamental para a reprodução ampliada do capital, e, do outro lado, o trabalhador vende a força do trabalho, pois isto é fundamental para a sua sobrevivência. (FERNANDES, 1994, p.24)

Com o desenvolvimento da agricultura capitalista, e sua modernização, um novo nome passa a se destacar no cenário agrário brasileiro: o agronegócio. O modelo, no entanto não é novo, e Fernandes (2004) destaca que sua origem está enraizada no conhecido sistema *plantation*, quando grandes propriedades de terra passam a receber a função de produzir para exportação.

Como a palavra latifúndio está associada diretamente com terra que não produz, o agronegócio aparece como uma tentativa para modernizar essa imagem latifundista da agricultura capitalista (FERNANDES, 2004, p.1). Oliveira (2003) mostra que diante deste panorama, os latifundiários se utilizam uma saída para burlar a tentativa de desapropriação de suas terras para fins de reforma agrária. Para isso, usam o agronegócio como alternativa para evitar a invasão da propriedade.

[...] a maioria das grandes propriedades não é ocupada com fins produtivos, elas constituem-se em reserva patrimonial e de valor dos latifundiários. [...] Portanto, quem de fato gera emprego no campo são as pequenas unidades, acompanhadas de perto pelas médias propriedades. Então, no discurso, os grandes proprietários usam o agronegócio para encobrir suas terras improdutivas. [...] são as pequenas e as médias unidades as que de fato, são responsáveis pelo seu crescimento e destaque, e não as grandes propriedades. (OLIVEIRA, 2003, p.30)

A verdade, contudo, é que, em ambos, a exclusão é fator predominante no processo: o latifúndio pela improdutividade, já o agronegócio pela intensa produtividade (FERNANDES, 2004, p.2). Independentemente de qual nomenclatura receba, não se pode deixar de perceber o que está intrínseco a sua lógica: a concentração e a exploração.

A cada ano o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa ou familiar. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agudiza as desigualdades então resta à resistência camponesa outra saída a não ser a ocupação da terra como forma de ressocialização. (FERNANDES, 2004, p.5)

Como diversos governos já tiveram a oportunidade de criar medidas para que, se não solucionar, amenizar os problemas agrários, e muito pouco foi feito, a ocupação acabou se tornando a principal ferramenta de acesso à terra. “A ocupação da terra é uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação.” (FERNANDES, 2000, p.281). Um dos problemas encontrados frente a estas ocupações foi a criminalização dos movimentos por parte dos Governos.

Criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico que elas representam. É condenar famílias sem-terra que lutam pela recriação de suas existências como trabalhadoras. É aceitar o interesse dos latifundiários e o processo de intensificação da concentração da terra. (FERNANDES, 2000, p.281)

A ocupação é parte dos movimentos de resistência contra a expropriação e a exploração, na defesa dos interesses dos trabalhadores. Estes interesses podem ser apresentados como:

[...] a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania. (FERNANDES, 2000, p.282)

A partir do momento em que a ocupação acontece, formam-se os acampamentos e posteriormente os assentamentos. Os conceitos serão aprofundados em um capítulo específico, todavia para um prévio entendimento, Oliveira (2003, p.8) apresenta, ainda que de maneira sintética, uma explicação sobre a formação desses novos tipos de espaço:

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto [...] Nos acampamentos, camponeses, peões e bóias-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. (OLIVEIRA, 2003, p.8)

E para além da distribuição de terras, a questão agrária atualmente é tratada a partir da necessidade que as famílias já assentadas possuem em ter competitividade no mercado ou, simplesmente, se manterem fiéis a propósitos de vida.

Neste caso, entram em cena as políticas públicas, salientando-se que todas as medidas que foram tomadas para tentar solucionar os problemas ligados à questão agrária até a década de 1990 eram de caráter compensatório e só a partir de então passaram a adotar medidas emancipatórias como o Programa de Aquisição de Alimentos. (FERNANDES, 2013)

Para acessar estes programas que possibilitam a melhoria da qualidade de vida das famílias, no entanto, é de grande importância a intermediação de movimentos sociais ligados aos problemas agrários. Neste contexto, um em especial tem se destacado frente a esta problemática: o MST.

4.2 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: o MST

Quando se fala em movimento social ligado a questão agrária e a luta pela terra, tão logo, associa-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), haja vista que após o ano de 1995, este ganhou mais reconhecimento diante da sociedade. (MORISSAWA, 2001). Suas diversas ações fizeram a reforma agrária ser assunto diário nas discussões coletivas e nos meios de comunicação (MORISSAWA, 2001, p.153). Além disso, Fernandes (2000, p.14) ressalta o valor do MST e como este tem se tornado, segundo especialistas, um dos mais importantes do país.

É válido, neste ponto, atentar-se para uma ressalva. Segundo Morissawa, (2001, p.132), quase sempre em suas publicações, a imprensa utiliza a palavra invasão para designar a entrada e o assentamento dos sem-terra dentro de uma propriedade. O correto, porém, é utilizar a palavra ocupação. “É preciso que fique claro que a área ocupada pelos sem-terra, é sempre, por princípio, terra **grilada, latifúndio por exploração, fazenda improdutiva** ou **área devoluta.**” (MORISSAWA, 2001, p.132, grifo do autor).

Segundo Morissawa (2001, p.153), o MST é uma continuidade das Ligas Camponesas, que tiveram suas ações cerceadas no período da ditadura no país. Quando aconteceu o golpe militar em 1964, as Ligas Camponesas foram aniquiladas junto com outros movimentos, como o Master - Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul; o Serviço de Assistência Rural no Rio Grande do Norte; o Serviço de Orientação Rural em Pernambuco e a Frente Agrária Gaúcha no Rio Grande do Sul, entre outros. (FERNANDES, 2000, p.34)

No início, o MST atuava mobilizado pela influência de socialização política da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), em defesa dos direitos dos posseiros, dos camponeses sem terra e dos destituídos, até tornar-se independente em 1984.

Nos caminhos da luta pela terra, os trabalhadores foram conquistando frações do território. No Estado de São Paulo estas conquistas resultaram de uma diversidade de experiências. O processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é decorrente dessa diversidade de experiências que vem acontecendo desde 1979. (MST apud FERNANDES, 1994, p.77)

Uma das primeiras demonstrações de força, por parte dos Sem Terra, e apresentado no site do movimento, ocorreu em 25 de julho de 1981, quando mais de quinze mil pessoas se reuniram em um ato público e a imprensa de Porto Alegre (RS) o noticiou como “a maior manifestação realizada por trabalhadores rurais na história do Rio Grande do Sul¹⁴”. Após este ato, novos focos de resistência à ditadura começaram a surgir em todo o Brasil. “[...] posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens. As ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo”. (MST, 2015)

Em 1984, grande parte dos trabalhadores rurais que lutavam pela democracia da terra e da sociedade se encontrou para o 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. “Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país¹⁵”.

Além destes objetivos principais, Morissawa (2001, p.153), destaca os objetivos gerais do MST, que segundo a autora são:

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital.
2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.
4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/70-82>>. Acesso em: 27 set. 2015.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>>. Acesso em: 27 set. 2015.

De modo geral, um dos principais objetivos do MST é lutar pela implantação de assentamentos rurais, tendo em vista a instalação das famílias envolvidas na luta pela reforma agrária e a melhoria na qualidade de vida destas pessoas. Essas características do movimento se moldam na luta do dia a dia dos acampamentos e assentamentos¹⁶.

Para entender melhor a história do MST, no entanto, é importante analisar as palavras de ordem que direcionaram o movimento ao longo dos anos. Oliveira (2003) traça uma linha cronológica e apresenta as transformações do lema, conforme o contexto em que o país está inserido. No fim da década de 1970 até o ano de 1983, anos iniciais do movimento, o lema era “terra para quem nela trabalha”. Já no ano de 1984, ano da criação oficial do movimento e momento em que este passou a sofrer com a resistência ao acesso à terra, Oliveira (2010) destaca o surgimento de um novo lema: “terra não se ganha, terra se conquista”. Contudo, durante o governo Sarney, e tendo em vista que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária não estava sendo posto em prática, mais uma vez houve uma mudança nos lemas e estes passaram a ser: “sem reforma agrária não há democracia”, em 1985 e “reforma agrária já”, nos anos de 1985-1986. (OLIVEIRA, 2003)

Diante do aumento dos índices de violência que passaram a atingirem outros setores da sociedade, o MST mais uma vez mudou suas palavras de ordem. “Ocupação é a única solução” (1986), “Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra” (1986-87) e, por ocasião da Constituinte, “Reforma Agrária: na lei ou na marra” (1988) e “Ocupar, Resistir, Produzir” (1989).

Durante o governo de Fernando Collor, no início dos anos de 1990, o MST, decidiu alterar suas estratégias políticas de luta e os lemas passaram a ser: Reforma Agrária: essa luta é nossa (1990-91) e MST, agora é prá valer (1992-93). Já no ano de 1995, quando Fernando Henrique Cardoso já estava no poder outra palavra de ordem despontou: Reforma Agrária: uma luta de todos! No ano 2000, com o desejo do fim das terras improdutivas no Brasil, e tendo em mente que a terra tem o dever de cumprir sua função social, o MST adotou como lema “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”. (OLIVEIRA, 2003)

¹⁶ No tópico 4.3 podem ser encontradas informações sobre cada conceito.

Quando o movimento opta pela mudança nos lemas, é evidente que também se alteram as estratégias políticas de luta. Todavia, as ocupações continuam a ser a principal forma de reivindicação do movimento.

No caso do oeste paulista, em especial na região conhecida como Pontal do Paranapanema, uma das zonas de maior número de conflitos do país, Morissawa (2001) relata que a história das ocupações feitas pelo MST na região data de 1990, quando cerca de 700 famílias ocuparam parte da fazenda Nova Pontal, em Primavera. O governo, porém não aceitou a situação e enviou para o despejo dessas famílias cerca de 900 policiais.

Ainda de acordo com a autora, uma parte das famílias despejadas decidiu ocupar a Fazenda São Bento em Mirante do Paranapanema no ano seguinte. Pouco tempo depois os acampados conseguiram estabelecer o assentamento em parte da propriedade. “A São Bento foi ocupada seguidamente, sempre com novas famílias, chegando a somar 1.800 delas em 1993. Após a 22ª ocupação, finalmente em 1994 ela foi conquistada para o assentamento de 1.023 famílias.” (MORISSAWA, 2001, p.9)

A realidade na região do Pontal passou por uma transformação por conta das medidas adotadas para realizar os projetos de reforma agrária. Hoje segundo o pesquisador Leal são 113 assentamentos instalados ou em processo de instalação. Com cerca de seis mil famílias assentadas¹⁷.

O assentamento, no entanto, não é o objetivo final da luta dos trabalhadores rurais. Após o processo de instalação é necessário outra frente para lutar pela implantação de políticas públicas que beneficiem os assentados e proporcionem uma melhora na qualidade de vida das famílias.

A estrutura das políticas públicas executadas atualmente é reflexo de um contexto histórico vivido no Brasil, no qual a centralização do poder nas mãos do Estado brasileiro passou a ser redimensionado para outras esferas da federação, proporcionando uma distribuição de atividades entre o governo federal, estadual e municipal.

Esse redimensionamento foi promovido a partir da Constituição de 1988, quando os municípios passaram a ter um peso maior na execução e no

¹⁷Entrevista com Sidney Todescato Leal, pesquisador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), 20 ago. 2015.

desenvolvimento das políticas públicas, já que é na escala local que se observa os resultados alcançados por esse tipo de ação do governo. (COLNAGO; HESPANHOL, 2014, p. 12)

Nos anos 2000, as políticas públicas criadas pelo governo brasileiro se direcionaram à questão da fome e desnutrição no país e, conseqüentemente, à preocupação em garantir a segurança alimentar das pessoas. A partir deste foco, foram originados programas que, por sua vez, pensando na garantia do acesso a alimentos e na valorização da gestão local a partir de organizações coletivas, acabaram agregando pequenos produtores rurais, como forma de garantir a produção de alimentos para a população que apresentasse, em escala local, situação de vulnerabilidade social.

Neste âmbito, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com uma estrutura que possibilita a garantia de comercialização de parte dos produtos resultantes das atividades agropecuárias dos pequenos produtores, além do acesso a estes mesmos produtos por pessoas em situação de insegurança alimentar. (COLNAGO; HESPANHOL, 2014, p.12)

4.3 A terra, os usos da terra e desenvolvimento rural: reforma agrária e políticas públicas

Como já visto no subitem anterior e bem como pontua Fernandes (2000), as lutas camponesas sempre fizeram parte da história do Brasil. Os trabalhadores rurais, diante do capital que cria de um lado os exploradores e de outro os explorados, instituem várias formas de resistência, e é farta a documentação de lutas sociais no embate com o Estado, com os proprietários de terra e os capitalistas. Uma realidade que obrigou a tomada de decisões e criação de projetos e programas que visassem à diminuição da tensão e o equilíbrio entre as forças. (FERNANDES, 1994)

Inserida neste contexto e como fator de equalização do problema, um dos pontos centrais é a reforma agrária, que de acordo com o artigo 1º § 1º, da Lei 4.504/64, trata-se legalmente da modificação do regime de posse e uso de uma região, para atender a justiça social e a produtividade, visando a melhor distribuição da terra. Diferentemente desta definição e como lembra Souza Filho (2008, p.69), o estado brasileiro vem chamando de reforma agrária o que na verdade é a confusão de dois termos distintos: reforma agrária, propriamente dita, e colonização.

[...] a reforma agrária é um instituto de reordenamento territorial, destinado a melhorar as condições de vida da população e a incrementar a produção agrícola, em terras já ocupadas ou que já tenham uma dominialidade definida, enquanto colonização se faz por distribuição de terras não ocupadas, especialmente as devolutas ou arrecadadas pelo público pelo não cumprimento de condições de cessões originárias. (SOUZA FILHO, 2008, p.69)

Todavia, para manter o domínio sobre a questão agrária, os militares tinham como objetivo colonizar para não reformar. “A colonização foi imposta como forma de controlar a questão agrária sem fazer a reforma agrária.” (FERNANDES, 2000, p.45). Uma grande quantidade de camponeses, de várias partes do Brasil, migrou para as regiões onde os projetos de colonização seriam implantados, principalmente na Amazônia e no Centro-Oeste. No entanto, parte destes projetos falhou.

Fernandes (2000), conta que as falhas se deram pela “[...] falta de assistência técnica, falta de alimentos, falta de financiamentos, falta de assistência médica etc.” (FERNANDES, 2000, p.45-46). Morissawa, (2010), no entanto, alerta sobre os objetivos reais de muitos projetos de colonização, que, ao invés de assentarem famílias em terras conquistadas através da luta, tinham na verdade o intuito de transferir mão-de-obra para garimpos e grandes propriedades. Silva Junior (2010, p.47) também traça um panorama dessa realidade.

A tática de colonização foi usada para “esfriar” muitos enfrentamentos país afora e serviu também como causa da explosão dos movimentos por terra, entre eles o MST. As promessas eram feitas durante os conflitos e resistências e muitas vezes aceitas pelas famílias que se deslocavam num movimento migratório intenso até se depararem com a realidade: fome, doenças, mata fechada, terra arenosa etc. (SILVA JUNIOR, 2010, p.47)

Diante das dificuldades encontradas pelo governo para criar um plano de reforma agrária que obtivesse resultados satisfatórios, os trabalhadores rurais mantiveram o processo de resistência. Dentro deste processo, as principais características dessas frentes de resistência, de acordo com Fernandes (2000, p.36) foram:

Lutas em defesa da posse da terra, ocupações para conquistar a terra, ações expropriatórias, expulsões, assassinatos: diferentes formas de violência contra os trabalhadores; reação e revolta, migração, grilagem praticada por fazendeiros e grandes empresas – muitas vezes com a complacência do Estado – greves, reivindicações, fundação de associações, de sindicatos, de

federações e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura [...]. (FERNANDES, 2000, p.36)

Com o golpe militar, e a tomada do poder pelos militares, a primeira lei de reforma agrária foi decretada no Brasil em 1964 e recebeu o nome de Estatuto da Terra. Tratava de aspectos ligados ao conceito de reforma agrária, e também introduziu novos significados, determinando desse modo, os diferentes tipos de propriedade da terra no Brasil. (MORISSAWA, 2001, p.99)

Uma das inovações do Estatuto da Terra foi a definição da função social da terra. Segundo essa definição, o proprietário que utiliza a terra com respeito ao meio ambiente, de forma racional e adequada e cumpre a legislação trabalhista, está dando à terra a sua função social.

Mesmo com tantas novas ideias, o Estatuto da Terra jamais foi implantado. Segundo Morissawa (2001) não passava de um “faz de conta”, uma resolução momentânea dos problemas do campo. Ainda assim, o número de conflitos no campo continuou em ritmo ascendente.

A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. (OLIVEIRA, 2003, p.1)

Diante da eclosão destes conflitos, e da incansável luta travada em busca de um pedaço de terra, na maioria das vezes tudo isso acaba sendo incompreendido pelos grandes concentradores de terra e por muitos intelectuais brasileiros (OLIVEIRA, 2003, p.1). Fernandes esclarece que diante de tais fatos, o governo resolve tomar uma medida arbitrária de militarização do problema da terra.

A militarização proporcionou diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores. A violência do peão, que é o jagunço da força privada, muitas vezes com o aparo da força pública. A violência da polícia, escorada na justiça desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros e grandes empresários, defendendo claramente e tão-somente os interesses dos latifundiários. (FERNANDES, 2000, p.44)

Este fato, porém, não se limita ao período em que o país era governado por militares. O governo de Fernando Henrique Cardoso, anos depois, por exemplo, criou medidas para criminalizar as ocupações devido ao aumento de conflitos ligados à luta pela terra. (FERNANDES, 2010, p.2)

Somando-se a isso, nas últimas décadas, diversos governos criaram incentivos fiscais para estimular o crescimento da agricultura e da pecuária para aqueles que já tinham considerável riqueza. Dessa forma acabou-se acentuando ainda mais as desigualdades (FERNANDES, 2000, p.14-15). No entanto, para a execução da real finalidade do conceito de reforma agrária, pouco foi feito. Para traçar um breve esboço sobre este conceito e quais os seus objetivos, Morissawa (2001, p.153) destaca alguns aspectos peculiares da reforma agrária.

1. Modificar a estrutura da propriedade da terra.
2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade.
3. Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores.
4. Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola.
5. Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude.
6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido.
7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável.
8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

No entanto, como já citado, é de comum acordo a autores da questão agrária que a reforma agrária não se dá sem que haja pressão por parte dos movimentos sociais de luta pela terra. Ou seja, muitas vezes é necessária esta intervenção a fim de democratizar e modificar a ordem estabelecida.

Os movimentos sociais, de acordo com Frank e Fuentes (1989), mesmo dotados de características variadas, possuem pontos em comum: compartilham a força da moralidade e um sentido de injustiça no estímulo individual e no poder da mobilização social no desenvolvimento de sua força. É possível então dizer que os movimentos sociais ativam seus membros de forma defensiva/ofensiva contra uma injustiça percebida a partir de um sentido moral compartilhado.

É neste contexto, todavia, que surgem dois espaços importantes para a objetivação e concretização da reforma agrária: o acampamento e o assentamento.

4.4 Acampamentos e assentamentos

Antes de esmiuçar os termos acampamento e assentamento de maneira individual, é importante entender que, de modo geral, como pontua Oliveira (2001, p.8) em ambos os espaços, estão inseridas as “[...] novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto [...]”.

No cenário agrário brasileiro, como já visto, as ocupações são fatores determinantes para que os governos desapropriem terras e dessa forma instituem assentamentos rurais. Este, segundo Fernandes (2013, p.257) é um importante momento da luta pela terra. Todavia essa realidade só se torna possível como uma resposta às ações que os movimentos sociais realizam.

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado. (FERNANDES, 2000, p.19)

Cansados de esperar uma medida eficaz do governo para solucionar os problemas referentes à criação de políticas de reforma agrária, os trabalhadores rurais sem-terra, compreenderam que a ocupação seria a forma de luta e pressão mais importante. “Uma ocupação requer organização e bases muito bem definidas. O critério fundamental é a escolha do local. Mas nem sempre a terra conquistada é a que foi ocupada.” (MORISSAWA, 2001, p.199). Todavia, segundo a autora, é comum que haja uma confusão entre dois espaços, que mesmo tendo objetivos semelhantes, possuem significados diferentes: o acampamento e o assentamento.

Depois que as famílias sem terra ocupam e se estabelecem em uma determinada área, surge neste espaço o acampamento, e o seu tempo de instalação pode durar até mais de quatro anos. Isso porque a resistência é a palavra de ordem para o movimento.

[...] o acampamento permanente só se desfaz quando todos os acampados estão assentados. Enquanto ele está de pé o MST promove diversas atividades básicas, entre as quais a mais importante é a educação. São formadas comissões para cada uma delas: saúde, alimentação, imprensa etc. (MORISSAWA, 2001, p.200)

A formação do acampamento é o processo que antecede o assentamento. É nele que a presença de um dos símbolos do movimento se torna evidente: os barracos de lona. Todavia, outros elementos que fazem parte desta realidade, e principalmente do MST, também podem ser pontuados. Na bandeira do movimento, por exemplo, sempre hasteada nos locais de conquista, de acordo com a interpretação descrita no jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1997, p.20, grifo do autor) tem os seguintes significados:

Seu vermelho representa a história dos companheiros que antes de nós derramaram seu sangue nessa jornada e nos passaram o compromisso de levar às gerações futuras este desafio, esta esperança.
O **casal de camponeses** dentro do mapa do Brasil nos mostra o espírito da unidade dos trabalhadores. Em todos os cantos do país, o compromisso dos homens, mulheres e jovens é o mesmo. Pela Libertação do Povo.
O **facão** é o nosso instrumento de trabalho. Com ele também cortaremos as raízes da dominação, da miséria e da injustiça. Será o dia de nossa libertação.
O dia em que nossa bandeira estará encravada em todos os cantos, simbolizando nossa vitória.

A sustentação destes acampamentos é uma maneira que o movimento encontra para reivindicar a futura instalação dos assentamentos, e Fernandes (2000, p.296) partilha do mesmo pensamento de Morissawa, quando diz que “essa é uma prática do MST, garantir o acampamento até que todas as famílias sejam assentadas.” (FERNANDES 2000, p.296)

Após esta ação de luta, é iniciado, então, o processo de instalação do assentamento. Segundo Bergamasco e Norder (2004, p.8), o termo assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico, no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países.

De maneira geral, pode ser definido como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Segundo os mesmos autores (2004, p.8), “os assentamentos rurais representam uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais mais equitativas”. (BERGAMASCO; NORDER, 2004, p.8)

Em síntese, pode-se concluir que o acampamento é o primeiro espaço criado a partir da estratégia de ocupação de determinada área, marcada por conflitos e por resistência. Os assentamentos, por sua vez, são espaços resultantes destes

conflitos e dessa resistência. Neles as famílias que lutaram, já conseguiram sua porção de terra. Contudo, para que os assentamentos se desenvolvam e que seja garantida a qualidade de vida dos assentados, é necessário a criação de políticas públicas, como o PAA.

4.5 O PAA

Com a preocupação em garantir alimentos à população em condição de vulnerabilidade social, foi criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no âmbito de ações como o Fome Zero, que de acordo com Silva; Del Grossi e De França (2010, p.8) é uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil, integrando políticas estruturais e emergenciais no combate à fome e à pobreza. O PAA foi implantado no primeiro governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), e se trata de uma dupla política pública, que por um lado cria empregos no meio rural, ao mesmo tempo em que reduz a insegurança alimentar entre os segmentos mais vulneráveis da população brasileira, beneficiados com os produtos.

O programa tem objetivos gerais de promover a alimentação e incentivar a agricultura familiar, que de acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome¹⁸ (MDS) consiste em uma forma de organização na qual são trabalhadas atividades desenvolvidas em uma propriedade rural ou em áreas comunitárias próximas. O PAA compra alimentos produzidos por estes agricultores, sem necessidade de licitação e os fornece às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes, bem como pela rede pública e filantrópica de ensino¹⁹.

Dentre outras características, de acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)²⁰, o programa fortalece circuitos locais e regionais que compreendem à venda direta no lote ou na unidade de produção, venda por lojas de produtores, entrega em domicílio, venda aos restaurantes, em feiras, mercados e exposições; bem como as redes de comercialização; também valoriza a

¹⁸ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>>. Acesso em: 27 set. 2015.

²⁰ Disponível em: <www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf>. Acesso em: 14 maio 2015.

biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. O programa é uma parceria dos estados e municípios junto com o MDS e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O PAA teve seu início marcado por um conjunto de iniciativas que visavam promover as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no país, como a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), o restabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o lançamento do Programa Fome Zero, no qual o PAA está inserido, e o fortalecimento da agricultura familiar. (TRICHES; GRISA, 2015, p.13). No entanto, segundo as autoras, o Consea pode ser identificado como o espaço onde o PAA foi gestado:

Assim que foi restabelecido, este Conselho começou a discutir diretrizes para as ações nas áreas de alimentação, nutrição e agricultura familiar. Gestores públicos e representantes dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar, organizações religiosas, organizações não governamentais, organizações de defesa do consumidor, intelectuais, organizações vinculadas à SAN e à agroecologia, e associações empresariais faziam-se presentes neste espaço, onde apresentaram, dialogaram, disputaram e defenderam suas ideias e concepções sobre SAN e agricultura familiar. (TRICHES; GRISA, 2015, p.13)

Dessa forma, os autores Lopes e De Almeida (2012, p.136), complementam a informação e relatam que o PAA deve ser entendido como um programa que foi criado no âmbito de amplas reivindicações de movimentos sociais de luta pela terra e pela própria sociedade que exigiam do Estado maior apoio à agricultura familiar camponesa e ações efetivas contra a falta de alimentação de parte da população.

Durante o processo de utilização dos recursos do PAA, podem ser observadas oito etapas: o plantio, o trabalho, a coleta, o transporte, a entrega, a distribuição, o consumo do beneficiário e o consumo do produtor, além das conexões implícitas entre cada momento destes.

De acordo com a Conab²¹ (2012), companhia responsável por “operacionalizar” o PAA, dentre os principais objetivos do Programa, estão a geração de renda e sustentação de preços aos agricultores familiares e o acesso a uma

²¹Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_02_09_48_13_artigo_1.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

alimentação diversificada para uma população em situação de insegurança alimentar e nutricional. Dessa forma, essa política pública, melhora a produção e a cultura alimentar das populações, valorizando a qualidade dos produtos da agricultura familiar e incentivando o resgate e a preservação da biodiversidade.

O programa foi desenvolvido e discutido durante anos, envolvendo atores de diversas esferas, tanto da sociedade civil quanto de instituições governamentais. Por sua trajetória e pelos envolvidos, o PAA apresenta novidades com relação a outras políticas públicas já existentes para a agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por exemplo, tem como objetivo estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas²².

Por outro lado, o PAA, em especial, enfoca um tema que até então era tratado com pouco interesse pela rede de políticas voltadas para a agricultura familiar, sobretudo pelos movimentos sociais, que é o da comercialização dos alimentos produzidos através deste tipo de agricultura, articulando esta questão com outras políticas, como a merenda escolar, os estoques de alimentos e a assistência alimentar. (MÜLLER; KUNRATH; SCHNEIDER, 2012, p.109)

É possível perceber, de acordo com o site da Conab²³, a ampla rede de pessoas beneficiadas pelo Programa.

- O agricultor, que recebe preço justo para seus produtos e se torna agente do processo, passando por um aprendizado sobre o funcionamento do mercado e como vender melhor sua produção;
- As pessoas atendidas por entidades beneficentes e comunidades em situação de risco alimentar, que recebem uma alimentação mais nutritiva e de acordo com os hábitos alimentares regionais;
- O comércio local, que conta com consumidores com melhor poder aquisitivo;
- O município, que arrecada mais impostos com a geração de renda;
- O governo, que gasta menos e atende mais pessoas, pois elimina principalmente despesas de transporte ao adquirir do agricultor familiar aquilo que teria de buscar em outro mercado para atender seus programas sociais;
- Toda a sociedade, pela melhoria das condições sociais da população.

²² Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#1>. Acesso em: 15 abr 2015.

²³ Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conab/Main.php?MagID=3&MagNo=41>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

Ainda segundo a Companhia, a operacionalização do PAA é simples, já que a compra é feita diretamente e não há a necessidade de intermediários, nem de licitações. Além disso, é válido pontuar que o preço pago aos produtores pelos alimentos também é justo. “Em uma de suas modalidades, os alimentos adquiridos são destinados de imediato a programas sociais da região, com o que se movimenta a economia local a um custo menor, porque se evitam os ‘passeios’ desnecessários.”

Garrido (2015, p.60) também partilha desse pensamento e segundo o teórico, a flexibilidade do programa é um dos principais pontos, “tanto na forma de produção dos alimentos como nos canais de distribuição e consumo, os quais permitem o desenvolvimento de arranjos institucionais e construção de confianças nos cenários locais”.

4.5.1 O PAA no Pontal do Paranapanema

No oeste do Estado de São Paulo, na região conhecida como Pontal do Paranapanema, local onde se situa o objeto estudado, alguns assentamentos já participam do PAA. Segundo o pesquisador Leal, não se pode precisar um número exato da quantidade de assentamentos que aderiram ao Programa na região, devido a falta de uma sistematização de dados adequada²⁴.

Leal conclui que o PAA é um importante instrumento de política pública no Pontal do Paranapanema. Ele possibilita que os camponeses/assentados vendam a produção de alimentos, contribuindo com a segurança alimentar de organizações de apoio a populações carentes e dos povos de baixa renda da cidade. Para uma melhor compreensão de como se realiza a entrega/venda dos produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab (2012) ressalva:

As modalidades de aquisição previstas pelo PAA incluem: 1) a Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, 2) a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR-Doação, 3) a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque, 4) o Apoio à produção para o consumo do leite - PAA-Leite e 5) a Compra Institucional. As três primeiras são operacionalizadas pela Conab e as demais são executadas pelos estados e municípios, por meio de termos de adesão estabelecidos com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

²⁴ Entrevista com Sidney Todescato Leal, pesquisador do CEGeT, 20 ago. 2015

Diante dessas modalidades apresentadas, Leal aponta que apenas duas são acessadas na região do Pontal: a compra com doação simultânea e a Formação de Estoque²⁵. No entanto em seu trabalho de pesquisa, as associações estudadas apenas acessavam o PAA através da Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea.

Em análise às informações no site da Conab²⁶, é possível perceber que só no município de Sandovalina, local onde está inserido o objeto de estudo deste trabalho, quatro projetos são responsáveis pela entrega dos produtos aos beneficiários nos municípios de Estrela do Norte, Mirante do Paranapanema e Sandovalina. Dessa forma, para os projetos apresentados no ano de 2014, e que têm como vencimento o ano de 2016, foram liberados pelo MDS, um montante de R\$ 2.093.998,85²⁷. Com estes projetos, foram entregues diversos alimentos produzidos nos assentamentos, destacando a produção da melancia e do milho, que em apenas uma das cooperativas produziram 120 mil e 118 mil quilos respectivamente.

²⁵ Idem.

²⁶ Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultarCPRMunicipio>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

²⁷ Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultarCPRMunicipio&novaConsulta=true>>. Acesso em: 20 ago. 2015

5 O PAA NO ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO

5.1 O Assentamento Dom Tomás Balduino

O objeto de estudo deste trabalho, O PAA, como visto, é desenvolvido em parceria dos estados e municípios, juntamente com produtores da agricultura familiar e já faz parte da realidade de diversos assentamentos no Brasil. No caso específico desta pesquisa, o local escolhido foi o Assentamento Dom Tomás Balduino, localizado no município de Sandovalina (SP) na região conhecida como Pontal do Paranapanema, oeste do estado de São Paulo e distante aproximadamente 70 quilômetros da cidade de Presidente Prudente.

Para entender melhor como a criação deste novo espaço funciona, é necessário, compreender parte de sua história. Antes de se tornar um assentamento, o local, assim como todos os outros, passou pelos difíceis tempos do acampamento. Segundo Ulisses a primeira ocupação aconteceu nos idos de 1996, e foram quase seis anos de espera para que as famílias acampadas, morando em barracos de lona, pudessem ser assentadas pelo governo²⁸.

De acordo com Ulisses, a ideia inicial era assentar no local 65 famílias²⁹. Este número, no entanto, aumentou para 68, visto que pelo fato do assentamento estar localizado próximo à região urbana do município de Sandovalina, cada lote não poderia possuir mais de 16 hectares, com isso outras três famílias puderam ser beneficiadas. Hoje vivem nos 1.335 hectares do local, 68 famílias, o que resulta em número aproximado de 270 pessoas.

Dom Tomás Balduino, contudo, não foi o nome pelo qual atendeu o assentamento desde o início. Quando foi implantado no ano de 2001, recebeu como primeiro nome, o de Assentamento Guarany, que perdurou até o começo do ano de 2015. O nome original estava relacionado diretamente ao da antiga Fazenda Guarany. A mudança, no entanto, como já foi dito é recente e foi conquistada especificamente no dia 12 de fevereiro de 2015, quando, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Diretor Executivo da Fundação Instituição de Terras do Estado de São Paulo-ITESP,

²⁸ Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assentado do Dom Tomás Balduino e Pesquisador da Unesp de Presidente Prudente, 25 ago. 2015

²⁹Idem

resolveu: “Retificar a Portaria nº 037/2001, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo – Poder Executivo – Seção I, de 08 de novembro de 2001, alterando o nome do Assentamento Guarany para Assentamento Dom Tomás Balduino³⁰”.

A escolha do nome de Dom Tomás se deu devido à importância que o bispo teve frente às lutas das famílias camponesas por um pedaço de terra. O religioso ficou conhecido como o bispo da reforma agrária e dos indígenas. Segundo o site da Comissão Pastoral da Terra (CPT)³¹, “fundador da CPT, bispo emérito da cidade de Goiás, Dom Tomás lutou por toda sua vida pela defesa dos direitos dos pobres da terra, dos indígenas, das demais comunidades tradicionais, e por justiça social”.

Os assentados do local, desde o início, gostariam de homenagear Dom Tomás, dando ao assentamento o nome do bispo, no entanto, a dificuldade encontrada na época, se dava ao fato do religioso encontrar-se vivo. Diante disso, o processo de mudança do nome, só foi possível, após a morte de Dom Tomás no dia 02 de maio de 2014³², em decorrência de uma trombo embolia pulmonar.

Assim como Dom Tomás lutava junto às famílias camponesas por um pedaço de terra, outras lutas são travadas a fim de garantir a qualidade de vida dessas pessoas, bem como a melhoria da produção e venda dos produtos, entre elas a implantação de políticas públicas que atuem neste sentido. Nesse cenário, uma em especial tem despertado maior interesse por parte dos produtores: O PAA.

5.2 O PAA e as etapas de produção no Assentamento Dom Tomás Balduino

Desde a criação do PAA, no ano de 2003, como visto no capítulo anterior, o Programa tem passado por aperfeiçoamentos e, a partir de 2006, ganhou força no estado de São Paulo. Na região do Pontal do Paranapanema, contudo, passou a ser acessado principalmente a partir do ano de 2010, com o intuito de organizar a produção nos assentamentos implantados, em contrapartida ao avanço do monocultivo da cana-de-açúcar na região. (ULISSES, 2014, p.1)

Os investimentos feitos a essa política pública no Brasil, entre os anos de 2003 e 2013 foram de aproximadamente R\$ 3 bilhões, de acordo com dados da

³⁰ Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/86040098/dosp-executivo-caderno-1-13-02-2015-pg-15>>. Acesso: 24 ago. 2015.

³¹ Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/cpt/2052-nota-de-falecimento-dom-tomas-balduino-fundador-da-cpt-fez-a-sua-pascoa>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

³²Idem.

Conab. Só no estado de São Paulo, no ano de 2014³³ foram liberados R\$98.651.963 para todas as modalidades³⁴ do Programa. Ulisses (2014) relata que o ano de 2011 foi o período em que mais agricultores foram atendidos pelo programa, e dentre todas as modalidades, o número chegou a 106.600 produtores familiares.

No assentamento Dom Tomás Balduino, no qual 68 famílias estão assentadas, o número de produtores inseridos no PAA no ano de 2015 totaliza 17. Como visto no capítulo 4, dentre as diferentes modalidades de entrega dos alimentos para o programa, como a compra direta da agricultura familiar, a compra da agricultura familiar com doação simultânea, a formação de estoque pela agricultura familiar, o apoio a produção para o consumo do leite e a compra institucional, no Assentamento Dom Tomás Balduino, a compra com doação simultânea é a que os produtores rurais desenvolvem no local.

Esta modalidade destaca-se pela facilidade de organização, sendo realizado um projeto pela organização proponente, cooperativa ou associação, que é apresentado à CONAB e onde constam os produtos a serem entregues, os produtores que participam e as entidades que recebem os alimentos. (ULISSES, 2014, p.5)

Neste sentido, os alimentos que são produzidos nos lotes, são organizados por cooperativas e associações e entregues diretamente ao consumidor. É importante, todavia, entender que o processo de utilização dos recursos do PAA, foi sustentado nesta pesquisa baseando-se em oito etapas: o plantio, o trabalho, a colheita, o transporte, a entrega, a distribuição, o consumo do beneficiário e o consumo do produtor, além das conexões implícitas entre cada momento destes. No entanto, cada produtor tem uma maneira específica para conduzir essas etapas.

No primeiro momento, o do plantio (FIGURA 11), é importante levar em consideração a escolha de quais produtos plantar e a qualidade das sementes e mudas, no entanto, segundo Silva, produtor rural que participa do PAA desde o ano de 2010, devido ao dinamismo da agricultura, nem sempre é possível a utilização de um calendário fixo para a realização do plantio³⁵.

³³ Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_06_22_16_51_14_Sumario_executivo_2014_revisado_\(2\).pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_06_22_16_51_14_Sumario_executivo_2014_revisado_(2).pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2015.

³⁴ Para um melhor entendimento ver capítulo 4 deste trabalho.

³⁵ Entrevista com Henrique Rodrigues da Silva. Assentado inserido no PAA. 18 ago. 2015.

FIGURA 11 – O PLANTIO



Foto: Nayrine Oliva

Após a preparação da terra e o plantio das sementes, inicia-se a segunda fase: o trabalho (FIGURA 12). Neste momento, a irrigação, o cuidado com o solo e a não utilização de agrotóxicos são ações observadas no processo. Os adubos utilizados por parte dos produtores são de origem orgânica, ou seja, não contém elementos químicos. Até mesmo para afastar formigas que causam danos à produção, muitos se abstêm do uso de produtos químicos e aproveitam a urina do gado para realizar tal processo.

FIGURA 12 – O Trabalho



Foto: Victor Silva

A fase seguinte, portanto, a terceira, é o momento da colheita (FIGURA 13), na qual os produtores retiram de suas plantações os alimentos que serão entregues para a Associação. Dependendo do produto a ser colhido, o procedimento pode ser realizado dias antes da entrega, tendo em vista que produtos como milho e feijão suportam maior prazo depois de colhidos. O mesmo não acontece com as hortaliças, que como bem lembra Ribeiro precisam ser retiradas momentos antes da

entrega, caso contrário, a possibilidade de murchar é muito grande³⁶. Outro fator que precisa de especial atenção no processo, se dá em tempos de seca, quando a precipitação de chuva é muito baixa na região e os produtores sofrem com a retirada de alguns alimentos. Com a aridez da terra, a colheita de mandioca, por exemplo, fica prejudicada e medidas de irrigação precisam ser adotadas.

FIGURA13 – A Colheita



Foto: Victor Silva

Outra etapa do processo do PAA, é a entrega (FIGURA 14), que no Assentamento Dom Tomás Balduino, acontece todas as quartas-feiras, no barracão do próprio assentamento. Neste momento, os assentados levam os produtos colhidos até este local onde funcionários da Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar Estrela do Pontal (Cooesp), recolhem, pesam e acondicionam os alimentos no veículo para serem transportados (FIGURA 15). Neste instante, é possível observar a quantidade e a variedade de produtos disponibilizados. A partir disso, outra etapa se inicia: o transporte. O veículo com os produtos se dirige ao município de Estrela do Norte, onde é executada a fase da distribuição (FIGURA 16).

³⁶ Entrevista com Elisângela Ribeiro. Assentada inserida no PAA. 18 ago. 2015

FIGURA 14 – A Entrega



Foto: Victor Silva

FIGURA 15 – O Transporte



Foto: Danúbia Leite

FIGURA 16 – A Distribuição



Foto: Danúbia Leite

As últimas fases do PAA abordadas neste trabalho são o consumo do beneficiário (FIGURA 17) e do produtor (FIGURA 18). Pela qualidade dos alimentos produzidos e por não conter agrotóxicos, os produtos do assentamento Dom Tomás Balduino, proporcionam uma melhora da alimentação tanto das pessoas que recebem

os produtos, quanto dos próprios produtores que passaram a ter mais qualidade nos alimentos e uma maior variedade.

Os beneficiários atendidos pelo Programa, segundo Santana são pessoas de baixa renda, idosos, crianças com déficit nutricional e insuficiência alimentar³⁷. Dessa forma, o Departamento de Serviço Social do município de Estrela do Norte, fornece as famílias, uma ficha de identificação. Todavia, como a quantidade de alimentos fornecidos pelo Programa é grande, a necessidade desse grupo é suprida, e dessa forma os alimentos podem ser fornecidos também a outra parcela da população que necessita.

FIGURA 17 – Consumo do Beneficiário



Foto: Victor Silva

³⁷ Entrevista com Cláudia Santana. Assistente Social de Estrela do Norte, 18 ago. 2015.

FIGURA 18 -Consumo do Produtor



Foto: Victor Silva

Mesmo diante do quadro de satisfação apresentado tanto pela população que recebe os alimentos, quanto pelos produtores da agricultura familiar, o governo federal optou por cancelar as verbas destinadas a essa política pública. Assim a grande maioria dos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema, não conseguiram aprovação de projetos para o período 2015/2016 (APÊNDICE C).

6 PROJETO EDITORIAL DO FOTOLIVRO PAA

6.1 Introdução ao fotolivro

Por ser de fácil circulação e possuir a capacidade de atingir um maior número de pessoas, o fotolivro é um dos meios mais indicados para a difusão de ideias. Partindo deste pressuposto, os autores deste trabalho optaram pelo fotolivro como peça prática para explicitar as etapas observadas do PAA no assentamento Dom Tomás Balduino, no município de Sandovalina (SP).

O programa é apresentado por diversos autores por meio de teorias, em dissertações, teses e artigos, mas até então, não havia a produção de imagens a fim de que a sociedade em geral tivesse acesso a essa realidade. E é com este argumento que os autores optaram pelo uso da fotografia para elucidar cada etapa deste programa no assentamento escolhido. Com isso, é possível proporcionar à sociedade uma reflexão sobre parte dos problemas relacionados à questão agrária.

O fotolivro, de caráter documental, é composto por 8 capítulos, os quais descrevem o processo de utilização do PAA. Na introdução é apresentada uma breve reflexão sobre a luta pela terra, e a explicação sobre o funcionamento de cada etapa do Programa de Aquisição de Alimentos. O início de cada capítulo contém uma epígrafe retirada das falas dos próprios entrevistados, ou seja, assentados, beneficiários e assistente social, que elucidam a importância das etapas.

A peça foi impressa em papel laminado fosco, com medidas de 20x30cm. O fotolivro possui 23 lâminas e um total de 46 páginas. A capa dura foi produzida em formato paisagem.

6.2 Objetivos

6.2.1 Objetivo geral

Por meio de um fotolivro documentar o processo de utilização dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Dom Tomás Balduino.

6.2.2 Objetivos específicos

- Planejar e produzir fotografias intencionais de oito etapas do PAA: plantio, trabalho, colheita, entrega, transporte, distribuição, consumo do beneficiário e consumo do produtor;
- Registrar as fotografias com o respeito à linguagem e as técnicas fotográficas para que a intencionalidade dos autores se sobressaia;
- Praticar atividades fotográficas documentais e jornalísticas;
- Servir de guia e oferecer contextos para trabalhos futuros ligados ao tema;
- Ampliar debate sobre questão agrária na região.

6.2.3 Justificativa

Ao considerar que há apenas um fotolivro no acervo da Facopp, a produção desta peça prática se justifica academicamente, pois irá contribuir com o acervo da Universidade. Além disso, este trabalho se faz necessário porque ajuda a elucidar as etapas do PAA, tendo em vista que mais pessoas poderão ter acesso a esse tipo de publicação, observando que serão disponibilizadas, uma cópia para o assentamento Dom Tomás Balduino, outra para a Biblioteca Municipal de Estrela do Norte, e um exemplar para a Unesp de Presidente Prudente. O conteúdo do fotolivro também será disponibilizado por meio da publicação de um e-book. Dessa forma a produção chega diretamente à sociedade de modo geral.

Os autores puderam colocar em prática o conhecimento adquirido nos quatro anos de estudo, principalmente nas disciplinas relacionadas a fotografia e programação visual.

Por tratar de um assunto sempre presente nas discussões sociais, e devido ao déficit de imagens relacionadas a implantação de políticas públicas em assentamentos, o fotolivro pode proporcionar uma reflexão à sociedade sobre parte dos problemas relacionados à questão agrária. Dessa forma, é utilizada a fotografia como comunicação alternativa.

6.2.4 Público-alvo

Este projeto tem como público-alvo os beneficiados do PAA, bem como os produtores rurais, a sociedade de um modo geral e os estudantes da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), que tiverem interesse pelos assuntos relacionados à questão agrária e fotografia.

6.2.5 Linha editorial

O fotolivro possui caráter documental, pois retrata uma importante ação no cenário agrário; histórico, porque não há trabalhos fotográficos que registrem o processo de utilização dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos; e jornalístico, tendo em vista que se utilizou técnicas jornalísticas aprendidas em salas de aula para obter informações. Ademais, este trabalho poderá servir como fonte de estudos para futuras gerações.

O livro é composto por 8 capítulos: 1. O plantio; 2. O trabalho; 3. A colheita; 4. O transporte; 5. A entrega; 6. A distribuição; 7. O consumo do beneficiário; 8. O consumo do produtor. Todavia, antes é apresentada a introdução que traz um breve contexto da luta pela terra e o PAA.

As pautas foram decididas previamente de acordo com as disponibilidades dos entrevistados, e divididas por cada etapa do processo do PAA. O grupo procurou manter uma relação de confiança e seriedade com as fontes, sem perder a neutralidade, que é um dos princípios do trabalho jornalístico.

No que se refere à produção fotográfica, os autores deste trabalho optaram por respeitar a linguagem e as técnicas, com o auxílio do olhar fotográfico de cada um, ficando bem próximo do objeto fotografado, para que, desse modo, o espectador pudesse vivenciar a própria realidade do PAA.

Durante os trabalhos de campo, o grupo obteve ajuda dos pesquisadores da Unesp: José Sobreiro Filho, Sidney Todescato Leal e Diógenes Rabello, que sanaram dúvidas a respeito da questão agrária.

As fotografias foram inseridas alternando, entre coloridas e em preto e branco. O colorido porque dá mais vida à imagem, e o preto e branco que sugere mais dramaticidade e humanização à fotografia exposta. Em cada início de capítulo, as

imagens encontram-se dispostas de maneira sangrada³⁸ e em preto e branco, com outras duas fotografias em tamanho menor, coloridas. Já no interior do capítulo, foi decidido inserir todas as imagens coloridas. Os planos usados para a produção das fotografias foram determinados de acordo com a intencionalidade de cada autor. Para isso, quando a intenção era apresentar um ambiente como o todo, os autores optaram pela utilização do plano geral. Quando o objetivo era apresentar o ambiente, mas, sobretudo dar destaque a um sujeito, o plano médio foi o escolhido. O plano americano, o *close up*, o *big close up* e o plano de foco também foram usados de acordo com a intenção dos autores. Os ângulos utilizados para compor a imagem foram o *plongée*, o *contra plongée* e o ângulo normal. Seguindo o pensamento de Robert Capa, que afirma que, quando uma fotografia não fica suficientemente boa, é sinal de que o fotógrafo não se aproximou o suficiente do fato (KERSHAW, 2013), o grupo optou por fotografar detalhes dos personagens, em especial as mãos, apresentando e expondo dessa forma o trabalho exercido pelos produtores da agricultura familiar que participam do PAA.

A diagramação da capa e das páginas foi realizada com o auxílio das máscaras disponibilizadas pela Empresa de fotografias Quality³⁹. Para tal, foi necessário a utilização dos softwares Adobe Photoshop CS5 e CS6. As páginas foram impressas em papéis fotográficos foscos de 20 centímetros de altura e 30 centímetros de largura. A fotografia escolhida para compor a capa foi a de um trabalhador do campo segurando uma enxada, realizada às 8h, quando foi possível captar uma boa condição de luz.

No interior do fotolivro, em cada capítulo, as imagens seguem uma ordem de forma a narrar de maneira eficaz cada etapa. A peça conta com 23 lâminas e 46 páginas, totalizando 60 fotografias, organizadas de formas diferentes em cada lauda. Para uma melhor composição estética, as legendas explicativas, bem como os créditos das fotografias foram inseridos em um local específico do fotolivro, nas penúltimas páginas. Nas duas últimas, porém, são apresentados os autores do trabalho. A estruturação dos elementos, bem como todo o projeto gráfico, foi realizado pelos pesquisadores, em conjunto com a professora Fernanda Sutkus.

³⁸ Fotografia sangrada ocorre quando a imagem ultrapassa a margem, finalizando além da página. Trata-se de um recurso muito utilizado nos veículos de comunicação impressos quando se quer destacar uma imagem. Entrevista com Rubens Cardia. Professor de Fotografia. 12 nov. 2015.

³⁹ Empresa fotográfica responsável pela impressão do fotolivro.

6.2.6 Estrutura do fotolivro

Para a banca de qualificação, com o intuito apenas de reduzir custos, o grupo optou por apresentar o fotolivro impresso em papel couche A3, com duas lâminas por folha, totalizando quatro páginas da peça. No entanto, o produto final foi impresso em tamanho 20x30cm em papel laminado fosco, contendo 23 lâminas e 46 páginas. Sua confecção foi feita em formato paisagem, com capa dura e apenas uma foto de capa. A introdução como já dito, apresenta um breve esboço sobre a luta pela terra e uma exposição sobre as etapas do PAA.

No começo de cada capítulo foram utilizadas epígrafes de alguns entrevistados, tanto assentados, quanto pessoas envolvidas diretamente com o programa, a fim de exemplificar e trazer maior realidade a cada fase.

Na capa, como dito, a fotografia escolhida foi a de um trabalhador com o material de trabalho, valorizada pela luz natural. A página seguinte apresenta uma panorâmica do acampamento Dorcelina Folador, local que os autores também puderam visitar.

As próximas páginas consistem no expediente do fotolivro e em uma chamada para a obra. A introdução, que vem logo a seguir, traz uma fotografia sangrada de uma criança, tirada no mesmo acampamento supracitado, que ocupa as duas páginas, porém, com o texto de introdução na página à direita.

As laudas correspondentes aos primeiros capítulos seguem um mesmo conceito. Nelas são apresentadas uma foto principal sangrada e em preto e branco, com duas menores nas laterais, alternando hora do lado direito, hora do lado esquerdo. Nestas páginas, além do título da etapa, é apresentada uma epígrafe. No interior dos capítulos, no entanto, as fotografias são dispostas de acordo com a necessidade e melhores condições de design.

Antes do encerramento do fotolivro, é apresentada a fotografia de uma das beneficiárias, acompanhada por uma epígrafe que mostra o descontentamento desta, com o possível fim do Programa de Aquisição de Alimentos.

A página seguinte é composta pelas legendas e créditos das imagens do fotolivro, é válido lembrar que a ordem de leitura destas imagens é feita da esquerda para a direita e de cima para baixo. O encerramento da obra é feito com a apresentação dos autores por meio de texto e fotografia.

6.2.7 Projeto gráfico

O projeto gráfico abordou os princípios básicos do design, que de acordo com Williams (2005) são formados por contraste, repetição, alinhamento e proximidade. Quando se opta por adicionar este princípio, significa evitar elementos muito similares na mesma lauda. O autor ainda relata que “o contraste costuma ser a mais importante atração visual de uma página – é o que faz o leitor, antes de qualquer outra coisa olhar para ela.” (WILLIAMS, 2005, p.13)

O projeto contou com a repetição dos elementos visuais espalhados por todo o fotolivro, como cores, formas, texturas, relações espaciais (espessura, fonte e tamanhos). Para Williams (2005), essa repetição é necessária para obter uma organização e fortalecimento da unidade.

As páginas da peça prática foram constituídas por um alinhamento, colocado de maneira proposital a fim de fortalecer uma ligação visual com outros elementos da página. Essa escolha atribui ao trabalho uma aparência limpa, sofisticada e suave. (WILLIAMS, 2005)

Os itens que possuíam algum tipo de relação foram agrupados entre si. “Quando vários itens estão próximos, tornam-se uma unidade visual integrada, e não várias unidades individualizadas.” (WILLIAMS, 2005, p.13). Esse princípio auxilia na organização da informação, além de reduzir a desordem e fortalecer a narrativa.

A fonte utilizada em toda a produção da peça prática foi a Swinss 721BT. A escolha pela tipologia sem serifa se baseou na explicação de Sousa (2001, p.39), que mostra que este tipo deve ser usado especialmente em textos mais curtos, “[...] legendas, destaques, títulos, entradas de notícias, etc.”, como é o caso do fotolivro, onde existem apenas um texto introdutório, epígrafes, legendas e créditos.

6.2.8 Recursos técnicos

Os equipamentos utilizados no processo de produção das imagens pertencem parte aos autores e parte à Unoeste.

Autores:

- Câmeras Nikon 7100;
- Lente Nikon 18-140;
- Lente Nikon 18-130;
- Lente Nikon 50 mm;
- Carregadores Nikon EM-EL15;
- Baterias Nikon EM-EL15;
- Cartão Kingston 4GB;
- Cartão Sandisk HC 32GB;
- Notebook Acer;
- Notebook Sony;
- Notebook Dell;
- Iphone 5 e 5s;
- Cabo de Lightning para USB;
- Pen drive SanDisk 4Gb;
- HD externo Samsung 500Gb;
- Lightroom;
- Photoshop CS6;
- Papéis.

Universidade:

- Câmera Canon 60D;
- Lentes Nikon 70-300mm;
- Lente Canon 18-135mm;
- Lente Canon 70-300mm;
- Lente Canon 50mm;
- Carregadores Canon LP E6;
- Bateria Canon LP-E6;
- Computadores do laboratório de informática;
- Photoshop CS5;
- Indesign;
- Illustrator.

6.2.9 Recursos financeiros

Todos os gastos na produção deste fotolivro foram custeados pelo grupo⁴⁰. Para o produto apresentado à banca de qualificação, foi gasto o valor de R\$300,00. Para a banca de defesa pública, bem como para os exemplares que serão disponibilizados, o grupo gastou R\$2.560,00.

6.2.10 Recursos humanos

A produção de fotografias, textos e diagramação foram feitas pelos integrantes do grupo: Danúbia Pereira Leite, Nayrine Oliva Oliveira e Victor Jorge da Silva, sob orientação do professor Roberto Mancuzo. Também ajudou no processo de diagramação, a professora Fernanda Sutkus. É válido lembrar que, para a construção do corte teórico foi importante o auxílio dos pesquisadores da Unesp de Presidente Prudente, Sidney Todescato Leal, José Sobreiro Filho e Diógenes Rabello.

⁴⁰ O total de despesas quanto as idas a campo estão no capítulo 7.

7 MEMORIAL DESCRITIVO

Este capítulo é um importante ponto para a realização e entendimento deste trabalho. Todavia, relatar apenas a produção da peça prática deste TCC, perderia o sentido, se antes não fosse exposto todo o processo em si, desde o momento da concepção, gestação e execução.

Para o grupo, trabalhar com a questão agrária foi uma escolha ousada e desafiadora. Além de ser um assunto extremamente complexo, era algo que, até então, não fazia parte diretamente da realidade dos pesquisadores. Dessa forma, foi possível aos alunos, sair de uma zona de conforto e explorar, ainda que parcialmente, um universo diferente do que estavam acostumados. Esta foi uma experiência de vivenciar o jornalismo para além das redações.

A ideia inicial, porém, nasceu muito antes, da necessidade de escolher um assunto e um objeto para a produção deste TCC, que é item obrigatório para a conclusão do curso.

7.1 O desafio de encarar a questão agrária

Antes mesmo de iniciar o primeiro semestre de 2015, data em que os estudantes do 7º termo precisam escolher um tema e um objeto a ser estudado, para a produção de um pré-projeto de pesquisa, ainda no mês de outubro de 2014, o grupo, formado de acordo com afinidades desenvolvidas durante atividades realizadas nos anos de curso, e composto pelos alunos Danúbia Pereira Leite, Nayrine Oliva Oliveira e Victor Jorge da Silva, tendo em mente a identificação com trabalhos fotográficos e alimentando a ideia inicial de produzir um resgate histórico sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), procurou na sala dos professores da Faculdade de Comunicação Social de Presidente Prudente (Facopp) a professora de Fotografia e também supervisora dos TCCs, Maria Luisa Hoffmann para expor a ideia e pedir um possível direcionamento sobre a questão. Neste momento, o grupo já pensava na produção de um fotolivro como peça prática deste trabalho.

Orientados a procurar o professor da Facopp com mais conhecimento sobre a área agrária, os alunos então entraram em contato com o Professor Roberto Mancuzo Silva Júnior - que se tornaria orientador deste trabalho - para que este pudesse ajudar a compreender melhor o tema.

Numa primeira conversa com o professor, os integrantes do grupo perceberam que pouco sabiam sobre o assunto escolhido e que se realmente continuassem com a ideia, deveriam se aprofundar e conhecer melhor a realidade principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dos movimentos sociais e dos assentamentos. Diante disso, iniciaram-se as primeiras pesquisas bibliográficas indicadas pelo professor Roberto Mancuzo.

Os primeiros materiais estudados pelo grupo apresentavam os movimentos socioterritoriais e socioespaciais, de autoria do Livre Docente Bernardo Mançano Fernandes, da Unesp de Presidente Prudente e um dos mais conhecidos escritores e pesquisadores da área. Outros artigos sobre a realidade dos assentamentos, bem como a importância da implantação de políticas públicas nestes lugares também foram estudados.

Com estes materiais em mãos, o grupo realizou os primeiros trabalhos de fichamento e pôde dessa forma apreciar novas realidades até então desconhecidas pelos pesquisadores. Diante disso, em consenso, optou-se por abandonar a ideia inicial de resgatar a história do MST e explorar no Trabalho de Conclusão de Curso a política pública do PAA, visto que, após o estudo das primeiras obras, os estudantes perceberam que se tratava de algo presente na realidade de diversos assentamentos da região. Todavia, por se tratar de um assunto muito complexo, no início do primeiro semestre de 2015, os alunos firmaram uma parceria com pesquisadores da pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp) de Presidente Prudente, para que dessa forma, o assunto pudesse ser melhor compreendido.

O primeiro contato com um dos pesquisadores foi com José Sobreiro Filho e aconteceu no dia 20 de março de 2015, na sala 207 do Bloco B3, no Campus 2 da Unoeste. Na reunião que durou aproximadamente duas horas, estavam além do pesquisador da Unesp, os três autores deste trabalho e o professor Roberto Mancuzo. Sobreiro Filho, que possui amplo conhecimento em Movimentos Sociais, apresentou de maneira concreta, como de fato acontece o PAA nos assentamentos. Dessa forma, o grupo pode compreender melhor o assunto e finalizar a escolha do tema. Pelo fato do PAA possuir diversas etapas de execução, o projeto da criação de um fotolivro que registrasse cada uma delas, também foi decidido como forma de peça prática.

Como na região existem inúmeros assentamentos, o trabalho necessitava da escolha de um local específico para poder pesquisar sobre o Programa

de Aquisição de Alimentos. Assim, o pesquisador orientou o grupo pela escolha do Assentamento Dom Tomás Balduino – que nesta data ainda se chamava Assentamento Guarany - no município de Sandovalina (SP), devido à facilidade de contato com os assentados do local e por este estar localizado na região do Pontal do Paranapanema, onde se encontra o maior número de assentamentos do estado.

Com a escolha do tema, do objeto a ser estudado, bem como da peça prática e com todos os integrantes em comum acordo, tiveram início as outras etapas da pesquisa.

7.2 O jornalismo para além das redações

Conhecer a realidade dos assentamentos e parte da questão agrária por meio de pesquisas bibliográficas é extremamente válido num primeiro momento, porém, se torna infértil quando essa prática se limita somente a isso. Para conhecer esse universo e aprofundar o conhecimento, no entanto, é necessário desbravá-lo pessoalmente.

Para conhecer de perto a dinâmica da execução do PAA, e iniciar os contatos com os assentados do local escolhido para a pesquisa, o grupo realizou sua primeira ida a campo no dia 27 de março de 2015.

A visita seria acompanhada pelos também pesquisadores da Unesp, Diógenes Rabello e Sidney Leal e o encontro estava previsto para as 13h na praça central de Sandovalina. Como o grupo não conhecia o município, Victor, Nayrine e Danúbia saíram de Presidente Prudente às 11h. Quase uma hora depois os três encontravam-se sentados na praça da Igreja Matriz à espera dos pesquisadores. O encontro que estava marcado para as 13h aconteceu somente as 14h30, pois Leal e Rabello se atrasaram.

Junto com os dois, encontrava-se também a pesquisadora da Unesp Sonia Maria Ribeiro de Souza que acompanhou a tarde no campo. A primeira propriedade a ser visitada foi a de Henrique Rodrigues da Silva. Durante a visita o grupo participou de conversas informais a fim de se interar mais sobre a realidade vivida ali. Também tiveram a oportunidade de conhecer as plantações que a família cultivava e registrar algumas imagens. As conversas duraram 40 minutos e para encerrar a visita, um café que havia acabado de ser moído foi servido.

Neste dia, o grupo também pôde conhecer outra propriedade, a de Severino Rabello, que é pai do pesquisador que acompanhava o grupo. Nela também puderam observar as plantações e entender um pouco sobre como funciona o processo de produção sem o uso de agrotóxicos, e como estes podem danificar as plantações. Antes da segunda ida a campo, o grupo continuou se reunindo todos os dias após o período de aula para a produção do material teórico que passaria por avaliação da banca de qualificação no dia 05 de maio. Para isso, foram usados diversos materiais de autoria de pesquisadores da área de fotografia, movimentos sociais, políticas públicas e questão agrária.

A segunda ida a campo, como programada, aconteceu no dia 22 de abril. Assim como na primeira visita, o grupo utilizou o veículo particular do pesquisador Victor Jorge da Silva para se dirigir ao assentamento. Para isso foi gasto com combustível o valor de R\$ 50,00 dividido entre os membros do grupo. A saída da Unoeste em Presidente Prudente aconteceu às 11h30 e pouco mais de uma hora, às 12h35 os pesquisadores já se encontravam no Assentamento Dom Tomás Balduino em Sandovalina. Neste dia, o grupo não contava com os pesquisadores da Unesp e tinha como pauta: acompanhar as etapas de entrega dos alimentos no barracão da associação dentro do próprio assentamento, observar a maneira como estes alimentos seriam armazenados e transportados, e o momento da distribuição aos beneficiários no município de Estrela do Norte, vizinho à Sandovalina.

No barracão do assentamento, enquanto o grupo aguardava o caminhão para o transporte dos alimentos, os pesquisadores puderam, ainda que de maneira informal, conversar com Valmir Ulisses Sebastião, considerado por muitos assentados o líder do local. Nessa conversa, Valmir forneceu ao grupo um artigo que ele próprio havia escrito sobre alguns pontos do PAA e dessa forma os integrantes puderam conhecer melhor o processo de implantação do programa no assentamento em questão, que teve início no ano de 2010.

Ainda na espera pela chegada do caminhão, os pesquisadores puderam, neste intervalo, fotografar os produtores e os alimentos que seriam entregues. Além das fotografias, outras conversas informais proporcionaram a criação de um elo entre os pesquisadores e os assentados. Como estava um dia extremamente chuvoso, o caminhão chegou ao barracão para recolher os alimentos somente às 15h30, quando então foi possível fotografar o processo de pesagem e transporte dos produtos.

Devido à grande quantidade de chuva, o caminhão com os produtos só conseguiu chegar ao município de Estrela do Norte, próximo das 17h. Enquanto aguardava a chegada dos alimentos, o grupo de pesquisadores conversou com os beneficiários do Programa, que aguardavam o caminhão desde as 14h, mesmo com toda a chuva. O processo de retirada dos alimentos do caminhão, organização dos produtos e entrega aos cidadãos de Estrela do Norte foi registrado por fotografia, todavia, estas foram dificultadas, devido a falta de iluminação adequada no local onde os produtos foram depositados. Após o registro das imagens, o grupo saiu as 17h30 de Estrela do Norte e chegou a Presidente Prudente às 18h20.

A etapa seguinte realizada pelos pesquisadores foi finalizar o corte teórico do pré-projeto de pesquisa e preparar a apresentação de slides para a banca de qualificação que aconteceria no dia 05 de maio de 2015 às 09h30 na sala 426 do Bloco B3 do Campus II da Unoeste.

No dia e hora marcados, o projeto em questão foi o último a ser analisado. Na banca de avaliação encontravam-se os professores Homéro Ferreira, Fabiana Alves, Tchiago Inague, Rubens Cardia e Roberto Mancuzo. O grupo teve dez minutos para apresentar o projeto, seguido de outros dez minutos para orientações e colocações dos membros da banca. O pré-projeto foi aprovado, e o professor-orientador escolhido foi Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior.

Após a aprovação, o grupo realizou as correções sugeridas pela banca e pelo orientador, enquadrando o então pré-projeto, como um Trabalho de Conclusão de Curso, e iniciou-se o processo de cadastramento. No mês de julho, portanto época de férias da Universidade, o orientador Roberto Mancuzo passou aos integrantes as orientações para a produção de material, bem como a lista de livros e obras que precisariam ser fichadas neste período. Para o primeiro atendimento de orientação no segundo semestre, já no mês de agosto, os alunos deveriam entregar impressos: os fichamentos, os capítulos II (metodologia) e III (fotografia), análise de fotolivros, o projeto editorial do fotolivro, a agenda de fotografias e as entrevistas gerais e específicas. No entanto, no primeiro encontro com o orientador, o grupo não se ateu ao fato de que os materiais precisariam ser entregues impressos, sendo assim acabou por não entregar nada. Já na segunda semana de orientação, os pesquisadores entregaram todo o material impresso que o orientador havia pedido

Em meio à produção da parte teórica do TCC, o grupo continuou com os trabalhos de campo, com o intuito de se aprofundar mais sobre o tema, bem como

conseguir captar fotografias com mais qualidade. A terceira visita ao assentamento aconteceu no dia 18 de agosto e assim como nas demais, o custo da viagem foi dividido entre os membros. O grupo saiu de Presidente Prudente às 11h, e chegou ao Assentamento Dom Tomás Balduino às 11h50. Este dia foi dedicado a colher entrevistas. O primeiro entrevistado do dia foi o assentado inserido no Programa de Aquisição de Alimentos, Severino Rabello, de 55 anos, que discursou sobre a participação e os benefícios do PAA. A entrevista foi realizada na varanda da casa de Severino e estavam presentes somente o assentado e os pesquisadores.

A segunda pessoa ouvida no dia foi o também assentado e inserido no Programa, Henrique Rodrigues da Silva, de 25 anos, que assim como Rabello, salientou a importância do PAA, porém destacou alguns pontos negativos do programa tais como a demora no pagamento e a forma de distribuição dos produtos. Henrique recebeu os pesquisadores também na varanda da residência onde foi realizada a entrevista.

Após o término dessas duas entrevistas no assentamento, o grupo foi para Estrela do Norte, entrevistar a assistente social Cláudia Santana, responsável pelo cadastramento dos beneficiários do Programa. Cláudia explicou quem são as pessoas que podem ser beneficiadas pelo PAA, e todo o processo de cadastramento das famílias inseridas no Programa. Neste dia, o grupo saiu de Estrela do Norte às 15h30, e chegou a Presidente Prudente às 16h10.

A quarta ida ao campo ocorreu no dia 25 de agosto e teve como pauta o registro de colheita dos alimentos produzidos pelos assentados. Previamente combinado com o assentado Henrique, o grupo saiu de Presidente Prudente às 8h e chegou ao Assentamento Dom Tomás Balduino às 8h40, tendo em vista que o combinado era que neste horário o assentado iria colher a produção de bananas para que o grupo pudesse registrar fotograficamente. No entanto, não foi possível, pois, como na noite anterior o clima começou a ficar chuvoso, o produtor achou melhor antecipar a colheita.

Como naquela manhã o assentado preparava a terra para realizar o plantio de milho, o grupo optou por modificar a pauta e registrar este processo. Após isso, foi decidido executar a pauta seguinte e os pesquisadores se dirigiram ao lote de Severino Rabello, para acompanhar a colheita de abóboras e registrar o processo por meio de fotografias.

Outro lote visitado foi o de Vilma do Nascimento Ribeiro, onde o grupo pode entrevistar a também inserida no Programa de Aquisição de Alimentos Elisângela Ribeiro com quem o grupo agendou fotografar as colheitas que seriam realizadas no dia seguinte, momentos antes da entrega, portanto no dia 26 de agosto. Após essa entrevista, a equipe retornou a Presidente Prudente.

No dia seguinte, 26 de agosto, como combinado, o grupo chegou ao assentamento às 12h45 e se dirigiu diretamente para o lote de Vilma Ribeiro, onde Elisângela já os aguardava para que pudessem acompanhar e registrar por meio de fotografias a colheita de hortaliças e chuchu, bem como o transporte dos alimentos até o barracão.

Já no barracão, enquanto os produtores chegavam com os alimentos, o grupo pode captar imagens dos produtos e dos assentados, até as 16h, horário em que o caminhão chegou para transportar os alimentos até Estrela do Norte.

Com os produtos já no caminhão, o grupo seguiu para a cidade vizinha. Entretanto, não foi possível registrar o processo de distribuição, pois às 17h o caminhão ainda não havia chegado e o grupo precisava estar no campus II da Unoeste, em Presidente Prudente, às 19h para as fotografias destinadas ao álbum de formatura dos integrantes.

Já no dia 31 de agosto, os autores deste trabalho saíram de Presidente Prudente às 10h, chegando em Sandovalina às 11h. Neste dia, foi registrada a oitava etapa do PAA: o consumo do produtor. Ao chegar em Sandovalina, o grupo foi a casa de Valmir Ulisses, na estância Florinda Rosa. Lá puderam fotografar todo o processo, desde a colheita de alface e pepino, feita por Valmir Ulisses, até o consumo destes pela família. Neste dia em especial, por conta do calor extremo, a refeição foi realizada do lado de fora da casa. Após mais de três horas neste local, o grupo saiu de Sandovalina e chegou em Presidente Prudente às 14h20.

No dia seguinte, 01 de setembro, o grupo saiu mais cedo de Presidente Prudente rumo a Sandovalina, e às 8h47 já estavam no assentamento, se dirigindo ao lote de Valmir Ulisses, pois o assentado iria levar os autores para conhecer o acampamento Dorcelina Falador que ficava próximo. Às 9h40 a equipe, juntamente com Valmir, chegou no acampamento que abriga em torno de 90 famílias.

Foram registradas imagens de todo o acampamento, dos barracos, dos moradores, da escola, enfim, do lugar como um todo. A princípio, o acampamento viria como um capítulo dentro do fotolivro, mas em conversa com o orientador Roberto

Mancuzo, o grupo optou por usar as fotografias do acampamento nas páginas iniciais e introdução.

A visita ao acampamento terminou às 10h56, e os pesquisadores retornaram ao assentamento às 11h20. Após os integrantes do grupo deixarem Valmir em seu lote, esperaram até as 12h, onde acompanharam mais um consumo do produtor, este no lote de dona Vilma Ribeiro. Salada de almeirão com tomate, arroz branco, feijão, ovo e batata frita, misturados em uma farofa amarela foi o prato do dia. Após o registro, saíram de Sandovalina às 12h50, e chegaram em Presidente Prudente às 13h35.

Para o dia 02 de setembro estava marcado o registro da primeira etapa do PAA: o plantio, que seria feito no lote de Valmir Ulisses, mas chegando lá, às 8h, o grupo se deparou com uma forte chuva, impedindo assim o assentado de realizar o plantio. Às 8h40, então, saíram de Sandovalina e foram para Estrela do Norte, onde puderam fotografar a etapa do consumo do beneficiário, na casa de Anice, que preparou berinjela e abobrinha para o almoço com a mãe. Neste dia, o grupo retornou para Presidente Prudente às 12h.

No dia 03 de setembro, o grupo levantou cedo e ligou para o assentado Valmir Ulisses, para saber como estava o clima no assentamento e se seria possível realizar o plantio, diante da resposta positiva de Valmir, o grupo saiu de Presidente Prudente às 7h55, e às 8h30 já se encontrava diante do lote do agricultor. Foi fotografado o plantio de mamão e pimentão, bem como toda a preparação da terra e das mudas. Foi possível, neste dia também, acompanhar alguns cuidados com a plantação, como o funcionamento da irrigação. Às 12h o grupo retornou a Presidente Prudente.

No dia 08 de setembro, às 11h, o grupo chegou em Estrela do Norte, na casa da beneficiária Marcia, para fotografar mais um consumo do beneficiário. Marcia e a filha, Flávia, cozinharam abóbora e couve, e o grupo registrou toda essa preparação, levando de brinde dicas para o preparo destes alimentos. Depois de preparados, mãe e filha almoçaram, salientando ainda o quanto a família gostava de abobrinha. Ao sair da casa de Marcia, o grupo foi até a Prefeitura de Estrela do Norte para conversar novamente com a assistente social Cláudia Santana. O grupo retornou a Presidente Prudente às 19h.

Contudo, os trabalhos de campo não cessaram, e mais uma visita a campo aconteceu no dia 09 de setembro, com saída de Presidente Prudente às

12h21, e chegada ao assentamento às 13h03. Este dia, porém, reservava uma surpresa – um tanto quanto desagradável - aos pesquisadores. Quando estes chegaram ao local, foram informados que aquele se tratava do último dia de entrega do PAA no Assentamento Dom Tomás Balduino, visto que, os projetos com datas de 2015-2016, não haviam sido aprovados pelo governo federal. O grupo, mais uma vez, se empenhou por registrar todas as fotografias possíveis, frente a este obstáculo que acabara de surgir.

Mais uma vez, então, foi registrado o processo de entrega no barracão, no qual o caminhão chegou para recolher a última produção às 15h30. A partir daí o grupo foi para a Estrela do Norte, e enquanto o transporte não chegava com os alimentos para a distribuição, os integrantes entrevistaram algumas pessoas que são beneficiadas diretamente pelo Programa, que estavam à espera dos produtos. O caminhão chegou por volta das 17h, e foi possível registrar a organização dos alimentos que neste dia em especial foi realizada de maneira improvisada em um salão ao lado do centro comunitário, onde acontecia todas as quartas-feiras. Os pesquisadores também puderam registrar a distribuição aos beneficiários e perceber como estes estavam entristecidos pelo fato de ser o último dia do recebimento.

Nem somente de notícias ruins foi feito este dia de campo, ao conversar com Valmir Ulisses, o grupo conseguiu informações que na segunda-feira seguinte, dia 14 de setembro, estava marcada uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, de autoria da Deputada Estadual Marcia Lia para tratar de assuntos relacionados ao corte de verbas destinadas ao Programa de Aquisição de Alimentos. Diante disso, o grupo se mobilizou e decidiu ir a São Paulo acompanhar a audiência.

7.3 Um movimento em movimento

O final de semana dos dias 12 e 13 de setembro foi dedicado exclusivamente aos preparativos para a viagem à São Paulo. Ainda na sexta-feira dia 11, após orientação com o professor Roberto Mancuzo, o grupo entrou em contato com a assessoria de imprensa da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para obter informações sobre a audiência e se os estudantes necessitavam de algum tipo de autorização para participar e fotografar.

A assessoria de imprensa, no entanto, informou aos alunos que, na agenda da Assembleia não constava nenhuma audiência pública de autoria da

Deputada Estadual Marcia Lia para a segunda-feira dia 14 de setembro, e que talvez pudesse acontecer, mas que até então não havia sido lançado no sistema.

Diante dessa dúvida, a aluna Nayrine Oliva entrou em contato novamente com o assentado Valmir Ulisses, para lhe passar as informações que tinha conseguido. Valmir, contudo, confirmou que a própria Deputada Márcia Lia havia estado em sua residência e que o havia convidado para participar desse ato.

Sendo assim, ainda sem a plena certeza de que realmente aconteceria a audiência, no domingo dia 13 de setembro, os alunos Danúbia Leite e Víctor Silva embarcaram às 22h com destino a cidade de São Paulo sem saber ao certo o que os aguardava. O ônibus chegou à capital paulista pouco depois das 5h do dia 14 e antes mesmo das 6h os pesquisadores já se encontravam em frente ao prédio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Como o local só abria as portas às 8h, os estudantes decidiram olhar na Internet a agenda da Assembleia e verificar se a reunião havia sido inserida. Contudo nenhuma alteração havia sido feita

Após esperar quase uma hora, às 7h os estudantes decidiram entrar em contato com Valmir Ulisses para saber se este também já estava a caminho da audiência. Valmir disse que estava saindo do local onde havia passado a noite junto com outras pessoas e que entre uma hora ou uma hora e meia estaria se encontrando com os alunos no prédio da Alesp.

Às 08h20, como combinado, os estudantes encontraram Valmir Ulisses que estava acompanhado de mais quatro pessoas e se dirigiram a recepção da Assembléia. Quando a comitiva chegou frente ao recepcionista, foi informada de que realmente não havia nenhuma audiência marcada para aquele dia e que a única audiência prevista na agenda seria realizada na cidade de Sorocaba (SP), mas que nada tinha a ver com assuntos relacionados ao PAA.

Inconformados com a notícia, uma das pessoas que acompanhava Valmir resolveu procurar em seu e-mail pessoal, o convite que havia sido enviado pela deputada Marcia Lia. Quando este o abriu e mostrou ao responsável da recepção, foi informado de que realmente a audiência aconteceria, mas que o local não era ali. A audiência pública seria realizada em outro endereço, no prédio da Fundação Nacional de Artes (Funarte), localizada na Alameda Nothmann, 1058 em Campos Elíseos, São Paulo (SP).

Às 8h45 o grupo então, saiu às pressas com destino ao novo endereço, tendo em vista que a audiência estava marcada para as 9h30. Valmir e as outras

quatro pessoas estavam distribuídos em dois veículos. Dessa forma, Danúbia e Victor foram em um veículo juntamente com o motorista, e os outros quatro seguiram em outro veículo.

O automóvel que os estudantes estavam encontrava-se com o tanque na reserva com pouco combustível, o motorista, no entanto não conseguia encontrar nenhum posto de combustível para abastecer o veículo. Na ânsia de encontrar um posto e com medo que a gasolina acabasse, o motorista se perdeu por diversas vezes até conseguir abastecer. Diante deste impasse, os estudantes só conseguiram chegar ao prédio da Funarte as 09h50. No entanto a audiência estava atrasada e muitas pessoas, entre líderes de movimentos sociais, representantes do governos e pesquisadores encontravam-se reunidos no salão de entrada do prédio.

Às 10h05 a audiência teve início, sendo presidida pela Deputada Estadual Marcia Lia. Estavam presentes o Deputado Federal Nilton Tatto, a representante da Conab Cristina Richa Vieira, o Delegado Federal do MDA Reinaldo Prates, o prefeito de Mirante do Paranapanema Carlos Alberto Vieira, o representante da Federação da Agricultura Familiar Marco Pimentel, Mossoró representante da Rede de Colegiado Territoriais, Zelito do MST e representantes de vários assentamentos do Estado de São Paulo.

A audiência teve duração de 4h, e todos as autoridades puderam falar, assim como os demais presentes que tiveram interesse. Durante a sessão foi passado um abaixo-assinado para ser encaminhado ao governo federal para pedir a revisão da decisão sobre os cortes no PAA, e a deputada Marcia Lia prometeu uma resposta o mais breve possível. Após o encerramento, os alunos Danúbia Leite e Victor Jorge se dirigiram até as autoridades e representantes a fim de buscar mais informações. A dupla encerrou suas atividades na Funarte por volta das 14h. Os alunos então aguardaram até às 22h para retornar a Presidente Prudente, chegando na cidade por volta das 5h30 da manhã.

7.4 Fotolivro: pré-produção, produção e pós-produção

O mês de outubro foi dedicado para conclusão da peça prática. No dia 5 do referido mês o grupo se reuniu com a professora de programação visual Fernanda Sutkus, que orientou sobre a melhor maneira para diagramação e construção do

fotolivro. Feito isso, os alunos precisaram definir qual seria o formato e o local onde o fotolivro seria impresso.

Foram realizados vários orçamentos e por questões de valor e logística o grupo optou por fazer a impressão em Presidente Prudente. Dois lugares foram cogitados, a loja H3 Brasil e a Quality Fotografias. Pela relação custo/benefício, os estudantes resolveram imprimir os fotolivros na Quality.

No dia 7 de outubro o grupo se reuniu na parte da manhã para fazer a seleção das fotografias que iriam compor o trabalho. No final foram contabilizadas em torno de duas mil imagens, sendo 150 escolhidas. Os alunos decidiram então se reunir com o professor de fotografia Rubens Cardia para fazer mais uma seleção, baseada nos conceitos na linguagem fotográfica e olhar técnico.

Na semana do dia 12 do referido mês, os estudantes fizeram a diagramação das lâminas, texto de introdução, escolha das epígrafes, produção da foto de capa e correções da parte teórica. Na semana do dia 19, última antes da entrega, os alunos ainda não tinham definido o nome para o fotolivro. A dúvida, porém, se estendeu por dias, e depois de muito estudo e vários brainstorms, o nome “Resistir” foi o escolhido.

Se analisados os problemas relacionados à questão agrária no Brasil é possível perceber que a palavra resistência faz parte desta realidade desde a chegada dos portugueses no país. Num primeiro momento, foi necessária a resistência dos índios diante da ocupação das terras por parte dos europeus. Quando o país vivia outro momento, o da escravidão, os que fugiam e conseguiam criar os quilombos, eram obrigados a resistir nestes locais, contra todo tipo de violência e a ameaça constante de ocupação dessas áreas.

Com as famílias sem terra, o processo de resistência não é diferente. Desde o momento em que estas decidem lutar por um pedaço de terra, resistir se torna algo essencial para a vida. No momento da ocupação de uma área, é preciso resistir ao conflito e a violência presentes no local. Quando o acampamento é montado, é preciso resistir a outras dificuldades: falta de alimentação e moradia adequadas, de saneamento básico, de assistência médica e de tantas outras condições mínimas de sobrevivência.

Após anos na luta e quando há a criação do assentamento, estas famílias precisam continuar o processo de resistência. Faltam políticas públicas eficazes para melhorar a qualidade de vida dos assentados. Os produtores

necessitam também resistir às intempéries – se chove muito não conseguem plantar, se não chove não conseguem colher.

Neste contexto, é possível observar como as famílias que recebem os produtos do PAA, igualmente buscam resistir diante das adversidades que surgem. Assim, uma nova forma de resistência, passou a existir na vida destas pessoas: Como lidar com o corte das verbas e com o fim da entrega dos produtos do PAA?

Após a decisão do nome, na manhã do dia 23 de outubro, o orientador realizou as correções finais da peça prática que foram acatadas pelos integrantes e neste mesmo dia foi realizada a última impressão da peça para a banca de qualificação.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Assentamento Dom Tomás Balduino no município de Sandovalina (SP) vive um dos momentos de maior incerteza quanto ao acesso dos assentados a políticas públicas disponibilizadas pelo Governo Federal. Essa dificuldade começou a surgir já no final deste trabalho de pesquisa, no mês de setembro de 2015, quando por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) decidiu-se que seriam reduzidos os investimentos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os projetos referentes ao período 2015-2016.

Neste contexto, os produtores da agricultura familiar do Assentamento Dom Tomás Balduino, no qual o PAA despontava como carro-chefe dentre as políticas públicas implantadas, sofreram cortes no orçamento e até a finalização deste TCC não obtiveram a aprovação de nenhum dos projetos para o próximo ano.

Para traçar um panorama desta situação, só no ano de 2014, a Conab, que é o órgão responsável por operacionalizar o programa, adquiriu mais de 63 mil toneladas de produtos oriundos da agricultura familiar em São Paulo. Deste montante, 61,5 mil toneladas foram repassadas por Doação Simultânea, ou seja, da mesma forma que ocorre no assentamento estudado, o que beneficiou produtores rurais de 369 projetos e um número incalculável de beneficiários indiretos. Só nesta modalidade, foi investido no ano de 2014, no estado de São Paulo, um valor de R\$113,2 milhões. Para os projetos de 2015-2016, no entanto e como foi apresentado no início destas considerações, o orçamento inicial é de R\$45 milhões, cerca de R\$100 milhões a menos do que os produtores esperavam.

Ao realizar as pesquisas de campo e as entrevistas durante a execução deste trabalho, os autores puderam notar o quanto as pessoas que são beneficiadas diretamente com a doação dos produtos dependem deste tipo de ação. Por outro lado, foi possível notar também que falta muito conhecimento por parte destes próprios indivíduos sobre a origem dos produtos que lhes são fornecidos, e o que de fato é o Programa de Aquisição de Alimentos.

Na ótica dos produtores rurais, o programa também é visto de maneira positiva, principalmente no que se refere ao preço oferecido pela Conab, e na consequente venda do excedente da produção, que antes era jogado fora ou servia de alimento para os animais. Por outro lado, os autores desta pesquisa puderam

observar as queixas dos produtores com relação à demora no pagamento por conta de procedimentos burocráticos à execução do PAA.

Acredita-se, portanto, que a realização desta pesquisa, bem como a reflexão teórica apresentada e a confecção da peça prática, revelaram a importância que o Programa de Aquisição de Alimentos tem, tanto para as famílias que produzem, quanto para as que recebem os produtos. A escolha por apresentar este assunto por meio de fotografias, pôde proporcionar aos estudantes da Unoeste, aos beneficiários diretos do PAA, bem como à sociedade de um modo geral, um contato maior com essa realidade, que até então, havia sido explorada em sua grande parte apenas em conteúdos teóricos.

A linguagem fotográfica apresentada na produção do fotolivro serviu para fomentar as intencionalidades do grupo e dessa forma, organizar as imagens proporcionando ao leitor uma narrativa imagética compreensível e eficaz da fotografia como documento. Tendo como ponto de partida a questão principal que proporcionou o desenvolvimento desta pesquisa, acredita-se que dentre os parâmetros da linguagem fotográfica que precisaram ser observados e utilizados para documentar e expor ao público em geral o PAA no assentamento Dom Tomás Balduino, o grupo optou pela produção de imagens utilizando a regra dos terços, a fim de distribuir, harmonizar e valorizar os elementos da composição.

Outros componentes da linguagem, observados e utilizados na produção, foram o enquadramento, planos e ângulos. A luz, elemento fundamental para a fotografia, também foi priorizada de acordo com a mensagem a ser passada e segundo as condições do ambiente em que os pesquisadores se encontravam. Não houve, em nenhum momento o uso de iluminação artificial.

As cores foram empregadas seguindo a necessidade de mostrar a quantidade de tons dos produtos encontrados no assentamento. Os contrastes e as texturas também foram elementos observados e utilizados na produção das imagens a fim de passar ao leitor a mensagem desejada.

Os pesquisadores ainda acreditam ter conseguido definir as principais etapas da dinâmica da execução do PAA no assentamento estudado, bem como aprofundar o conhecimento sobre políticas públicas e como estas são importantes para o fortalecimento da agricultura familiar. Por meio da exploração dos elementos da linguagem fotográfica, os autores acreditam que contribuíram para o estudo da fotografia e de parte dos problemas relacionados à questão agrária.

O desenvolvimento do corte teórico para a confecção da peça prática foi de fundamental importância para aprofundar o conhecimento dos autores desta obra, tendo em vista que além de mergulhar no universo e história da fotografia, foi possível o contato com outra área, totalmente diferentes das que os autores estavam acostumados, tendo em vista que foi possível conviver com os assentados e assim, perceber melhor esta realidade. Acredita-se que desse modo, ao unir fotografia e questão agrária, o fotolivro pode desencadear mais ações neste sentido a fim de conscientizar e proporcionar outras reflexões à sociedade, que terá acesso ao conteúdo por meio de exemplares disponibilizados na Unoeste, Unesp, Biblioteca de Estrela do Norte, Assentamento Dom Tomás Balduino e por meio da publicação de um e-book. Para isso, contudo, não apenas o fotolivro e e-books podem servir como plataformas de divulgação, mas exposições fotográficas e videodocumentários também podem contribuir para tal.

O registro das imagens durou por quase todo o segundo semestre de 2015, no entanto, o contato com essa realidade começou já no mês de fevereiro do referido ano. Na produção do fotolivro, a escolha por dividir os capítulos em etapas de execução do PAA, assim como produzir um texto de introdução a fim de contextualizar a luta pela terra, bem como explicitar cada fase, fez com que o grupo alcançasse três dimensões diferentes: a social, a pessoal e a acadêmica.

Ao apresentar para a sociedade os assentados e como estes realizam os trabalhos no lote, pretendeu-se mostrar que quando a reforma agrária é realizada de modo correto esta dá certo. Do mesmo modo, buscou-se aumentar a autoestima de muitos trabalhadores que se julgavam discriminados, além de apresentar aos beneficiários diretos a origem dos alimentos que estes consomem, atingido assim, a dimensão social.

A dimensão pessoal, no entanto, se deve ao fato de realizar um trabalho que os membros do grupo se identificavam e dessa forma unir estudo com satisfação pessoal. Por último, na acadêmica, os autores puderam colocar em prática parte do conhecimento adquirido nos quatro anos de Universidade.

Como consequência, é importante constar que as fotografias escolhidas, dentre as milhares produzidas, refletem um entendimento dos autores sobre o programa e de que forma ele poderia ser apresentado à população em geral.

O PAA é apresentado como uma ferramenta eficaz para a melhoria da qualidade de vida das pessoas sejam elas produtoras da agricultura familiar ou

beneficiárias diretas. Com a captação e escolha das imagens, associadas às falas dos envolvidos, foi possível perceber o quão benéfico é o programa. Todavia também foi possível apresentar o sofrimento das pessoas, com o fim das verbas e conseqüentemente o da entrega de alimentos.

Se realmente não houver aprovação de mais projetos relacionados ao Programa de Aquisição de Alimentos ou os recursos não forem retomados, fica a sugestão para que outros acadêmicos analisem a realidade que será apresentada após o fim do Programa e a retratem em um novo TCC. Todavia, também podem ser exploradas neste mesmo contexto, outras políticas públicas que por ventura venham a se tornar carros-chefes da produção da agricultura familiar ou mesmo as que já existem, mas que dificilmente conseguem ser acessadas pelos produtores.

Durante o período universitário os autores muito ouviram dizer que o jornalista é um bom contador de histórias. Mas antes, é preciso ter contato com as fontes. Assim, poder sair da zona de conforto e praticar um jornalismo além da redação, partindo ao encontro de outras realidades se tornou única e inigualável experiência e fonte de sabedoria aos pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Elane. **Ler imagens, ver a cidade**: a fotografia e a questão da narratividade urbana. Revista Esferas, ano 3. 2014.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010
- BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. Fotolivros e história comparada da fotografia na América Latina: Reflexões teóricas e possibilidade de investigação. In: **IV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO DE IMAGEM**. Londrina, 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0475-1.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2015.
- BARROS, Taís Martins Portanova. **O segredo de Bresson**. São Paulo, 2012, nº18. Disponível em: <<http://www.cisc.org.br/revista/ghrebh/index.php?journal=ghrebh&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=438>>. Acesso em: 10. Ago. 2015.
- BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antonio. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BONI, Paulo César. **O discurso fotográfico**: a intencionalidade de comunicação no fotojornalismo. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). São Paulo: ECA/USP, 2000.
- BONI, Paulo César. Linguagem Fotográfica: objetividade e subjetividade na composição da mensagem fotográfica. Formas e Linguagens. **Revista Formas e Linguagens**. Ijuí, Rio Grande do Sul, Ano 2, n.5, jan./jun. 2003.
- BONI, Paulo César. **O nascimento do fotodocumentarismo de denúncia social e seu uso como “meio” para transformações na sociedade**. Rio Grande do Norte, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0475-1.pdf>>. Acesso em: 14. Ago. 2015.
- CHEIDA, Marcel J. **A Fotorreportagem: Origens da fotografia como documento jornalístico**. 2011. Campinas (SP). 4 p. Notas de aula. Disponível em: [http://ftp-acd.puc-campinas.edu.br/pub/professores/clc/cheida/Hist%C3%B3ria%20do%20Jornalismo%202011/fotorreportagem%20\[Modo%20de%20Compatibilidade\].pdf](http://ftp-acd.puc-campinas.edu.br/pub/professores/clc/cheida/Hist%C3%B3ria%20do%20Jornalismo%202011/fotorreportagem%20[Modo%20de%20Compatibilidade].pdf)
- CHICHITO, Giovana et al. **Um instante em preto e branco**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/1%20-%20um%20instante%20em%20preto%20e%20branco.pdf>> Acesso em: 10. Ago. 2015.
- COLNAGO, Ellen Tamires; HESPANHOL, Rosângela Aparecida. Políticas públicas e desenvolvimento territorial: o programa de aquisição de alimentos no município de Dracena-SP. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n. 14, v.1, p.11-31, 2014.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papiрус, 1994.

FERNANDES, Bernardo M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. 1994. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual Paulista.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. **Agronegócio e Reforma Agrária**. Nera, 2004. Disponível em: file:///C:/Users/rober_000/Downloads/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf. Acesso em: 26. jul. 2015.

FERNANDES, Bernardo M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Livre Docência, FCT, UNESP, 2013.

FERREIRA, Júlia Mariano; COSTA, Marcelo Henrique. Olhares de pertencimento: novos fotodocumentaristas sociais. **Revista Discursos Fotográficos**, Londrina, v.5, n.6, 2009. Disponível em: <http://www.fav.ufg.br/seminariodeculturavisual/Arquivos/2009/artigos%20gt3/Julia%20Mariano_e_Marcelo%20Henrique.pdf>. Acesso em: 25. Ago. 2015.

FORIN JR. Renato; BONI, Paulo César. Aspectos valorativos no otodocumentarismo social de Sebastião Salgado. **Revista Conexão: Comunicação e Cultura**, Rio Grande do Sul, v.6, n.12, 2007. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/172/163>>. Acesso em: 22. Ago. 2015.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Movimentos Sociais: Questões Conceituais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.17, jun. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200003>. Acesso em: 26 mar. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n.26, 2015. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3571/2906>>. Acesso em: 17. jul. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. Texto publicado no XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, v. 2., 2006, Rio de Janeiro: UFRJ. **Campesinato, agronegócio e latifúndio**: territórios da questão agrária e a fronteira agropecuária brasileira. Rio de Janeiro, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HERNANDEZ, Oswaldo. **Fotodocumentário Multimídia**: análise e reflexão sobre projeto pedagógico em jornalismo comunitário. 2011. 51 f. Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed., 3. reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Ivan. **A Fotografia é a sua linguagem**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

LOMBARDI, Kátia Hallak. Documento Imaginário: Reflexões sobre a fotografia documental contemporânea. **Revista Discurso Fotográficos**, Londrina, v.4, n.4, 2008.

LOMBARDI, Kátia Hallak. **Documentário imaginário** Novas potencialidades na fotografia documental contemporânea. 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea) Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

LOPES, Dóri Edson; DE ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) nos municípios de Castilho e Andradina-SP. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, nº. 1, jun. 2012. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1036/1906>>. Acesso em: 16. Jul. 2015.

LOZANO, Gustavo. **History and Conservation of Albums and Photographically Illustrated Books**. Rochester: George Eastman House - Advanced Residency Program In Photograph Conservation, 2007. Disponível em: <http://notesonphotographs.org/images/f/f4/History_and_conservation_of_albums_and_photographically_illustrated_books_for_web.pdf>. Acesso em: 15. Ago. 2015.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, Nelson. **Fotografia: da analógica à digital**. São Paulo: ed. Senac São Paulo, 2010.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MÜLLER, Ana Luiza; KUNRATH, Marcelo Silva; SCHNEIDER, Sergio. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o programa de aquisição de alimentos**. *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, 2012. Disponível em <<http://paa-africa.org/wp-content/uploads/2013/03/A-constru%C3%A7%C3%A3o-de-Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-para-Agricultura-Familiar-o-caso-do-Programa-de-Aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-Alimentos.pdf>>. Acesso em: 22. jul. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Bárbarie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. In: *Terra Livre*, São Paulo, n. 21, 2003.

PALACIN, Vitché. **Fotografia: teoria e prática**. São Paulo: Saraiva, 2012.

PALACIN, Vitché; CRUZ, Goya. **Fazer fotografia**. São Paulo: B4, 2012.

PERSICHETTI, Simonetta. **Imagens da fotografia brasileira**. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

PIRES, Francisco Quinteiro. **Sebastião Salgado, um homem de contradições**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://revistazum.com.br/revista-zum-8/um-homem-de-contradicoes/>>. Acesso em: 28. Ago. 2015.

SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento: sonora visual e verbal: aplicações na Hipermídia**. 3 ed. São Paulo, SP: Iluminuras: FAPESB, 2005.

SHANNON, Elizabeth. **The Rise off the Photobook in the Twenty-First Century**. Boston: *St Andrews Journal of Art History and Museum Studies*, 2010.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA, Caio Galvão de (orgs). **Fome Zero: A experiência brasileira** – Brasília: MDA, 2010.

SILVA JUNIOR, Roberto A. Mancuzo. **O MST desterritorializado: Um novo olhar sobre a criminalização do movimento a partir do fotojornalismo e do hiperespetáculo**. 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Arbor, 1983.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma História crítica do fotojornalismo ocidental**. Florianópolis: Letras Contemporâneas e Argos/UNOESC, 1998.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo: Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa**. Porto, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. 1. reimp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2. ed. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SOUSA, Miguel. **Guia de tipos**. Estugarda: Fachhochschule Stuttgart, 2001.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. Políticas Públicas da Reforma Agrária. **Revista Abra**, São Paulo, v.2, n.34, out., 2008. Disponível: <www.abrareformaagraria.Com.br/index.php/publicações/revistas/RevistaAbra34_-_vol2.pdf >

SOUZA, Vanilde Ferreira; BERGAMASCO, Sônia Maria. Processo de desenvolvimento a partir das liberdades instrumentais em assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.38, n.2, 2005.

TÓFOLI, Luciene - **Ética no Jornalismo**, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

TRICHES, Rozane Maria; GRISA, Catia. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista Nera**, Presidente Prudente, nº. 26, 2015. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3569/2904>. Acesso em: 17. Jul. 2015.

Ulisses, Valmir Sebastião. **O programa de aquisição de alimentos (PAA) nos assentamentos Bom Pastor e Guarani, em Sandovalina-SP**. CEGet. Presidente Prudente, 2014.

VESTAL, David. **A integridade da fotografia**. In: ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson (Org.). Ensaio sobre o fotográfico. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998. p.79-86.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman Companhia, 2001.

ANEXOS

**ANEXO A
ENTREVISTAS**

CLAUTIDE SANTANA
ASSISTENTE SOCIAL – Prefeitura de Estrela do Norte
Data da entrevista: 18/08/2015

Clautide é assistente social da Prefeitura de Estrela do Norte, ela é a responsável pelo cadastramento de famílias com insegurança alimentar no Programa de Aquisição de Alimentos.

Quem pode ser beneficiado pelos alimentos do PAA?

As famílias inseridas no Programa são de baixa renda, idosos de baixa renda, crianças de baixo peso, com insuficiência, aí todos esses, nós pegamos, fizemos um apanhado geral, e fizemos uma fichinha de identificação. Quando eles têm essa fichinha, eles podem chegar, por exemplo se chega verdura às 16h, eles não precisam enfrentar fila, é só mostrar a ficha que pegam na frente. Aí, como vem muita verdura, que supre essa necessidade e ainda sobra, nós damos para um tanto x da população, porque aqui como é cidade pequena, não tem pessoas que sejam ricas, todos trabalham para viver. A renda é um salário mínimo, no máximo dois salários mínimos quando tem dois idosos na casa. Então a renda é isso, não passa de dois salários mínimos por família, então aqui a situação é quase que equilibrada. Não tem aquela distinção de classe social. No caso, por exemplo, o marido foi para o Japão, adquiriu um serviço lá, então, o que ele ficou lá durante aqueles anos, a mulher que ficou aqui, ficou só aplicando em bens, em melhoria da casa, e quando ele chegou, ele voltou a ser quem era, aquela pessoa simples com um salário simples, então vai pegar uma fila da verdura, porque o salário deles às vezes não ultrapassa dois salários mínimos, não é porque tem uma casa que ele adquiriu lá fora, isso não faz diferença. Então a qualidade de vida daqui da cidade, são assim, não tem muita distinção.

O (a) sr (a) tem uma base de quantas pessoas pegam os alimentos na quarta-feira?

Nas quartas-feiras, a partir das 8h, o pessoal começa a vir e dar o nome para poder pegar a verdura, tem gente que é tão necessitado que 6h da manhã já está lá fora na fila, e faz fila. Os primeiros a pegar são as pessoas que estão dentro do cadastro único de baixa renda, depois marca o nome das outras pessoas. E todas as quartas-feiras são desse jeito, quem não está no cadastro precisa vir na parte da manhã para dar o nome. De pessoas fixas, que vem sempre, tem um monte, todos esses que vem na quarta-feira pegar, voltam na próxima. Agora, se vier poucas verduras, a prioridade são as pessoas do cadastro. Além das verduras, para as pessoas de baixa renda, são entregues peixes e frangos vivos, que como vem pouco, vão só para as prioridades. Nunca vem menos que 150 pessoas, já veio até 240 pessoas por semana.

Como os beneficiários comprovam que são de baixa renda?

Eles não, nós que pegamos o cadastro único, você entra lá e ele faz o levantamento todinho pra você, você tem a vida das pessoas na sua mão, quanto ganha, tudo. Você vai no cadastro único e tem todos esses dados na mão, então está bem mais fácil do que antigamente. Antes você criava projeto, hoje tem o modelo. Só uma pessoa da mesma casa que pode vir buscar.

**ELISANGELA SOBRAL DOS SANTOS RIBEIRO.
MORADORA DO ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO - SANDOVALINA**

Data da entrevista: 25/08/2015

Contato: Pessoalmente

Desde quando a senhora faz parte do PAA?

Desde o começo, 2011, acredito.

O que levou a senhora a se inserir no PAA?

Porque toda vez que a gente plantava, a gente perdia muita coisa, perdia plantação de abóbora, verdura, essas coisas. Então o PAA foi o melhor para a gente. Sobrava muita coisa. Essa renda que veio ajuda muito. Abacate, manga, essas coisas todas, as vezes não tínhamos os porcos para comer, dávamos para as vacas mas sobrava muita coisa mesmo assim.

Como funciona o pagamento?

Recebemos de quatro em quatro meses, em algumas vezes ficamos mais de quatro meses sem receber, e agora também, fora as outras que ficam para trás. A única coisa ruim é essa, você fica muito tempo sem receber, então não tem como você repor os produtos, aí o que você receber, já tem que repor porque sabe que só vai receber daqui quatro meses.

A família da senhora tem o PAA como fonte de renda exclusiva ou complementar?

Complementar. Se fosse para depender da Conab, seria difícil. Eu trabalho no Conselho, minha sogra é aposentada, meu sogro trabalha na usina e meu marido agora está desempregado mas trabalhava para a usina também, tem três anos que ele saiu.

Como funciona a escolha de quais produtos serão entregues para o PAA?

Eles fazem uma lista e passam para a gente, com os preços e com o que eles vão pegar, passam para todos com os produtos selecionados.

A sra segue algum tipo de calendário para plantio e colheita?

Seguimos bastante. A plantação de abóbora, verduras, quais verduras plantar agora com esse tempo quente e seco, seguimos certinho.

Quais os produtos que a sua família mais entrega?

As verduras.

E como são os preços das verduras?

É um preço até bom, não é ruim, o, porém é só o pagamento mesmo, que atrasa, porque o preço é bom, compensaria entregar. Uma caixa de alface, o kg, está custando R\$1,97.

A família da senhora está aqui no assentamento desde quando?

Desde 2001. Eu passei pelo processo do acampamento, mas com a minha mãe, no Bom Pastor. Depois eu casei e vim morar aqui. A minha mãe ainda está lá.

Em que a sra costuma investir o dinheiro que recebe do PAA?

A gente vai investindo, quando sai, tanto nas produções das verduras, compramos sombrite, arrumando a cerca, essas coisas, investimos no lote. Se recebêssemos de dois em dois meses dava para investir mais, até na produção direta do PAA, porque precisamos muito de um poço, mas não temos o dinheiro certo para fazer um.

MARIA DA CRUZ.

BENEFICIÁRIA DIRETA DO PAA – ESTRELA DO NORTE

Data da entrevista: 09/09/2015

Contato: pessoalmente

Há quanto tempo a senhora pega os produtos do PAA?

Faz uns oito meses, mais ou menos.

O que melhorou na qualidade de vida depois do PAA?

Eu acho que é uma coisa boa, essas verduras, nós que somos mais necessitados, é muito bom. A gente pega alface, almeirão, abóbora, mandioca, um pouquinho de cada coisa que vem. A quantidade é boa, venho toda semana. Economizamos o dinheiro da feira, porque pegamos aqui, que hoje em dia está difícil, eu só recebo um salário mínimo para viver. Moro eu e Deus.

A sra sabe de onde vem os alimentos?

Não sei, não.

A sra sabe o que é o PAA?

Não, também não.

A sra acharia interessante a produção de um livro de fotografias para mostrar todo o processo do PAA?

Era bom, não é.

E se cancelar o PAA?

Vai ficar difícil, vai ficar ruim para gente. Falaram que hoje é o último dia. Não vai ser bom não, vai ser difícil. O dinheiro que eu poupo com essas verduras, eu compro remédio. Agora já não sei mais. Água e luz todo mês subindo, está difícil. Uma pessoa na idade que a gente tem não arruma serviço, eu vou fazer 70 anos, quem vai me querer para trabalhar?

Como a sra costuma preparar os alimentos que pega do PAA?

Ah, fazer salada, cozinhar.

HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA.

ASSENTADO INSERIDO NO PAA - SANDOVALINA

Data da entrevista: 18/08/2015

Henrique é assentado no município de Sandovalina-SP, no assentamento Dom Tomás Balduino, e está inserido na política pública do Programa de Aquisição de Alimentos.

Desde quando o (a) sr faz parte do PAA?

Acho que desde o início. Entrei aqui em 2010, agreguei na família da minha esposa, mas o pessoal já trabalhava com PAA. Na verdade, em 2001 nasceu o assentamento, que conseguiram a terra, então provavelmente acho que o pessoal aqui começou de 2003 pra frente.

Como chamava a fazenda antes de se tornar assentamento?

Fazenda Guarany.

O que levou o sr (a) a se inserir no Programa de Aquisição de Alimentos?

Inicialmente foi o excesso de produção. A gente sempre tinha produção e sempre entregava na feira, nós sempre trabalhamos com o público e esse programa chamou a atenção porque uma coisa assim que inicialmente era um programa que você podia entregar vários produtos que você produzia, até artesanalmente, como por exemplo, entregar colorau, entregar pão caseiro, produtos artesanais que você fizesse, tapetes, essas coisas assim, tudo englobava dentro do PAA nos primeiros projetos e uma outra coisa também é que você podia fazer entrega direto, não precisava entregar pra entidade como entregamos agora, todo mundo reúne a produção e entrega aqui no barracão, aí o caminhão da cooperativa vem, pega esses produtos e entrega no recinto que é o local de entrega e passa por um monte de processo, passa as notas pela casa da agricultura, passa as notas pelo centro social aí volta as notas pra associação pra associação mandar pra Conab. Então esse processo todo é muito enrolado, demora meses pra você receber e antigamente não, antigamente nós reuníamos a produção aqui, pesava e levava na quarta feira toda a nossa produção, cada um, e já levava diretamente no recinto. Nesse recinto ficava uma pessoa responsável pra verificar o produto que você entregava e o peso. Se tivesse correto a pessoa assinava a nota e você já mandava pra cooperativa e a cooperativa já mandava, mas só que aí foram acontecendo várias coisas. Tinha pessoal que entregava nota mas não entregava o produto aí o pessoal começou a exigir, pegar mais no pé, aí começou essas mudanças, teve que mudar pro órgão público. Mas, inicialmente foi essa questão também dos preços, que o PAA era muito bom e ainda é, a facilidade de você entregar e de receber. Inicialmente foi um projeto pouco divulgado. Hoje em dia é um projeto bem amplo, todo mundo conhece, mas antigamente era mais restrito. Era pouquinho também, não sei se era dois mil reais, dois mil e quinhentos por ano, era muito pouco. Mas assim era uma maravilha, você entregava uns 3, 4 projetos no ano. Era muito fácil de entregar. Hoje já é mais restrito. Hoje, por exemplo, o município não pega mais produto feito manualmente, você não pode entregar colorau, você não pode entregar frango, não pode entregar peixe, porque o município também não tem a inspeção municipal, aí fica difícil. Então são só produtos que você não tem contato com ele, o que é produzido artesanalmente você não pode mais entregar. O que levou a gente a entrar foram essas facilidades, você entregar as coisas que você tinha no quintal mesmo, você não precisava fazer roça pra entregar e você entregava o que você tinha. Tudo o que você tinha no quintal, você olhava, 'ah eu tenho carambola vou entregar, tenho pitanga da pra entregar, tenho acerola da pra entregar', foi um bom tempo assim.

Como funciona a escolha de qual produto será produzido/entregue? Quais os principais produtos que o sr (a) fornece ao Programa?

Olha depende muito da época, que nem agora pro final do ano é mais fruta, tá chegando manga, abacate e também tem produção de abóbora... Depende muito da

época, no semestre anterior nós entregamos bastante mandioca, carambola, vários outros produtos, mas o que mais entregamos foi a mandioca, que tem uma quantidade grande e agora pro final do ano são mais as frutas mesmo.

Existe algum tipo de calendário que o (a) sr (a) segue para iniciar o plantio e a colheita?

Em relação a um calendário, provavelmente eu acho que não, nós não temos um calendário assim a seguir, mas nós temos uma coisa mais ou menos na nossa cabeça que funciona tipo um calendário, mas não temos isso num papel, é mais na cabeça mesmo. Por exemplo, no semestre passado nós acabamos de colher a mandioca, e já replantamos, então assim, provavelmente daqui pro final do ano e no comecinho do ano que vem já vai ter mandioca, que é um produto que assim, se fosse no calendário ia pra um próximo programa já. As frutas também, não tem como fazer um calendário pra elas, é de época, final de ano por exemplo é a manga, no começo do ano tem abacate também.

Quais os principais pontos positivos e negativos que o (a) sr (a) observa no PAA dentro do Assentamento Dom Tomás Balduino?

Um dos pontos positivos é que estimulou bastante a produção do assentamento que tava muito fraca, ninguém queria produzir, ninguém queria plantar, por ser um assentamento perto da cidade o pessoal sai muito pra trabalhar fora e o sítio ficava meio que em segundo plano. Já com a maior divulgação do PAA o pessoal começou a trabalhar mais e incentivou muito o pessoal daqui do assentamento, eu vi que no início eram duas, três pessoas que entregavam no PAA, que era a gente e uns vizinhos ali de cima, e só nesses últimos três anos praticamente o assentamento inteiro quer trabalhar com PAA. Tem pessoas que vieram pra cá agora e o pessoal toda quarta-feira tá lá em cima 'como faz pra entregar? Eu quero entregar,' aí tira a ADAP, o talão do produtor e já se vincula a cooperativa pra entregar. Se o pessoal tiver um projeto, que nem tem um projeto em andamento ele pode incluir no início do projeto. Agora quando tá na fase final do projeto ele pode incluir a pessoa, mas pra vim no projeto novo, aí essa pessoa tem que esperar. Tem que esperar até o novo projeto ser aprovado, quando o projeto é aprovado aí sai a lista das pessoas que estão inseridas nesse projeto aprovado, por exemplo de 2015, se essa pessoa estiver ela entrega, se não tem que esperar. E os pontos negativos que eu vejo assim, não são por parte do PAA, mas por parte do município.

RUBENS CARDIA

FOTÓGRAFO – Presidente Prudente (SP)

Data da entrevista: 24/08/2015

Meio: pessoalmente

Formado em Relações Públicas pela Unesp e pós-graduado em Fotografia pela UEL, atua desde 1996 como fotojornalista para grandes jornais como a Folha, Agora, Estadão, Diário da Região e para as revistas Veja, Isto É, Época, Vida e Arte, Casamix entre outras. Foi freelancer para as agências Estado, Futurapress e Luz. Fotógrafo institucional para diversas empresas como Sebrae, Orsa Celulose, Rodobens Negócios Imobiliários, Braslátex, Damha Incorporadora, MRV. Premiado com o segundo lugar categoria P&B no Prêmio Leica Brasil 2002 e primeiro lugar no Prêmio José Hamilton Ribeiro de Jornalismo em 2010. Em 2012 foi professor convidado em workshop de fotografia panorâmica e tour virtual na conceituada London School of Photography de Londres.

Como é o seu processo de criação na hora de fotografar?

No jornalismo vai depender no tipo de pauta que a gente tem que executar. Em muitos casos a pauta pede um retrato, que antigamente era um boneco, que colocava a pessoa em qualquer lugar e fazia o retrato. Agora não, a gente analisa qual é o teor da matéria, o que a matéria fala, o que tem a ver e a gente vai procurar construir uma situação dessa pessoa que represente a informação que vai ser passada no texto. Ou seja, tudo que aquilo que está falando nas letras a gente vai tentar passar isso em imagens. Quando é retrato de pessoas a gente tem um pouco mais de liberdade para poder criar e montar a cena como um todo.

No caso do jornalismo factual é um pouco mais complicado. A gente recebe a pauta às vezes a gente já tem uma informação mais segura do que é, a gente chega no lugar sabendo o que está acontecendo ou o que vai acontecer. A gente tenta passar visualmente essa informação, a gente escolhe alguns elementos para fazer um apoio da imagem, escolhe o equipamento que vai utilizar, o tipo de lente pra poder passar uma perspectiva mais correta, colocar em um enquadramento ou retirar, uma abertura adequada para dar o foco específico em um lugar, tirar a atenção de onde a gente não quer. Mas em muitos casos, eles falam está acontecendo tal coisa, vai. E aí não tem muito pra onde correr, você não sabe direito o que está acontecendo, está acontecendo uma bagunça aí você tenta mostrar o que está acontecendo na bagunça. Ao mesmo tempo em que se fotografa sem pensar muito pra garantir a imagem, você começa a perceber o que realmente está acontecendo pra depois direcionar essas imagens pra retratar o que acontece. Nesses casos muitas vezes a gente não tem como interferir na escolha, no processo criativo. As coisas acontecem tão rápido que muitas vezes eu queria fazer a foto com uma determinada lente, mas se eu trocar a lente eu perco a foto. Eu tenho que aproveitar e adaptar o que eu tenho na mão, em termos de equipamento com o que eu tenho de cena acontecendo pra tentar extrair o melhor disso daí.

Na fotografia documental é mais interessante porque a gente tem mais tempo. Então esse mais tempo a gente passa com a pessoa pra ela acostumar com nossa presença, então ela vai trabalhar de maneira mais natural, ela não vai fazer pose ou tentar agir de maneira distinta só pra sair na foto. Porque isso ela já fez lá atrás e eu já fiz um monte de fotos que eu vou jogar fora porque não vai retratar a realidade. E com esse convívio eu consigo conhecer a pessoa, conhecer mais sua atitude, onde ela mora, como ela vive. E a partir disso descobrir qual o melhor ângulo, a melhor cena que vá retratar a atividade dessa pessoa. Então, aí eu consigo imaginar uma luz, que é a melhor luz do dia dela vou melhorar colocando um rebatedor. Porque tem um processo que ela faz todos os dias, no primeiro dia e eu vou só pra analisar como é, no segundo a luz que entra pela janela é legal mais ela não está tão forte, de repente se eu colocar o flash pro lado de fora da janela só pra aumentar a intensidade dessa luz. Diferente do jornalismo factual eu já entro bato o flash direto e perco toda aquela emoção e sensação. Então o documental é mais legal porque eu tenho um tempo pra entender todo o processo de vida das pessoas envolvidas e consigo captar da maneira mais fiel o dia-a-dia dela.

A peça prática do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será um fotolivro. Para você, qual a importância deste trabalho?

O fotolivro junto com os sites é futuro do fotojornalismo. Porque os jornais não têm mais espaço, tanto pra colocar foto, quando vai sair uma foto essa foto tem que condensar toda a história em uma única imagem e acaba às vezes não passando tudo que queria passar. E no fotolivro você tem essa vantagem e outra inverte essa situação, no jornal, numa revista quem manda é o texto a foto está como apoio. O fotolivro é o contrário, quem manda são as fotos, a legenda entram como apoio só pra tirar uma dúvida da pessoa, da onde a foto foi isso, que lugar que é ou quem é essa pessoa, ela vai complementar a informação visual. No fotolivro eu tenho bastante espaço pra contar a história. Tenho começo, meio e fim, mas não uma coisa rápida, no começo uma foto, no meio outra foto e no fim outra foto. Eu posso ter uma sequência de fotos, fazer uma introdução, pra desenvolver o assunto, chegar ao ápice e aí finalizar. A única coisa ruim do fotolivro é custo. É custo de impressão é custo de aquisição. Faz bastante tempo que não compro livros de fotografia justamente pela questão do custo, mas por outro lado ele atinge um público maior, porque muitos hoje têm usado o fotolivro como peça de decoração. Você chega em algumas casas, eu fotografei algumas casas em condomínios de luxo em que as pessoas compram esses fotolivros, mas não para deixar numa estante, para deixar numa mesa de centro, uma mesa lateral. Então no dia de um evento, de uma festa, as outras pessoas pegam isso, além de ser decoração está ali pra pessoa, pra convidar a pessoa pegar, mesmo que ela não veja o livro inteiro, ela conhece um pouco do trabalho visualizando o trabalho.

Dentre os fotolivros que você conhece, qual você acredita ter dado maior contribuição para sua carreira?

Eu posso separar o fotolivro de duas maneiras. O fotolivro documental, que vai contar uma história, uma situação, mas existem fotolivros que são o portfólio do fotógrafo, ao invés de uma história que ele retratou esse livro vai retratar a história do fotógrafo, a vida do fotógrafo, que não deixa de ser algo documental.

Um livro que me marcou muito foi Jeanloup Sieff, que é a carreira dele, mostra os 40 anos de trabalho. É um fotógrafo francês, que começou no fotojornalismo e passou para a publicidade de moda. Ele faz retratos maravilhosos, ele trabalha com uma luz bem contrastada. A luz não é algo só pra encher a foto de luminosidade pra poder gravar, a luz provoca, cria forma, com a luz e sombra e isso faz parte da imagem, é o personagem. Isso me incentivou muito a trabalhar uma luz diferente, formatos diferentes.

Sebastião Salgado – Trabalhadores é outro livro que marcou bastante. E tem um do Eugene Smith, que eu já vi um monte de vezes. Eu gosto de luzes contrastadas e o Eugene Smith é um fotógrafo que conseguiu fazer isso, trabalhar o que há no escuro, o renascimento. Ele chegava a levar uma madrugada inteira para conseguir uma ampliação da maneira como ele queria.

Professor, qual você acredita ser a importância do fotolivro para o assentamento Dom Tomás Balduino?

Ele é importante pra mostrar o dia-a-dia dos assentados. A questão de assentamento no Brasil é algo muito controverso. Existem aquelas pessoas que acham que os sem terra não fazem nada, que estão lá pra pegar terra e vender e continuar isso, massa de manobra. Existem essas pessoas também. Mas, por outro lado existe uma parcela muito grande de trabalhadores sem terra que foram assentados e estão produzindo,

que tem uma parcela muito grande na economia local dos municípios, fazem parte das cadeias produtivas, eles fornecem alimentos pras escolas. De certa maneira, esse pessoal é injustiçado por aqueles que são massa de manobra e oba oba. Esse trabalho é importante pra mostrar a real importância do trabalho deles na sociedade, o trabalho que eles têm, tudo aquilo que eles conquistaram, a situação que eles estavam antes, a situação que eles estão hoje e a parcela de importância na sociedade. Esse trabalho é importante por isso, pra mostrar que não tem só pessoal político pra fazer pressão, tem o pessoal que trabalha, que está dando duro e colaborando pra alimentação de todos nós.

SEVERINO RABELLO, 55.

ASSENTADO INSERIDO NO PAA - SANDOVALINA

Data da entrevista: 18/08/2015

Contato: Pessoalmente

Severino é assentado no município de Sandovalina (SP), no assentamento Dom Tomás Balduino, e está inserido na política pública do Programa de Aquisição de Alimentos.

Desde quando o (a) sr faz parte do PAA?

Há uns seis anos, mais ou menos. Não sei te falar o dia, data, mas tenho o primeiro contrato, que inclusive foi renovado agora.

O que levou o sr (a) a se inserir no Programa de Aquisição de Alimentos?

O menino que montou a cooperativa na época, foi quem incentivou. Ele falou “isso é bom”, ele via o que sobrava dos sítios com terras mais férteis, então tinha perca de mandioca, de abóbora, de fruta, perdia bastante. Então ele falou “olha Severino, isso aí é bom porque você não vai ter perca mais. A sobra do seu sustento você já repassa para o Governo e o Governo já faz a doação.” Isso foi o primeiro pontapé.

Como funciona a escolha de qual produto será produzido/entregue? Quais os principais produtos que o sr (a) fornece ao Programa?

Escolha não tem nenhuma, desde a fruta aos grãos, a raiz, que é a mandioca, o feijão das duas variedades, o carioquinha, e a gente fala o feijão de vagem, mas não é, tem vários nomes. A abóbora é o que pessoal mais planta, é o que é mais produzido aqui na região nossa. E nessa época do frio o pessoal tá plantando verdura, eu não tenho a horta, porque a minha mão-de-obra é apenas eu, mas o pessoal tem horta bastante, alface, almeirão, couve, repolho, beterraba, berinjela. A carne e o leite não entram mais, até um ano atrás entrava, mas agora não mais devido à falta de inspeção.

Existe algum tipo de calendário que o (a) sr (a) segue para iniciar o plantio e a colheita?

A gente vai mais ou menos por conta, pela chuva por exemplo. Choveu, você vê que é uma época boa, você planta. Na nossa região, geralmente o plantio é em outubro, porque até setembro não é bom de chuva, você pode ver que agora tá seco, se você plantar, você perde. Eu tenho um resto de safra para colher, mas foi plantado há cinco meses atrás, agora, em outubro, você vai e prepara a terra, corrige o solo.

Quais os principais pontos positivos e negativos que o (a) sr (a) observa no PAA dentro do Assentamento Dom Tomás Balduino?

De negativo eu acho a falta de uma irrigação, o único ponto negativo pra nós, um projeto de irrigação, que era necessário para nós, porque às vezes você tem vontade de plantar mais, como a nossa água é água potável, ela é distribuída pra trinta famílias, não tem como você fazer uma irrigação, até para uma horta é complicado você fazer isso, e nem deve, seria até um crime. Então nós vamos pela natureza, choveu, produz, não choveu, você não produz. Tem companheiro que faz um vazamento, aí consegue produzir uma hortinha, eu nem faço devido a isso, porque tenho dó. A gente vai se planejando né, e eu tenho água aqui pertinho, eu tinha vontade de fazer um sistema de irrigação, pra poder irrigar não só a horta né, mas qualquer tipo de lavoura, e até o pasto para você melhorar o rebanho, fazer um sistema rotatório, você precisa de uma irrigação, se for por conta própria não conseguimos, porque o custo é alto. De positivo, hoje já não se tem perca mais, inclusive, quem não tira leite, que é o pontapé inicial do sítio, sobrevive do PAA, planta já para isso, porque todo mês arrecada e então sobrevive. Foi excelente isso que o Governo fez.

O PAA serve como fonte exclusiva de renda ou como complementar? O (a) sr (a) possui alguma outra fonte de renda?

Para mim serve como fonte complementar, minha fonte mesmo é o leite. Hoje, por exemplo, eu estou com 100L ao dia, é o suficiente para sobreviver.

Em que o (a) sr (a) costuma investir o dinheiro que recebe com a venda de produtos para o PAA?

Eu nunca deixo de comprar uma criação, um bezerro, sempre eu compro, porque na hora que eu preciso vender, uma das coisas mais fáceis de vender é uma criação. Então, quando eu recebo lá, igual esses dias atrás, o menino atrasou um pouquinho, não sei por qual motivo, aí ficou uma quantidade boa, que estávamos entregando bastante, então comprei vaca de leite, o dinheiro foi suficiente para comprar uma vaca parida hoje, que custa R\$ 3.000,00. Então, quer dizer, eu não precisei do dinheiro, fui lá e empatei numa vaca. O leite eu entrego aqui porque tenho o resfriador, o caminhão busca a cada dois dias.

Acredita que haja algum tipo de preconceito da sociedade com os movimentos sociais agrárias? Quais?

Eu acho que não, pelo menos na nossa região, não. Não posso falar de um modo geral, nas grandes cidades, porque não tem como, mais na nossa região não, pelo contrário, eles apoiam, eles incentivam, o pessoal da cidade agradece, porque hoje você vai em qualquer feira aí, ou qualquer mercado, compra uma verdurinha e sai cem merrecas, não sai menos que cem contos. Isso, uma vez por semana, agora com o PAA eles não levam uma sacolinha, levam um carrinho completo, todo mundo está com um carrinho empurrando, então eles até agradecem, perguntam “e aí, o que vocês vão entregar essa semana? Vai ter mandioca? Vai ter coco?”, o pessoal que conhece a gente já fica perguntando e já fala “ah então quarta-feira vou lá buscar”. É assim.

SIDNEY TODESCATO LEAL.

PESQUISADOR DA UNESP – Presidente Prudente

Data da entrevista: 20/08/2015

Contato: pessoalmente

Quais os assentamentos do Pontal são beneficiados pelo PAA e qual o número de famílias e de municípios?

No pontal a gente tem 113 assentamentos, então é complicado esses dados. Conseguimos por municípios, no município tal tem tantos assentamentos que participam do PAA. Aí você tem que ir no assentamento, por isso que pegamos dois assentamentos na região, o resto a gente dá conta com entrevistas e tal. Perguntamos para algumas pessoas que estão lidando com o PAA no pontal inteiro, aí chega no MST e pergunta como está o PAA, aí eles vão falar “em tal município tem tantos assentamentos que participam, e etc”. Outra questão é o número de famílias, se você não consegue chegar nos assentamentos, o número de famílias então, é difícil, mas tem uma estimativa, que a gente faz. Tem o site da Conab, o órgão gestor do PAA, eles disponibilizam pelo portal da transparência, como é nível federal tem esse portal, e aqui também tem várias ações do PAA e da Conab, o interessante que na transparência você pode ver as entidades que estão recebendo. Temos desde 2010 até agora, como é o banco de dados ele vai atualizando. A modalidade de doação simultânea é a que mais interessa aqui para gente, esse recurso vem do MDF. O PAA atua no Brasil inteiro, aí você vem no Estado, e vê a quantidade de compras que você tem nesse determinado período. Aí vai no município de Sandovalina, aqui aparece as associações e cooperativas que acessam o PAA. Lá no Dom Tomás eles entregam para as cooperativas. Antes você não entregava num fundo municipal de assistência social, você entregava direto para uma entidade de bairro, comunidade de bairro, aí agora como teve essa mudança na lei, tem que entregar para o município e ele faz a distribuição. Tem gente que é contra porque tem os confrontos políticos. Sempre teve uma divisão entre campo e a cidade, e agora você vincula isso, então sai do controle deles. Aqui é assim, o Bom Pastor entrega em Sandovalina, e o Dom Tomás Balduino entrega em Estrela do Norte. Em relação a esses dados, é isso. A quantidade é muito grande, na minha pesquisa estou levantando tudo isso, vai dar um trampo enorme.

VALMIR ULISSES.

LÍDER DO ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO - SANDOVALINA

Data da entrevista: 25/08/2015

Meio: Pessoalmente

Valmir Ulisses é uma liderança do assentamento Dom Tomás Balduino.

Desde quando o (a) sr (a) é morador do assentamento Dom Tomás Balduino?

Nós viemos para cá no ano de 2000. As famílias já estavam aqui, porque nós viemos de outro acampamento para cá, nós acompanhávamos o acampamento, mas era de longe.

O projeto para o assentamento já estava pronto ou quando o (a) sr (a) chegou ainda estavam no acampamento?

Estavam no acampamento. A área já havia sido negociada, mas estavam todos no acampamento. Eu vim para contribuir com a turma aqui no processo de fazer o assentamento e acabamos ficando por aqui.

A ocupação da terra se deu quando?

Da área foi no ano de 2000. O acampamento foi construído em 1996 e em 2001 foi regularizado o assentamento. Em 2000 nós medimos a área por conta e em 2001, mais precisamente no dia 07 de dezembro de 2001, foi que o Itesp emologou as famílias. Esse foi o processo. Seis anos, seis e pouquinho. A ideia era colocar 65 famílias e depois aumentou para 68, aí neste número de 68 que aumentou, pelos dados do Itesp, porque era próximo a cidade, não poderia dar mais de 16 hectares para família porque era muito próximo a Sandovalina, então coube mais um pouco de gente, mais três famílias, no caso. Dessas três, nós fomos uma.

Quais melhorias o (a) sr (a) percebeu no assentamento a partir da implantação do PAA?

As melhorias foram muitas, uma delas, na minha avaliação é que as famílias, com a implementação do PAA, em 2010, as famílias além de trazerem alimentação saudável para o sustento da sua família, o retorno que vem do recurso, vai para melhoria no lote, porque o estado não faz investimento nisso, só quando é implantado o assentamento, depois mais nada, na época aqui era 12 mil para tudo, para poço, enfim, para você fazer tudo. 'Toma aqui 12 mil, você tem um lote e pronto.' Para a casa deram três mil reais em 2001, para você construir a sua casa. E o pessoal diz que não vai porque o pessoal é preguiçoso, mas não é por que o recurso do Estado é muito pouco. Eles fazem uma soma nestes investimentos que é a soma da compra da terra, que ele inverte né, 'lá para assentar uma família nós gastamos 80 mil reais', aí o cara fala 'pô, pegou 80 mil reais, não fez nada no lote porque era preguiçoso', mas não, não tinha 80 mil reais, tinha 12 mil, eles fazem o cálculo da terra nua, que eles pagaram, que eles fizeram o acordo com o fazendeiro mais para mão mesmo das famílias assentadas não tem nada disso. E o PAA ele veio para suprir essa lacuna que a gente chama, além da renda, de você produzir e ter para quem vender.

O que normalmente leva o produtor a optar pela inserção neste Programa? E pela não inserção?

É um pouco isso né, é uma renda a mais que vem para as famílias, apesar de que com a burocracia que se teve ao longo dos anos, porque no primeiro ano era menos burocracia mais tinha que ter um atravessador, para pegar o leite por exemplo, entregar no laticínio e o laticínio entregar para as escolas, nos pontos que tinha marcado, mas não vinha o lucro para a família que entregava o leite, eles entregavam como leite quente, quem recebia como leite pasteurizado era o cara que entregava para o laticínio, então se ele entregava o leite a cinquenta centavos o litro, o cara que entregava para o laticínio recebia um real e dez centavos, mais do que o cara que produziu, que cuidava da vaca. Isso melhorou no ano seguinte, porém a burocracia ficou muito grande. E o que leva alguns assentados a não inserção no programa é que tem pessoas que diz que não tem muito vínculo com a agricultura, preferem o leite, e outras coisas do que ficar neste processo de hortaliças e outras coisas do PAA. Outra questão, é que aqui teve um projeto daquele biodiesel, um projeto que não era por um movimento, era por outra turma, e este projeto tinha um monte de vantagens, entre aspas, para as famílias participarem, e deste assentamento eram 51, para vocês verem, a maioria das famílias se inscreveram neste projeto, que tinha um salário mínimo por mês que na época era quatrocentos e poucos reais, e que tinha uma melhoria no seu lote e preparava dois alqueires de terra seca de quatro hectares de cada lote, adubado e etc. para o plantio de mamona. Isso aconteceu, não do jeito que o pessoal esperava, fizeram a terra mas não jogaram adubo, não jogaram calcares,

plantaram a semente de mamona e deixaram lá. Na colheita da mamona, não tinha para quem vender mamona, e o pessoal ficou muito frustrado com esse negócio de projeto. Hoje, quando você fala de projeto aqui para essas famílias que passaram por isso, eles não aderem.

Como funciona o pagamento do PAA?

O pagamento, hoje, tem muito atraso, você sabe quando entrega, que é toda quarta, mas não sabe quando vai receber. Porque quando era um vínculo só da família com o recebedor, que era o responsável na cidade por receber os produtos, então toda vez que você vai na cidade para entregar o produto, o recebedor assina, então era fácil de enviar o documento para São Paulo e em 30, 40 dias você recebia. Hoje não, com essa burocracia, precisa de uma assinatura da assistente social, uma da prefeitura, outra da casa da agricultura, a primeira dama do município e mais o responsável do Projeto. Se você não acha um desses para assinar, você não recebe. Mais a culpa sempre cai no responsável pela associação, já que ele é o responsável e está mais perto da gente cobrar. Isso tudo traz um prejuízo grande porque tem um planejamento do lote, que o cara faz quando entra nesse programa. O cara fala 'hoje é quarta-feira, tenho que entregar tal e tal coisa, na outra quarta tenho que entregar tal e tal coisa', então para isso é preciso se planejar antes de entrar, aí começo a comprar mudas, preparar os canteiros, só que quando eu tiro essa muda daqui, para colocar outra no lugar eu vou ter dificuldade se não tiver dinheiro fora, porque o dinheiro dali, que é o dinheiro do rodízio de ir para lá e voltar, você termina não colocando.

Que produto o (a) sr (a) costuma entregar para o PAA?

Aqui a gente optou por não fazer muita diversidade de produto, optamos por três produtos, uma foi o feijão, que é de época, agora no PAA a gente conseguiu entrar um pouco bom de feijão, nós entregávamos folhas de couve, porque aí não precisa fazer aquele planejamento de toda semana estar plantando e colhendo, então você tinha um período grande para fazer isso, e outra foi cebolinha, feijão de corda e milho.

Você acredita que a sociedade de um modo geral conhece o PAA?

Eu acho que essas informações ainda faltam muito, principalmente nas cidades pequenas, porque na cidade grande a visão do cara nem é muito PAA, a visão é 'o Estado está pagando e queremos o produto', no caso a assistente social que deveria explicar o projeto não faz isso, até hoje não vi nenhuma que fizesse isso aqui na nossa região. O pessoal que deveria fazer essas informações chegarem até o público recebedor não faz isso. Esses dias mandamos para Estrela do Norte, 70 sacos de feijão de 60 kg, aí o cara colocou o feijão lá e pegou férias e todo mundo sabia que tinha feijão lá, cidade pequena o povo fica alvoroçado. O cara pegou férias de 40 dias e deixou o feijão lá mal armazenado né, depois parece que colocaram no facebook, a mulher que recebeu pouco feijão ou o feijão estava com problema dizendo que nós estávamos entregando produto de má qualidade, mas não, quando saiu daqui ele estava bom para consumo, quando você leva para estocar você tem que saber como estocar, não é só deixar o produto lá, ou libera logo para quem vai pegar. E o nosso pagamento a gente nem sabe quando vai receber. E para comprar semente no mercado você tem que comprar à vista ou no máximo 30 dias, quando compra adubo é a mesma coisa, agora estamos tentando comprar um calcames, mas a dificuldade é muito grande, por esses dias custava setenta reais a tonelada, hoje o lugar que achamos mais barato em Prudente custa duzentos e quarenta e cinco reais, subiu demais. Você não pode investir porque não sabe quando vai ter retorno. E a burocracia para outros projetos é tão grande que você não consegue acessar.

O PAA serve como fonte exclusiva de renda ou como complementar? O (a) sr (a) possui alguma outra fonte de renda?

Aqui a nossa renda principal é o leite desde quando chegamos aqui no assentamento, porém, a gente sempre plantou as maiorias das coisas que consumimos aqui, aí o dinheiro do leite tem que vir que é um salário garantido todo mês, você precisa de alguma fonte assim, e depois a gente planta feijão, milho, abacaxi, o milho entregamos parte para Conab, a outra fazemos ração. Nós fizemos a conta assim, se você pega 10 kg de espiga e entrega para a Conab você já tirou o gasto que você colocou na roça toda.

O (a) sr (a) acha interessante a produção de um livro que mostre através de fotografias como funciona este Programa?

Acho importante, porque até agora o pessoal escreveu muito sobre o PAA, mas através de fotografias não temos nada. Quando você escreve para o PAA não aceitam muitas fotografias, artigos, monografias, são pouquíssimas fotografias. E talvez a imagem dependendo da ocasião, dependendo do que você quer falar, a imagem vale mais que muitas palavras, você coloca a imagem e o cara fica cá imaginando a coisa acontecendo na cabeça dele.

ANEXO B
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública realizada dia 14/09/2015 na Funarte às 10h para discussão sobre o corte no orçamento do PAA. Estavam presentes a Deputada Estadual Marcia Lia, Deputado Federal Nilton Tatto, representante da Conab Cristina Richa Vieira, Delegado Federal do MDA Reinaldo Prates, Prefeito de Mirante do Paranapanema Carlos Alberto Vieira, Federação da Agricultura Familiar Marco Pimentel, MST Zelito, **Marcia Lia – Deputada Estadual** - Bom dia companheiros e companheiras, por favor, eu quero agradecer a presença de vocês, gostaria de convidar também o companheiro Mossoró para vir à mesa, da Rede de Colegiado Territoriais, por favor componha a mesa também.

Bom gente bom dia então, o objetivo dessa nossa conversa hoje é a gente poder entender um pouco do que está acontecendo com o Programa de Aquisição de Alimentos, nós temos aqui na nossa mesa representantes dos movimentos, quero agradecer a presença do Zelito do MST companheiro que é lá do Pontal do Paranapanema, agradecer nosso companheiro Marcão da FAP, agradecer nosso prefeito de Mirante, que está aqui, prometeu que vinha e cumpriu a palavra dele, agradecer também o Mossoró, companheiro valoroso do território da cidadania da região do pontal, agradecer a Cristina que é da Conab, agradecer também o companheiro e Deputado Federal Nilton Tatto, agradecer também ao Reinaldo que não obstante está de férias e tá aqui conosco cumprindo aí um compromisso que a gente dialogou na perspectiva da gente poder conversar um pouco, hoje sobre a situação do nosso programa. Vocês estão acompanhando assim como nós, atentamente os movimentos que acontecem na política hoje, nós estamos vivendo alguns momentos muito difíceis, situações que realmente nos preocupam. Os movimentos sociais fizeram um diálogo na última quinta feira com a Presidenta Dilma lá em Brasília, essa semana houve um movimento no sentido de algumas reuniões, algumas situações fossem dialogadas com a Presidenta e a gente está aqui porque a gente entende que nós temos que fazer um debate sobre a situação, principalmente sobre a situação de como estão vivendo os nossos agricultores familiares, as dificuldades que nossos agricultores estão vivendo em relação ao programa de aquisição de alimentos, que hoje é na nossa leitura um dos maiores e melhores programas que o presidente Lula implantou e a presidente Dilma continua a gerenciar e a gente precisa fazer o debate sobre essa situação.

Então, eu queria combinar com nossos companheiros que estão no plenário e os companheiros que estão aqui na mesa. Quero agradecer ao companheiro André que é chefe de Gabinete do Deputado Paulo Teixeira, o Paulinho não pode estar aqui porque tinha uma reunião urgente, porque teve uma reunião urgente lá em Brasília e justificou sua ausência, o Vicentinho parece que está vindo pra cá, ele estava com um problema na greve da Ford, mas está vindo pra cá também pra gente pode um pouco dialogar.

O que a gente queria combinar com vocês, a metodologia, nós vamos ouvir primeiro os companheiros, para que as pessoas possam se manifestar e trazer os problemas, as dificuldades, o que está acontecendo, quais são as preocupações, quais são nossas angústias e se possível as soluções também que a gente pode construir coletivamente e depois o povo que tá aqui na mesa vai tá dando retorno pra essas demandas, pra essas conversas, pra esses diálogos que nós vamos estar fazendo no dia de hoje. Quero perguntar a vocês tem acordo que a gente faça a reunião nesse formato? Primeiro vocês externam aí as preocupações, o que vocês estão vivendo para que possamos compreender e depois a passa a fazer uma tentativa de encaminhamento coletivo. Pode ser dessa forma? Acho que é mais democrático. Pode ser assim mesa? Então eu devolvo ao companheiro Alberto, grande

companheiro nosso que nos assessora na bancada do Partidos dos Trabalhadores e pela frente Parlamentar e pela Reforma Agraria eu quero agradecer a presença de cada um de vocês, lideranças que estão aqui para que possamos dialogar com essas questões que é a proposta dessas conversas, dessa audiência pública de hoje.

Chiquinho – Promissão - Cês já estão acostumados de eu ser o primeiro mermo né. Bom dia a todos a mesa a todo mundo. Bom o seguinte é esse, é eu acho assim, vou começar já falando que é vergonhoso o corte que o governo nosso tá dando na agricultura familiar, tá. Cortando mais de 60% do orçamento que vem pro estado de São Paulo e se eu disser pra vocês que nós levamo a fama de rico isso é um absurdo que eu não concordo, não aceito esse tipo de coisa, porque o agronegócio dobrou, dobrou não, multiplicou o orçamento. Porque que corta da agricultura familiar. 70%, 75% da comida do brasileiro sai da agricultura familiar, nós tamo hoje no nossos assentamento tamo perdendo mercadoria e muito mercadoria. Só que nós, quando a gente vai tentar fazer alguma coisa eu não sei da onde sai o boicote porque a gente não consegue avançar nessa questão. Duas coisas que nós fizemos, Mirante e Promissão fechamo a BR 153 e o pessoal de Mirante a Raposo Tavares. Mas se o estado inteirinho ficar de braço encruzado, vou falar uma coisa pra vocês, 45 milhões não da pra metade dos projeto do estado, então se nois fica de braço encruzado metade do estado vi ficar sem a verba do doação simultânea da Conab. E eles alegam em Brasília que foi criado outros pograma, só que outros pograma é esse que nós não acessa? Que os nossos representantes negociaram com a Ministra, mais que diabo de representante é esse eu falei pro cara? Quem são esses representantes? Foi representante é de vocês já discutiram com a Ministra o corte. Quem? O Mst, Fafi, Cut. Eu do nome aos bois porque eu não gosto de ficar prendendo, é Contag, todo esses movimento disse que discutiram com o governo pra esses cortes. Mas nós sabemos que esses corte foi que nos pegou de surpresa. Eu falei pra ele deputada entra em rede nacional e diga o pograma acabou porque nós agricultores familiares jamais vamo dizer que o pograma acabou, jamais vai deixar de dizer pros veinho do asilo que nós atendemos que não tem comida mais, porque o governo cortou. Então vocês do governo entra em rede nacional se quiser e fale pro povo que acabou. Eu acho que é isso. Se não vou falar o dia todinho. (MUITOS APLAUSOS)

Rafaela – Pesquisadora Unesp Jaboticabal – Sei que esse aqui não é um debate acadêmico, mas nós fomos convidados pela Marcia e eu vim representando o pessoal. A gente estuda a dificuldade dos agricultores familiares em acessar esses programas. Como aquele senhor havia falado, cortou o PAA mas trouxeram outros programas, sim, trouxeram outros programas e a gente estuda exatamente isso. E como foi falado aqui em soluções não só reclamações, uma das soluções que a gente identifica é o trabalho acadêmico. A gente produz artigos científicos, relatórios diretamente pro MDS a ponto que eles resolvam os problemas de vocês, dentro das seis regiões administrativas do estado de São Paulo, a gente identificou inúmeros problemas, não só de insuficiência alimentar, é questão do próprio desenvolvimento rural, até onde essa política pode melhorar pra vocês junto com a assistência técnica, até onde vocês são ouvidos. Então tô divulgando também que vai ter o II Seminário de Alimentação Escolar e Mercados institucionais, que são o PAA, o PPAIS e o PNAE e da Agricultura Familiar por meio de produções de vocês. Lá vamos estar realizando debates também, junto com os agricultores e a gestão pública, tentando solucionar os problemas de vocês, está certo? Bom dia, obrigado!

Bom dia a todos, Deputado e Deputada, vou resumir a situação do campo, está realmente muito preocupante, o que o Chiquinho disse realmente resumiu a situação, a situação é muito grave. É um projeto maravilhoso, esse projeto não pode realmente

deixar de existir, é um projeto que amarra duas pontas, a primeira de quem precisa produzir, de quem está produzindo no campo lá, só na nossa região lá são 2.200 pessoas que dependem desse projeto e nós estamos distribuindo hoje pra 15.100 que necessitam receber. Então é um projeto espetacular, nós estamos muito preocupado porque realmente. Aqui fica minha sugestão também, tem situações que tem males que vem pra bem, é um alerta pra todos nós, nós que somos dirigentes de cooperativas e associação, nós que somos líderes esse projeto não pode se manter em decreto, nós temo que fazer uma campanha pra que esse projeto seja lei, aí entra João, entra Maria, entra Pedro e quem estiver lá esse projeto está garantido. E outra coisa é uma sustentabilidade no campo. O que nós temos feito é distribuição de renda. Deputada, veja no Mirante, o que distribui, ganha todo mundo, ganha o campo, ganha as entidades, ganha o comércio, que gira aquele dinheiro e circula dentro da cidade. Então é um projeto que precisamos olhar com carinho, é um projeto que nós estamos chegando ontem, mas conversando com o Chiquinho tá 10/12 anos trabalhando, elaborando e melhorando o projeto. Dificuldades temos milhões, vocês nem imagina, não é fácil produzir, pergunte pra todos eles aí, você pensa que é fácil tomar picada de cassununga, quem conhece cassununga? Na nossa região cassununga é uma vespa desse tamanho que quando ela pica é pior que injeção, dói pra caramba. Então nós estamos aqui Deputada, nós estamos representando aqueles companheiros que estão lá agora nesse momento nos canteiros, na inchada lá, e quando nós se reunimo e tivemos a notícia através da Conab, nós ficamos muito preocupados. E fico me perguntando, quando esse projeto acabar como será o campo? Uma cidade pequena como a nossa por exemplo, vai sobreviver de que? Então fica aqui minha sugestão e meu alerta. Meus companheiros daqui pra frente vamos aproveitar essa frente parlamentar, essas pessoas que possam nos representar. Não sei se vou falar com quem, se é deputado, senador ou seja lá quem seja. Nós temos que fazer isso virar lei, pra que eles realmente tranquilize o campo. Então essas pessoas que estão lá saibam que vão produzir e vão sustentar sua família. E outra coisa importante Deputada, o campo está envelhecendo, domingo passado agora tava lá na Rede Globo passou, ontem, a dificuldade de sucessão, meu deus do céu, como nós vamos segurar esse pessoal pra produzir 70%, porque o que tem na mesa hoje nós produzimos através da inchada. O governo deveria nos olhar com carinho, se não a vaca vai pro brejo. E muito obrigada.

Joaquim Brito (Quinca) – Promissão Assentamento Reunidas. Bom dia a mesa, bom dia companheiros. Mas eu não vou falar em nome do Assentamento Reunidas não, quando a gente ficou sabendo que ia ser cortado isso aí, a gente já, não se atropelou ou acelerou com o pessoal de Mirante lá, a gente ocupou rodovia, foi Brasília. Porque assim, é desesperador se esse programa acabar, porque você faz um exemplo aí, 8 mil reais você divide em 10 mês da 80,00 por mês. Hoje nós pequenos produtor temos uma dificuldade muito grande porque nos estamos com um problema de tecnologia e além disso vem essa crise hídrica. Nós num temo água, o pouquinho que a gente produz fica cara, porque a energia hoje tá valendo ouro. Você entra naquela faixa vermelha lá você tá morto e o que que acontece, nós ainda tem o privilégio de ter os atravessador que acaba passando, mas mesmo assim ele não consegue absorver toda a produção nossa, porque o pessoal com esses programas quis melhorar um pouco, saiu um pouco do rural e entrou mais na parte de horta. E o que acontece, se o atravessador tem esse programa nós perde essa referência de preço, porque esse valor que o governo compra se você for somar é um valor pequeno, mas pra gente é muito importante porque a gente tem referência de preço. O atravessador chega, vamos supor na casa do companheiro aqui, e fala antes desse

programa paga 10 reais na caixa de abobora, chega no outro tá 15. Depois desse programa, o cara chega pra comprar mesmo sabendo que o governo compra tudo, mas a gente falamos, esse preço aqui quero na verdura se não vendo pro governo. Então isso foi uma coisa que a gente conseguiu, se esse programa acabar a gente vai perder. Não tem que pensar só na gente, tem que pensar nos outros companheiros que está começando agora. Então eu quero um apelo para as autoridades aqui presentes, pra olhar com carinho porque esse programa vai ser de muita importância pra nois trabalhador.

Alcides – Promissão – A minha preocupação é o seguinte, o primeiro que eu acho de todos o PAA que nós fizemos, o primeiro ano planejadamente é esse ano, que tá tudo bonitinho perfeito, organização perfeita, o dinheiro tava cotado e a promessa tá lutando. Uma das preocupações que eu tenho, que tem famílias dentro assentamento, infelizmente ainda sobrevivem do PAA e com esse corte do PAA essas famílias tão falidas. De todos anos de assentamento, de 27 anos de Promissão eu nunca tive uma preocupação grande como eu tô agora. O programa dos olhos, a minha dos olhos do Lula, do PT principalmente acabar dessa forma. Tinha que saber como que cortar, como detonar nas cabeças dos produtores que vinha se preparando para esse momento pra chegar no final desse receber uma notícia tão grave, gravíssima. Hoje, eu considero a falência dos assentamentos com a ausência do PAA, porque muitas famílias não vai ter esperança, vai ter que se recuar e não sei como reerguer. Essa é a minha preocupação, é de cortar o coração. Porque tem famílias dos trabalhadores, muita gente vai perder sua produção, então o governo tem que olhar com carinho, cortar a gente corta sim, a gente dificuldade, corta aqui pra sobreviver ali, cortar uma coisa ou outra, mas quando se cortar, cortar honestamente, porque eu vejo assim, se não tem programa pra 8 mil, faça uma organização, vamos dar 4, vamos atender todo mundo. Pra que esse prejuízo e ausência total para algumas famílias. Cria um conflito dentro dos assentamentos, as associações que receberão o programa se acham mais importante que as outras, e não é. Todas precisam do programa, todas precisa vender sua produção. Dentro dos assentamentos já tem conflitos entre os trabalhadores. Porque um acha que é melhor que outro, porque o meu foi aprovado e o seu não. E não é isso. Então o governo tinha que ver com carinho. Vamos tentar diminuir o prejuízo que ele vai ter no campo. Porque eu digo sinceramente se esse programa ficar dessa situação vai dar na falência dos assentamentos e politicamente o Governo Federal infelizmente, eu sou petista, vai ser um fiasco nas próximas eleições.

Marcio Ramos – Sumaré – Assessor Sindical Sintraf – O presidente Valter não pode estar presente. Eu quero falar sobre uma preocupação muito grande, quando a gente faz pactos eles precisam ser cumpridos se não cai em descredito. 22/05 se não me engano no prédio do Incra, fizemos uma reunião do fórum dos movimentos, o representante da presidência da república, do Incra, Conab e ali saímos com um pacto, depois esse pacto foi referendado na presença do ministro no estado de São Paulo. E qual que era esse pacto? Que os beneficiários do PAA nesse ano iriam ser mantidos, nós tivemos mais de 14 mil agricultores no ano passado sendo beneficiados e esse ano teríamos mantido isso. As cooperativas e associações até definiram prazos pra poder fazer as entregas do projetos. Todo mundo se desempenhou, correu, fez, falou com o agricultor, planejou as ações com o agricultor, conversou com os bancos de alimentos, as entidades, deu a palavra de que seria cumprido e de repente a gente vê esse corte. Isso é descompromisso, ponto de vista político é acabar com o pacto, justamente com aqueles que mais defendem o governo, justamente com aqueles que saíram pra rua, que defenderam contra o golpe. Como vamos sair disso, tem um problema político, não é 50 milhões que está sendo cortado em São Paulo ou um

pouco mais que vai resolver o problema da economia desse país. O impacto disso no ponto de vista econômico é pequeno demais pra dar o tamanho do golpe político e tem um impacto social muito grande com os trabalhadores da agricultura, na organização.

Ulisses – Assentamento de Sumaré – Eu venho aqui trazer uma preocupação, acredito se tudo isso acontecer, eu estive na Conab há uns 15 dias atrás quando fiquei sabendo as situação. Eu estou muito preocupado porque nós assentado vamos estar numa encrenca muito grande, mesmo porque com todos esses programas, todas as famílias de Sumaré esta no programa e todas as famílias de Sumaré está com dividas por que criaram outros programas. Sumaré acessou o programa mais alimento, fizeram aquisição de caminhonete, equipamento. A pergunta que sempre vai ficar no ar é essa? Como é que vai pagar esses financiamentos? Com a equipe econômica do governo e eu espero que a equipe aqui bancada do estado pauta isso, nós estamos encrencado. Os trabalhadores estão encrencado, corta esse programa agora do jeito que está cortando é colocar uma coisa que eu acho que nunca aconteceu ainda. É colocar todas as famílias em uma encrenca. É colocar uma dívida nas costas de todas as famílias. E eu quero saber como é que vamos pagar essa dívida. Acessar mais programas nesse momento é até um risco, as famílias estão encrencadas, nós estamos encrencados, é muita preocupação. Isso tem que chegar na mesa, ser debatido na mesa. Porque se não, não vamos falir os assentamentos não, não é falir a agricultura familiar é acabar com a agricultura familiar. Nesse sentido os nossos representantes precisam trabalhar com muita inteligência. Tomar uma decisão dessa, desse jeito é colocar toda a agricultura familiar numa enrascada. Estamos metidos numa encrenca que está tirando o sono de muitos agricultores. Coloco todo mundo numa enrascada e agora acabar? Nós aqui vamos fazer o que tiver que fazer, porque não da nesse momento pra gente fiar escorraçado e é o que está acontecendo com a agricultura familiar nesse momento.

Valmir Ulisses – Assentamento Dom Tomás Balduino – Eu gostaria de falar aqui por outro viés sobre a questão dos cortes sobre a questão dos assentamentos, não só dos assentamentos, se a gente pega aqui os cortes que foram feitos e termina ficando de braços cruzados é difícil. Um deles já começou pelas cestas básicas do assentamento, a cesta básica foi cortada e agora eles mandam uma só de aniversário e ninguém deu mais importância pra isso. Os dados da Ministra Katia Abreu não existe mais território pra fazer assentamento e reforma agrária, não há mais terra disponível pra isso. E no último debate que saiu, inclusive nessas reportagem da Globo da vida, uma delas é que o agro negócio foi o carro chefe de sustentação do país. Então não precisa da agricultura familiar que tirou milhões de pessoas da linha miséria, que é assim que a Globo coloca, classifica como classe, coloca as pessoas classificadas como uma classe: A,B, C e último período D, que é a classe mais desgraçada que a gente chama né, é aquela que não tem nada, não tem meio de sobrevivência. Então o PAA é coisa pequena, é um complemento de alimentação pra sustentar, é uma forma de modificar o campo com pouco recurso, mesmo demorando 3 ou 4 meses para receber, mas você tem esse recurso. E teve o aumento do governo que disse que todo ano ia passar R\$6.500 e agora vai pra 8 mil e animou todo mundo e de repente não tem mais os 8 mil e vamo corta tudo porque talvez a produção de vocês é de cana de açúcar. O problema disso tudo é que tira da agricultura familiar e não coloca no social, não coloca na educação, não coloca na saúde não coloca em nada disso, e sim no agronegócio, bicho. Ai é difícil da gente ir pra rua defender o governo, um governo que a gente tamo aí pra defender mais tem hora que a gente fica assim, será que esse governo ta do lado dos pobres ou tá do lado dos ricos mesmo, que

andam todo dia dando chicoteada nos lombo dele. O governo criou expectativa e depois não tem recurso, o que é um erro fundamental. E hoje de manhã a CBN soltou uma notícia que a Caixa Federal vai processar o governo Dilma, porque não pagou as dívidas da pedalada fiscal. Se tiver mesmo esse desvio de dinheiro pra bancar campanha e etc. isso termina um pouco com as expectativas e aí a gente tem que ir pra rua ao invés de pedir recurso pro PAA pra sustentar os assentados a gente vai pra rua pra sustentar o governo que está tirando tudo que a gente construiu e levou bastante tempo e agente apanhou e muito. Tirar aquilo que as famílias se planejou, muitas famílias se planejaram e compraram aqueles tratorzinho agrária pra poder preparar seu solo, porque tinha expectativas de pagarem com esse programa, tá com a dívida, tá com o trator, porque esse programa acabou mesmo. O governo deveria levar mais a sério e ver de que lado eles está. Nois não somos contra o governo, não vamos pegar uma bandeira e sair na rua contra o governo, isso os caras já estão fazendo isso todo dia. O que não dá pra sustentar é um governo que todo dia tira uma parte daquilo que a gente conquistou por anos.

Marco Pimentel - Federação da Agricultura Familiar – Foi feita uma conta rápida aqui de 400,00 reais por mês que o PAA trazia como geração de renda pra família. Eu só queria lembrar o seguinte isso é renda bruta, se a gente levar em conta que a gente leva 50% só pra produzir aquilo, estamos falando em uma renda de 200,00 por mês, o que é um pouco mais que o bolsa família. Eu só queria registrar isso pra dizer o seguinte, há um ano mais menos a OMC entrou contra o Brasil por conta da política do PAA com os seguintes argumentos: Que essa era uma política subsidiada que o governo tinha criado para uma parte da sociedade. Se a gente começar a entender na política o que de fato está acontecendo e ver que o buraco é um pouco mais em baixo. Isso é um caos. Em questão da segurança alimentar as organizações que recebem deveriam estar aqui também. Estamos chorando aqui pela miséria, a conjuntura trouxe nós pra ficar brigando pelas lasquinhas, por quê? Porque os outros programas não funcionaram. Eu acho assim o sucesso do PAA na história mundial tem dado ao Brasil uma série de prêmios de inclusão de insegurança alimentar que nunca houve em nenhum lugar. Nós exportamos essa experiência. [...] Na verdade a grande discussão é a seguinte nós temos um projeto de país, temos um projeto pra classe trabalhadora, o que está em debate hoje é a luta de classe. Aqui em São Paulo nos últimos 10 anos o PSBD vem tirou e vem tirando orçamento pra agricultura ano a ano. A gente tem que ir pra rua e o pau tem que comer, não tem jeito, são os direitos nossos e se fato a gente não se mexer vamos ficar brigando por causa de lasquinha que é isso que estão empurrando em nós.

Marcia Lia – Deputada Estadual – O nosso companheiro o Deputado Federal Nilton Tato ele é do Núcleo Agrário da Câmara Federal e vai fazer uma solicitação na agenda ainda essa semana, essa agenda será feita por intermédio dos Deputados Paulo Teixeira, Nilton Tatto, Vicentinho pela frente parlamentar que está organizando essa atividade hoje junto com o pessoal do Incra, Conab, MDA. Faremos o possível para termos uma agenda em Brasília pelo menos até a próxima semana, todos estão convidados pra que a gente possa fazer essa conversa, fazer esse diálogo. Os companheiros que estão empenhados nessa luta o prejuízo é muito grande pra cidade, pro campo e pra quem se planejo, pra quem muitas vezes adquiriu maquinário, quem comprou a semente, quem plantou e está vendo que vai perder a produção lá na roça. Nós não podemos aceitar isso, nós temos que fazer um enfrentamento, um debate, temos que ir pra Brasília. Espero que a gente tenha passividade com esse momento de dificuldade lá em Brasília seja um momento de alerta pra poder colocar toda essa problemática pros nossos ministros pra que eles compreendam que não dá

pro trabalhador pagar a conta, perdendo produção, enquanto o povo passa fome ainda a gente perdendo comida não é admissível isso.

ANEXO C
FICHAS DE CONTROLE DOS ALIMENTOS ENTREGUES À COOPERATIVA

**COOPERATIVA DE PRODUTORES DA AGRICULTURA
FAMILIAR ESTRELA DO PONTAL COOESP**

RECIBO Cel: (18) 98125-0978

Nº 000891

Data: 02 / 09 / 15

Fornecedor: mao fº Sampaio

Quant.	Discriminação dos Produtos	Valor Unit.	Valor Total
<u>2+</u>	<u>Peruca</u>		

ANEXO D
NOTA DA CONAB SOBRE O CORTE DE VERBAS

Re: FW: Solicitação de documento



SP Comunicação (sp.comunicacao@conab.gov.br) Adicionar aos contatos 07/10/2015 ▶

Para: victor.jorge ▼

Prezado Vitor,

É importante esclarecer que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é apenas executora do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a partir das diretrizes e recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). E a adequada aplicação dos recursos públicos é uma constante preocupação da Conab.

Em 2014, a fiscalização aplicada pela própria Conab detectou algumas possibilidades de melhoria na execução do PAA. A partir daí, foram aperfeiçoados alguns mecanismos de avaliação e controle de projetos. Com esta avaliação mais criteriosa, Propostas com documentação incompleta ou vencida não foram aprovadas.

A entidade indicada – Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar Estrela do Pontal (Cooesp) – possui três projetos tramitando na Conab. Os projetos de número SP/2015/02/0042 e SP/2015/02/0042 ficaram fora do orçamento inicial de R\$ 45 milhões liberados para o PAA em São Paulo. Caso haja novo aporte de recurso, ambos serão analisados.

O projeto SP/2015/02/0007, no valor de R\$ 576.000,00 está homologado e a documentação está de acordo. A Conab aguarda a abertura de conta bloqueada pelo Banco do Brasil para fazer o depósito. O recurso já está empenhado.

Os projetos são aprovados e incluídos no orçamento por ordem de chegada, contada a partir do momento em que a documentação está completa e aprovada, e admitidos até o limite do recurso disponível.

Em 2014, a Conab adquiriu mais de 63 mil toneladas de produtos da agricultura familiar em São Paulo. O estado é o principal operador do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no país. Dos alimentos adquiridos, 61,5 mil toneladas foram repassadas por Doação Simultânea, beneficiando 315 entidades cadastradas, que apresentaram 369 projetos. Nesta modalidade, foram investidos R\$ 113,2 milhões – representando um aumento de 88% em relação a 2013.

Atenciosamente,

On 24/09/2015 10:59, victor.jorge wrote:

APÊNDICES

APÊNDICE A
PAUTAS

PAUTA – 01**PRODUTOR (A):** Nayrine Oliva**RETRANCA:** Assentamento Visita**Data:** 27/03/2015**HORA:** 11h**LOCAL:** Assentamento Dom Tomás Balduino – Sandovalina**PROPOSTA:** Conhecer o assentamento realizar o primeiro contato com os assentados.**ROTEIRO:** 12h Igreja Matriz Sandovalina

12h30 Assentamento Dom Tomás Balduino

14h30 Lote 42 – Santa Luzia

15h30 Lote 3 – Rancho Alegre

PERSONAGENS Assentados inseridos no PAA - Henrique Rodrigues da Silva e Severino Rabello. Neste dia não realizar entrevistas baseadas em roteiro pré-estabelecido, apenas, conversas informais a fim de se interar sobre o assunto.

PAUTA – 02

PRODUTOR (A): Victor Silva

RETRANCA: Etapa Entrega

DATA: 22/04/15

HORA: 13h

LOCAL: Sandovalina

PROPOSTA: Acompanhar as etapas de entrega dos alimentos no barracão da associação dentro do próprio assentamento, a maneira como estes alimentos seriam armazenados e transportados, e o momento da distribuição aos beneficiários no município de Estrela do Norte.

ROTEIRO – 13h Assentamento Dom Tomás Balduino
17h Estrela do Norte

ENTREVISTADO: Valmir Ulisses Sebastião

SUGESTÕES DE PERGUNTAS

- 1) Desde quando o Sr. é morador do assentamento Dom Tomás Balduino?
- 2) O projeto para o assentamento já estava pronto ou quando o Sr. chegou ainda estavam no acampamento?
- 3) A ocupação da terra se deu quando?
- 4) Quais melhorias o Sr. percebeu no assentamento a partir da implantação do PAA?
- 5) O que normalmente leva o produtor a optar pela inserção neste Programa? E pela não inserção?
- 6) Como funciona o pagamento do PAA?

- 7) Que produto o Sr. costuma entregar para o PAA?
- 8) Você acredita que a sociedade de um modo geral conhece o PAA?
- 9) O PAA serve como fonte exclusiva de renda ou como complementar? O Sr. possui alguma outra fonte de renda?
- 10) O Sr. acha interessante a produção de um livro que mostre através de fotografias como funciona este Programa?

PAUTA – 03**PRODUTOR (A): Danúbia Leite****RETRANCA: Entrevistas personagens****DATA:** 18/08/2015**HORA:** 12h**ROTEIRO:** 12h10 Entrevista Severino Rabelo – Rancho Alegre

13h Entrevista Henrique Rodrigues da Silva – Santa Luzia

14h15 Entrevista com assistente social Cláudia Santana – Estrela do Norte

PROPOSTA: Entrevistar os moradores do assentamento e a assistente social de Estrela do Norte**ENTREVISTADOS:** Assentados inseridos no PAA - Severino Rabelo e Henrique Rodrigues da Silva e a assistente social de Estrela do Norte, Cláudia Santana.**SUGESTÕES DE PERGUNTAS - ASSENTADOS**

- 1) Desde quando o sr faz parte do PAA?
- 2) O que levou o sr a se inserir no Programa de Aquisição de Alimentos?
- 3) Como funciona a escolha de qual produto será produzido/entregue? Quais os principais produtos que o sr fornece ao Programa?
- 4) Existe algum tipo de calendário que o sr segue para iniciar o plantio e a colheita?
- 5) Quais os principais pontos positivos e negativos que o sr observa no PAA dentro do Assentamento Dom Tomás Balduino?
- 6) O PAA serve como fonte exclusiva de renda ou como complementar? O sr possui alguma outra fonte de renda?
- 7) Em que o sr costuma investir o dinheiro que recebe com a venda de produtos para o PAA?
- 8) Acredita que haja algum tipo de preconceito da sociedade com os movimentos sociais agrárias? Quais?

ASSISTENTE SOCIAL

- 1) Quem pode ser beneficiado pelos alimentos do PAA?

- 2) a Sra. tem uma base de quantas pessoas pegam os alimentos na quarta-feira?
- 3) Como os beneficiários comprovam que são de baixa renda?

PAUTA – 04

PRODUTOR (A): Victor Silva

RETRANCA: Colheita/Assentamento

DATA: 25/08/2015

HORA: 9h

ROTEIRO: 9h Rancho Alegre – Severino Rabello

10h20 Santa Luzia – Henrique Rodrigues da Silva

11h05 Sitio da Dona Vilma

PROPOSTA: Acompanhar a colheita de abóboras do assentado Severino Rabello e visitar outros.

PAUTA – 05**PRODUTOR (A): Danúbia Leite****RETRANCA: Colheita/Distribuição****DATA: 26/08/2015****HORA: 13h****ROTEIRO:** 13h acompanhar a colheita no sitio da Elisangela

15h Esperar o caminhão no barracão do assentamento

16h40h acompanhar distribuição em Estrela do Norte

PROPOSTA: Entrevistar e acompanhar a colheita de Elisangela e o transporte para Estrela do Norte.**SUGESTÕES DE PERGUNTAS**

- 1) Desde quando a senhora faz parte do PAA?
- 2) O que levou a senhora a se inserir no PAA?
- 3) Como funciona o pagamento?
- 4) A família da senhora tem o PAA como fonte de renda exclusiva ou complementar?
- 5) Como funciona a escolha de quais produtos serão entregues para o PAA?
- 6) A sra segue algum tipo de calendário para plantio e colheita?
- 7) Quais os produtos que a sua família mais entrega?
- 8) E como são os preços das verduras?
- 9) A família da senhora está aqui no assentamento desde quando?
- 10) Em que a Senhora costuma investir o dinheiro que recebe do PAA?

PAUTA – 06

PRODUTOR (A): Nayrine Oliva

RETRANCA: Entrega/Distribuição

DATA: 09/09/2015

HORA: 13h

ROTEIRO: 13h Barracão do assentamento
16h Estrela do Norte

PROPOSTA: Acompanhar a entrega do PAA e a distribuição em Estrela do Norte

ENTREVISTADOS: Beneficiários que recebem os produtos do PAA.

SUGESTÕES DE PERGUNTAS

- 1) Há quanto tempo a senhora recebe os produtos do PAA?
- 2) O que melhorou na qualidade de vida depois do PAA?
- 3) A sra sabe de onde vem os alimentos?
- 4) A sra sabe o que é o PAA?
- 5) A sra acharia interessante a produção de um livro de fotografias para mostrar todo o processo do PAA?
- 6) E se cancelar o PAA?
- 7) Como a sra costuma preparar os alimentos que pega do PAA?

PAUTA – 07

PRODUTOR (A): Victor Silva

RETRANCA: Consumo/Produtor

DATA: 31/08/2015

HORA: 11h

ROTEIRO: 11h Estância Florinda Rosa, lote 45.

PROPOSTA: Registrar o consumo do produtor e colheita

PERSONAGENS: Valmir Ulisses/ Fátima Sebastião

PAUTA – 08

PRODUTOR (A): Nayrine Oliva

RETRANCA: Acampamento/Produtor

DATA: 01/09/2015

HORA: 9h

ROTEIRO: 10h visitar o acampamento São Domingos

12h acompanhar o consumo do produtor na casa da dona Vilma

PROPOSTA: Conhecer o acampamento São Domingos e na sequência acompanhar mais um consumo do produtor.

PAUTA – 09

PRODUTOR (A): Danúbia Leite

RETRANCA: Plantio/Beneficiário

DATA: 02/09/2015

HORA: 8h

ROTEIRO: 8h Acompanhar o plantio no lote de Valmir Ulisses
9h acompanhar o consumo do beneficiário em Estrela do Norte

PROPOSTA: Registrar o plantio e consumo do beneficiário

PAUTA – 10

PRODUTOR (A): Victor Silva

RETRANCA: Registro/plantio

DATA: 03/09/2015

HORA: 9h

ROTEIRO: 9h Plantio no lote do Valmir Ulisses

PROPOSTA: Registrar o plantio no lote do assentado Valmir Ulisses.

PAUTA – 11**PRODUTOR (A): Danúbia Leite****RETRANCA – Consumo/Beneficiário****DATA:** 08/09/2015**HORA:** 15h30**ROTEIRO:** 15h30 acompanhar consumo na casa da Marcia

17h20 Assentamento Dom Tomás Balduino

PROPOSTA: Acompanhar consumo do beneficiário em Estrela do Norte.

APÊNDICE B
RELATÓRIOS DE OBSERVAÇÃO ESPONTÂNEA

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO ESPONTÂNEA**DATA: DIA 27 DE MARÇO DE 2015****LOCAL: ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO NO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA - SP****ELABORADO POR NAYRINE OLIVA OLIVEIRA**

O grupo realizou a primeira ida a campo no dia 27 de março de 2015. Neste dia, os pesquisadores da Unesp, Diógenes Rabello e Sidney Leal, combinaram de acompanhá-los até o assentamento. O encontro estava previsto para acontecer às 13h na praça central de Sandovalina, mas os pesquisadores Diógenes e Sidney tiveram um atraso de 1h30. Danúbia, Nayrine e Victor os esperaram até às 14h30, quando os pesquisadores então chegaram. Além de Diógenes e Sidney, a também pesquisadora da Unesp Sonia Maria Ribeiro de Souza estava presente para acompanhar a tarde no campo. O primeiro lote a ser visitado foi o 42, intitulado como Santa Luzia, o lote pertence à família de Henrique Rodrigues da Silva. Assentados há 14 anos, a família é composta por cinco pessoas, Sandra Aparecida Araújo, as suas filhas Jaqueline Araújo e Pamela Araújo, e os genros Henrique Rodrigues e Gelson de Araújo. Durante 40 minutos de visita, o grupo interagiu com os assentados participando de conversas informais com o objetivo de se inteirar com a realidade destes e ganhar confiança. Também foi possível conhecer as plantações cultivadas pela família. Ao encerrar a visita, Sandra serviu um café que havia acabado de ser moído. Neste mesmo dia, o grupo foi também ao lote Rancho Alegre, de Severino Rabello, que é pai do pesquisador Diógenes Rabello. A família de Severino, composta por quatro pessoas, ele, sua esposa Sandra Regina Rabello, e seus filhos Douglas Rabello e Dalila Rabello, moram neste lote há dois anos. Antes moravam no Assentamento Bom Pastor, onde ficaram por 15 anos. Neste lote foi possível também conhecer as plantações e entender como funciona o processo de produção sem o uso de agrotóxicos, e como estes danificam as plantações. Este dia de campo terminou às 16h30.

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO ESPONTÂNEA**DATA: DIA 22 DE ABRIL DE 2015****LOCAL: ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO NO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA – SP E O MUNICÍPIO DE ESTRELA DO NORTE – SP.****ELABORADO POR NAYRINE OLIVA OLIVEIRA**

A segunda ida a campo, como programada, aconteceu no dia 22 de abril. Como na primeira visita, o grupo utilizou o veículo particular do pesquisador Victor Jorge da Silva para chegar ao assentamento, gastando R\$ 50,00 com combustível que foi dividido entre os integrantes do grupo. Saindo de Presidente Prudente às 11h30, às 12h35 o grupo já se encontrava no Assentamento Dom Tomás Balduino em Sandovalina. Neste dia de visita, o grupo foi ao assentamento sem a companhia dos pesquisadores da Unesp, e a pauta do dia era acompanhar as etapas de entrega dos alimentos no barracão da cooperativa dentro do assentamento, bem como a maneira que estes alimentos seriam armazenados e transportados até o município de Estrela do Norte, onde seriam distribuídos a população. No barracão do assentamento, enquanto aguardavam o caminhão para transportar os alimentos, o grupo teve uma conversa informal com Valmir Ulisses Sebastião, considerado por grande parte dos assentados como líder do assentamento. Durante a conversa, Valmir disponibilizou ao grupo um artigo escrito por ele mesmo sobre alguns pontos do PAA, de forma que os integrantes puderam se inteirar melhor sobre como aconteceu o processo de implantação do PAA no assentamento Dom Tomás Balduino, que teve início no ano de 2010. Além desta conversa, o grupo pôde fotografar os produtores e os alimentos que seriam entregues ao PAA, além de conversas informais para a criação de um elo entre os pesquisadores e os assentados. Neste dia acontecia uma forte chuva, que fez o caminhão atrasar, chegando no barracão apenas às 15h30, o grupo fotografou então o processo de pesagem e transporte dos produtos. Em Estrela do Norte, o caminhão chegou somente às 17h. Neste tempo os pesquisadores puderam conversar com os beneficiários diretos do PAA, que estavam aguardando os produtos desde as 14h, ainda com toda a chuva. Quando o caminhão chegou, o grupo encontrou um problema para realizar as fotografias: o local onde ficaram expostos os alimentos era extremamente escuro, dificultado o registro. Esta ida a campo acabou às 17h30, com o grupo chegando 18h20 em Presidente Prudente.

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO ESPONTÂNEA**DATA: DIA 18 DE AGOSTO DE 2015****LOCAL: ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO NO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA – SP E O MUNICÍPIO DE ESTRELA DO NORTE – SP.****ELABORADO POR NAYRINE OLIVA OLIVEIRA**

A terceira ida a campo aconteceu no dia 18 de agosto, com o custo da viagem dividido entre os membros. Com saída de Presidente Prudente as 11h, o grupo chegou ao assentamento as 11h50. Este dia foi reservado exclusivamente para colher entrevistas. O primeiro a ser entrevistado, foi Severino Rabello, que está inserido no Programa de Aquisição de Alimentos. O assentado de 55 anos contou sobre a participação e os benefícios do PAA. A entrevista foi realizada na varanda do lote de Severino e estavam presentes apenas o entrevistado e os pesquisadores. A segunda pessoa a dar entrevista ao grupo foi o assentado Henrique Rodrigues da Silva, que também está inserido no Programa. Com 25 anos, Henrique, como Severino, salientou a importância do PAA, mas destacou também alguns pontos negativos do programa, como por exemplo, a demora no pagamento e a forma de distribuição dos produtos. A entrevista foi realizada na varanda do lote de Henrique. Quando terminada a entrevista, o grupo seguiu para Estrela do Norte, com a intenção de entrevistar a assistente social da prefeitura Clautide Santana, responsável pelo cadastramento dos beneficiários do PAA. Clautide contou aos integrantes como funciona este processo de cadastramento e quem são as pessoas que podem ser beneficiadas pelo PAA. Após encerrada esta entrevista, o grupo voltou para Presidente Prudente, chegando as 16h10.

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO ESPONTÂNEA**DATA: DIA 25 DE AGOSTO DE 2015****LOCAL: ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO NO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA – SP.****ELABORADO POR NAYRINE OLIVA OLIVEIRA**

A quarta ida ao campo aconteceu no dia 25 de agosto e a pauta reservada para este dia era o registro da etapa de colheita dos alimentos produzidos pelos assentados. Com a saída de Presidente Prudente as 8h, e chegada no assentamento as 8h40, o grupo foi a lote de Henrique Rodrigues, que iria colher bananas, mas, não foi possível pois como na noite anterior o clima começou a ficar chuvoso, o produtor antecipou a colheita. Então naquela manhã o assentado preparava a terra para realizar o plantio de milho, o grupo, para não perder a viagem, modificou a pauta e registrou este processo onde o assentado trabalhava a terra. Logo após este registro, os pesquisadores foram ao lote de Severino Rabello, onde acompanharam a colheita de abóboras, registrando o processo. Outro lote também visitado foi o de Vilma Nascimento Ribeiro, onde o grupo entrevistou Elisângela Ribeiro, produtora do PAA, agendando para o outro dia o registro da colheita de verduras, que seriam colhidas momentos antes da entrega. Após a entrevista a equipe retornou a Presidente Prudente.

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO ESPONTÂNEA
DATA: DIA 26 DE AGOSTO DE 2015
LOCAL: ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO NO MUNICÍPIO DE
SANDOVALINA - SP
ELABORADO POR DANÚBIA PEREIRA LEITE

No dia 26 de agosto, o grupo chegou ao assentamento às 12h45 e se dirigiu ao lote de Vilma Ribeiro, onde sua nora Elisângela os esperavam para que pudessem começar a fotografar a colheita de chuchu, couve, berinjela, alface, cebolinha, banana e mamão e o transporte dos alimentos até o barracão.

Os alunos chegaram no barracão por volta 14h30, enquanto os produtores chegavam com os alimentos, o grupo aproveitou para registrar imagens dos produtos e dos assentados. O caminhão chegou às 16h no barracão para realizar a pesagem dos produtos e transportar os alimentos até Estrela do Norte.

Neste dia não foi possível registrar a distribuição, pois até às 17h o caminhão ainda não tinha chegado ao local e o grupo precisava retornar a Presidente Prudente às 19h.

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO ESPONTÂNEA
DATA: DIA 31 DE AGOSTO DE 2015
LOCAL: ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO NO MUNICÍPIO DE
SANDOVALINA - SP
ELABORADO POR DANÚBIA PEREIRA LEITE

No dia 31 de agosto, o grupo saiu às 10h de Presidente Prudente, chegando em Sandovalina às 11h. Neste campo foi registrada a oitava etapa do PAA: consumo do produtor. Os autores foram à casa de Valmir Ulisses, na estância Florinda Rosa, onde puderam captar todo o processo de colheita de alface e pepino até o consumo da família.

Por conta do forte calor, esse dia em especial a refeição foi realizada do lado de fora da casa. O grupo ficou por mais de três horas no local e chegou em Presidente Prudente às 14h20.

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO ESPONTÂNEA**DATA: DIA 01 DE SETEMBRO DE 2015****LOCAL: ACAMPAMENTO DORCELINA FOLADOR PRÓXIMO AO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA - SP****ELABORADO POR DANÚBIA PEREIRA LEITE**

No dia 1 de setembro o grupo saiu Presidente Prudente mais cedo que de costume, chegando em Sandovalina às 8h47. A primeira parada foi no lote de Valmir Ulisses, o assentado estava aguardando o grupo para leva-los para conhecer o acampamento Dorcelina Folador que ficava próximo ao assentamento. A equipe chegou ao acampamento às 9h40.

O acampamento abriga em torno de 90 famílias, mas neste dia o grupo pode observar que havia apenas 10 famílias no local. Foram registradas imagens de todo o acampamento, dos barracos, dos moradores, da escola e do lugar como um todo. Os pesquisadores aproveitaram para conversar com os acampados e compreender ainda mais sobre essa realidade. A visita ao acampamento terminou às 10h56, e os autores retornaram ao assentamento às 11h20. Os integrantes deixaram Valmir em seu lote e aguardaram até às 12h, onde acompanharam mais um consumo do produtor no lote de dona Vilma Ribeiro. Salada de almeirão com tomate, arroz branco, feijão, ovo e batata frita e farofa foram o prato do dia. Depois do registro os integrantes saíram de Sandovalina às 12h50, e chegaram em Presidente Prudente às 13h35

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO ESPONTÂNEA
DATA: DIA 02 DE SETEMBRO DE 2015
LOCAL: ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO NO MUNICÍPIO DE
SANDOVALINA (SP)
ELABORADO POR DANÚBIA PEREIRA LEITE

No dia 02 de setembro estava marcado para o grupo registrar a primeira etapa do PAA: o plantio, que seria realizado no lote de Valmir Ulisses. Os autores chegaram no lote às 8h e por conta da forte chuva o assentado não pode realizar o plantio realizar o registro de imagens ficou marcado para outro campo. Às 8h40 os pesquisadores se dirigiram até Estrela do Norte onde puderam fotografar o consumo do beneficiário, na casa de Anice, o prato do dia foi abobrinha e berinjela para ela e sua mãe. Às 12h50 saíram de Sandovalina, e chegaram em Presidente Prudente às 13h35

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO ESPONTÂNEA**DATA: DIA 03 DE SETEMBRO DE 2015****LOCAL: ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO NO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA (SP)****ELABORADO POR DANÚBIA PEREIRA LEITE**

No dia 3 de setembro, o grupo ligou cedo para Valmir, para saber como estava o clima no assentamento e se seria possível registrar o plantio, diante da resposta, o grupo saiu de Presidente Prudente às 7h55, e às 8h30 já se encontrava diante do lote do agricultor. Nesta manhã foram registrados a plantação de mamão e pimentão, também como a preparação de terra e das mudas. Foi possível também acompanhar os cuidados com a plantação, como o processo de irrigação. Às 12h o grupo retornou a Presidente Prudente.

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO ESPONTÂNEA
DATA: DIA 08 DE SETEMBRO DE 2015
LOCAL: MUNICÍPIO DE ESTRELA DO NORTE - SP
ELABORADO POR NAYRINE OLIVA OLIVEIRA

No dia 08 de setembro, especificadamente as 10h10, os integrantes do grupo saíram de Presidente Prudente rumo a Estrela do Norte. A pauta do dia era o registro fotográfico de mais uma etapa do PAA, o consumo do beneficiário. As 11h os pesquisadores se encontravam na casa de Marcia, que cozinhou abóbora e couve fornecidos pelo PAA. Foram registrados todo o processo de preparação desses alimentos, bem como o consumo. Marcia e sua filha, Flávia, deram até dicas ao grupo de como melhor preparar os alimentos, como por exemplo, refogar a abobrinha sem água, deixando-a mais molinha. Enquanto o almoço não saía, o grupo pôde até ter uma conversa informal com Marcia e com Flávia, que contaram algumas histórias de vida, salientando o amor de Flávia por Nossa Senhora Aparecida. Já preparados a abobrinha e a couve, mãe e filha almoçaram, mas não sentaram em volta da mesa, comeram em pé, com vergonha das câmeras fotográficas. Esse processo também foi registrado. Saindo da casa de Marcia, os pesquisadores foram até a Prefeitura de Estrela do Norte para conversar com a assistente social Clautide Santana, com a intenção de obter respostas a respeito do corte de verba na região para o Programa de Aquisição de Alimentos, mas a assistente não sabia sobre. O grupo retornou a Presidente Prudente 19h.

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO ESPONTÂNEA**DATA: DIA 09 DE SETEMBRO DE 2015****LOCAL: ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO NO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA - SP****ELABORADO POR NAYRINE OLIVA OLIVEIRA**

A ida a campo do dia 09 de setembro tinha como pauta registrar imagens da entrega, transporte e distribuição do PAA, porém, este dia reservava uma surpresa para os pesquisadores. Chegando no assentamento às 13h03, o grupo foi informado que aquele seria o último dia de entrega do Programa, já que os projetos com datas de 2015-2016 não haviam sido aprovados pelo governo federal. Diante desta realidade inesperada, o grupo se dispôs a dar o melhor de si para registrar todas as fotografias possíveis destas três etapas do PAA. Foram realizadas imagens dos assentados colhendo as hortaliças e levando-as ao barracão onde ficaram esperando o caminhão da cooperativa, que chegou às 15h30. O grupo seguiu então para Estrela do Norte, e enquanto esperavam o transporte chegar com os alimentos para distribuir à população de Estrela do Norte, entrevistaram alguns beneficiários diretos do PAA, que estavam à espera dos produtos. Por volta das 17h o caminhão chegou a Estrela do Norte, e o grupo registrou a organização dos alimentos, que neste dia aconteceu de maneira improvisada num salão ao lado do centro comunitário – onde normalmente acontecia as distribuições. Os pesquisadores registraram também a distribuição dos alimentos aos beneficiários e puderam notar o quão entristecidos eles estavam por ser o último dia em que receberiam os alimentos vindos do PAA. Porém, neste mesmo dia, em conversa com Valmir Ulisses, o grupo descobriu que na segunda-feira seguinte, dia 14 de setembro, aconteceria uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, de autoria da Deputada Estadual Marcia Lia, para tratar de assuntos ligados ao corte de verbas destinadas ao PAA. Diante desta nova situação, os integrantes se mobilizaram e se organizaram para acompanhar a audiência em São Paulo.

RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO ESPONTÂNEA
DATA: DIA 14 DE SETEMBRO DE 2015
LOCAL: SÃO PAULO
ELABORADO POR DANÚBIA PEREIRA LEITE

O fim de semana dos dias 12 e 13 de setembro foi dedicado exclusivamente para organizar a viagem para São Paulo. Na sexta-feira dia 11, após a orientação com o professor Roberto Mancuzo, o grupo achou melhor entrar em contato com a assessoria de imprensa da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para obter mais informações sobre a audiência e se os estudantes precisavam de alguma autorização para fotografar. A assessoria de imprensa, informou aos alunos que, na agenda da Alesp não constava nenhuma audiência pública em nome da Deputada Márcia Lia para segunda-feira dia 14 de setembro, e que talvez pudesse acontecer, mas que até o momento não havia sido lançado no sistema.

Com dúvidas, a aluna Nayrine Oliva entrou novamente em contato com o assessorado Valmir Ulisses, para lhe passar as informações que tinha conseguido. Valmir, confirmou que a própria Deputada Márcia Lia tinha estado em sua residência e feito o convite pessoalmente.

Ainda sem plena certeza os alunos Danúbia Leite e Victor Silva resolveram arriscar e embarcaram para São Paulo no dia 13 às 22h com destino a São Paulo. O ônibus chegou à capital paulista pouco depois das 5h do dia 14 e antes mesmo das 6h os pesquisadores já se encontravam em frente ao prédio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Como o local só abria às 8h da manhã os alunos decidiram consultar mais uma vez na internet a agenda da Alesp, mas não havia nenhuma reunião inserida na programação.

Depois de mais de uma hora de espera, às 7h os alunos resolveram ligar para Valmir Ulisses para saber se ele estava a caminho da audiência. Após 1h20 os integrantes se encontraram com Valmir e mais quatro pessoas que o acompanhava, todos se dirigiram até a recepção da Assembleia, a recepcionista informou que não havia nenhuma audiência marcada para aquele dia e horário e que a única audiência prevista na agenda seria realizada na cidade de Sorocaba, mas que não tinha nenhuma relação com o PAA.

Indignados com a notícia, uma das pessoas que acompanhava Valmir resolveu procurar o convite que havia sido enviado em seu e-mail pessoal em nome da Deputada Marcia Lia. Mais uma surpresa, o grupo foi informado de quem a audiência

aconteceria, mas que não seria naquele local. A audiência pública estava marcada no prédio da Fundação Nacional de Artes (Funarte), localizada na Alameda Nothmann, 1058 em Campos Elíseos, São Paulo (SP).

Por estarem muito distante do destino a comitiva saiu às pressas para o novo endereço, já eram 8h45 e a audiência estava marcada para às 9h30. Valmir e seus companheiros estavam divididos em dois carros, dessa forma Danúbia e Victor foram em um veículo junto com o motorista, e os outros quatro seguiram em outro veículo.

O carro que os estudantes estavam encontrava-se com o tanque na reserva e o motorista não conseguia encontrar nenhum posto de combustível para abastecer. No desespero de encontrar um posto e com medo que a gasolina acabasse no caos no trânsito paulista, o motorista se perdeu diversas vezes até conseguir abastecer. Por conta desses imprevistos os alunos conseguiram chegar ao prédio da Funarte às 9h50. Para sorte de Danúbia e Victor a audiência também estava atrasada e muitas pessoas, entre eles líderes de movimentos sociais, representantes do governo e pesquisadores encontravam-se no salão de entrada do prédio.

Às 10h05 a audiência começou, sendo presidida pela Deputada Márcia Lia. Estavam presentes o Deputado Federal Nilton Tatto, a representante da Conab Cristina Richa Vieira, o Delegado Federal do MDA Reinaldo Prates, o prefeito de Mirante do Paranapanema Carlos Alberto Vieira, o representante da Federação da Agricultura Familiar Marco Pimentel, Mossoró representante da Rede de Colegiado Territoriais, Zelito do MST e representantes de vários assentamentos do Estado de São Paulo.

A audiência teve duração de 4h onde todas as autoridades presentes tiveram a oportunidade de falar, assim como os demais presentes que tiveram interesse. Com o decorrer dos fatos foi passado um abaixo assinado para ser conduzido ao Governo Federal para pedir a revisão da decisão sobre os cortes no PAA. A deputada Marcia Lia se demonstrou comprometida com a causa e prometeu um parecer o mais breve possível. Após o encerramento Danúbia Leite e Victor Jorge se dirigiram até as autoridades e representantes afim de buscar mais informações. A dupla terminou por volta das 14h na Funarte e aguardaram até às 22h para retornar à Presidente Prudente, chegando na cidade por volta das 5h30 da manhã do dia 15 de setembro.